

# RELATÓRIO DE GESTÃO

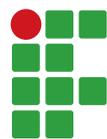
---

## **exercício 2018**



**INSTITUTO FEDERAL**  
Farroupilha

relatório de gestão anual



**INSTITUTO FEDERAL**  
Farroupilha

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

**Carla Comerlato Jardim**

Reitora

**Nídia Heringer**

Pró-Reitora de  
Desenvolvimento Institucional

**Vanderlei José Pettenon**

Pró-Reitor de Administração

**Édison Gonzague Brito da Silva**

Pró-Reitor de Ensino

**Raquel Lunardi**

Pró-Reitora de Extensão

**Arthur Pereira Frantz**

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**EQUIPE DE ARTICULAÇÃO**

Direção de Planejamento  
e Desenvolvimento Institucional

**Gustavo Lotici Hennig**

Diretor

**Diego Brenner dos Reis**

Economista

**Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas**

Administrador

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Secretaria de Comunicação

**Bruna Martins Bulegon**

Diagramadora

**Leandro Felipe Aguilar Freitas**

Diagramador

**REVISÃO TEXTUAL**

Tairon Beck Martins

Alameda Santiago do Chile, nº 195 – Nossa Sra. das Dores – CEP 97050-685  
Santa Maria - Rio Grande do Sul/RS - Tel.: (55) 3218.9800  
iffarroupilha.edu.br

# RELATÓRIO DE GESTÃO IF FARROUPILHA **2018**

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 170/2018 e demais orientações disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União. A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha, foi a subunidade responsável pela composição do documento.

# SUMÁRIO

<b>1 MENSAGEM DA REITORA .....</b>	<b>9</b>
<b>2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....</b>	<b>10</b>
2.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha .....	10
2.2. Estrutura organizacional .....	13
2.3. Cenário organizacional.....	14
2.4. Modelo de Negócios (Cadeia de valor) .....	14
<b>3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA .....</b>	<b>15</b>
3.1. Planejamento estratégico .....	15
3.2. Mapa estratégico.....	15
3.3. Estrutura de governança .....	16
3.3.1. Instâncias internas de governança.....	17
3.3.2. Instâncias internas de apoio à governança .....	18
3.4. Atuação da unidade de auditoria interna.....	20
3.5. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	21
3.6. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário .....	22
3.7. Principais canais de comunicação com a sociedade.....	22
3.7.1. Carta de serviços ao cidadão .....	23
3.7.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	23
3.7.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	24
3.7.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações .....	24
<b>4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>25</b>
<b>5 RESULTADOS DA GESTÃO .....</b>	<b>27</b>
5.1. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do IF Farroupilha .....	27
5.1.1. Aumentar o número de alunos beneficiados com os programas de auxílio financeiro do IF Farroupilha. ....	27

# SUMÁRIO

5.1.2. Implantar e qualificar a Moradia Estudantil nas Unidades de Ensino do IF Farroupilha. ....	28
5.1.3. Implantar e qualificar os serviços dos refeitórios das Unidades de Ensino do IF Farroupilha. ....	29
5.1.4. Implantar e qualificar os serviços de Saúde das Unidades de Ensino do IF Farroupilha. ....	30
5.2. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Ensino do IF Farroupilha. ....	31
5.2.1. Ampliar a oferta de vagas e matrículas nos cursos do IFFar. ....	31
5.2.2. Implantar e desenvolver programa de apoio pedagógico e complementação de estudos. ....	32
5.2.3. Ser excelência nos cursos ofertados. ....	33
5.2.4. Ampliar as oportunidades educacionais no IF Farroupilha. ....	34
5.3. Consolidar e ampliar as políticas de qualificação, capacitação e promoção continuada dos servidores do IF Farroupilha. ....	34
5.4. Promover políticas de qualidade de vida e bem-estar do servidor do IF Farroupilha. ....	35
5.5. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação do IF Farroupilha. ....	35
5.6. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Extensão do IF Farroupilha. ....	39
5.7. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de T.I. do IFFar. ....	40
5.8. Consolidar, ampliar e aprimorar as Políticas de Inclusão do IF Farroupilha. ....	40
<b>6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....</b>	<b>41</b>
6.1. Gestão orçamentária e financeira .....	41
6.1.1. Execução Orçamentária e Financeira do Órgão .....	42
6.1.2. Despesas Executadas .....	43
6.1.3. Gastos com pessoal .....	45
6.1.4. Despesas com investimentos .....	45
6.1.5. Despesas com Custeio .....	46
6.1.6. Execução por Grupo e Elemento de despesa realizados pelo órgão .....	47
6.1.7. Execução de Restos a Pagar .....	48
6.1.8. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário .....	49
6.1.9. Principais impactos do contingenciamento .....	50
6.1.10. Medidas para reduzir o impacto do contingenciamento .....	50

# SUMÁRIO

6.1.11. Desafios .....	50
6.1.12. Ações.....	50
6.2. Gestão de pessoas.....	50
6.2.1. Conformidade legal.....	50
6.2.2. Órgãos de Controle.....	51
6.2.3. Diligências TCU/CGU .....	51
6.2.4. Atos SISAC/e-pessoal .....	51
6.2.5. Força de trabalho .....	51
6.2.6. Quantidade de cargos gerenciais ocupados.....	53
6.2.7. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas.....	53
6.2.8. Despesa de pessoal .....	54
6.2.9. Avaliação de desempenho.....	56
6.2.10. Estágio probatório.....	56
6.2.11. Capacitação: estratégia e números .....	57
6.2.12. Principais desafios e ações futuras .....	57
6.3. Gestão de licitações e contratos.....	57
6.3.1. Operacionalização de licitações e contratos .....	59
6.3.2. Ações desenvolvidas na área de compras, licitações e contratos .....	60
6.3.3. Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos .....	60
6.4. Gestão patrimonial e infraestrutura.....	61
6.4.1. Investimentos em infraestrutura e equipamentos .....	61
6.4.2. Obras no Instituto Federal Farroupilha .....	62
6.4.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	63
6.4.4. Gestão de Frotas do IF Farroupilha .....	63
6.4.5. Locações de imóveis e equipamentos .....	64
6.4.6. Mudanças e desmobilizações.....	65
6.4.7. Principais desafios e ações futuras.....	65

# SUMÁRIO

6.5. Gestão da tecnologia da informação.....	65
6.5.1. Conformidade legal.....	65
6.5.2. Modelo de governança de TI.....	65
6.5.3. Montante de recursos aplicados em tecnologia da informação .....	65
6.5.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI .....	65
6.5.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor .....	65
6.5.6. Segurança da informação .....	66
6.5.7. Principais desafios e ações futuras.....	66
6.6. Gestão de custos .....	66
6.7. Sustentabilidade ambiental .....	66
6.7.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	67
<b>7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>68</b>
7.1. Declaração do contador – Cícero Klein Souto .....	68
7.2. Balanço orçamentário.....	69
7.3. Balanço patrimonial .....	71
7.4. Balanço financeiro .....	74
7.5. Demonstração do fluxo de caixa .....	75
7.6. Demonstrações das variações do patrimônio líquido.....	76
7.7. Notas explicativas.....	77
<b>8 ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES .....</b>	<b>85</b>
8.1. Análise crítica dos indicadores .....	88
8.2. Indicadores acadêmicos .....	88
8.3. Indicadores administrativos.....	89
8.4. Socioeconômico.....	90
8.5. Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD) .....	91

# LISTA DE ABREVIATURAS

AUDIN - Auditoria Interna	PDTI - Plano Diretor da Tecnologia da Informação
CAAD - Comitê Assessor de Administração	PETI - Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação
CAE - Coordenação de Assistência Estudantil	PIIQP - Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional dos Servidores do Instituto Federal Farroupilha
CAI - Coordenação de Ações Inclusivas	PIIQPE - Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais dos Servidores do Instituto Federal Farroupilha
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
CD - Cargo de Direção	PPA - Plano Plurianual
CE - Comissão de Ética	PPC - Projeto Pedagógico de Curso
CGU - Controladoria Geral da União	PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
CODIR - Conselho de Dirigentes	PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede
CONSUP - Conselho Superior	RAP - Restos a Pagar
COPSIA - Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo	RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências
CPA - Comissão Própria de Avaliação	SEGOV - Secretaria de Governança
DAE - Direção de Assistência Estudantil	SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
IFFar - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual	SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
LAI - Lei de Acesso à Informação	SIG - Sistema Integrado de Gestão
LOA - Lei Orçamentária Anual	SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
MEC - Ministério da Educação	SIPEC - Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento
MPOG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	SPIUNET - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	TAE - Técnico Administrativo em Educação
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	TCU - Tribunal de Contas da União
NEAMA - Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático-Pedagógico	TED - Termo de Execução Descentralizada
NUGEDIS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
OUV - Ouvidoria	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
PAC - Plano Anual de Contratações	UAIG - Unidade de Auditoria Interna Governamental
PAD - Processo Administrativo Disciplinar	UGR - Unidade Gestora Responsável
PAINT - Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna	
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional	

# » 1 MENSAGEM DA REITORA

*Por meio deste Relatório de Gestão, o IFFar pretende compartilhar, de forma transparente e sistematizada, as informações referentes aos principais recursos, processos e resultados entregues à sociedade através das ações institucionais desenvolvidas durante o exercício de 2018.*

*As atividades de ensino, pesquisa e inovação, extensão e assistência estudantil, processos que constituem a Cadeia de Valor da instituição, resultaram, em 2018, na oferta de 123 cursos, para aproximadamente 15 mil estudantes. Entregamos, às regiões Central, Noroeste e Oeste do Rio Grande do Sul — nossos territórios de atuação —, mais de 4,5 mil novos profissionais, concluintes dos diferentes cursos técnicos, de graduação, pós-graduação e de formação inicial e continuada oferecidos nos campi, centros de referência e polos de EaD do IFFar.*

*A reconhecida qualidade dos nossos cursos pode ser aferida pelos resultados de excelência obtidos nos processos de avaliação externa: em sete avaliações de cursos superiores realizadas por comissões de verificação in loco designa-*

*das pelo INEP/MEC, o IFFar conquistou seis conceitos máximos e um conceito 4, numa escala que vai de 1 a 5. O ótimo desempenho dos estudantes no ENEM e no ENADE é outra demonstração incontestável da excelência do ensino desenvolvido na instituição.*

*A articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais em nossos territórios de atuação — conforme preconiza a Lei Nº 11.892/2008 — foi potencializada pelo desenvolvimento de 499 projetos de extensão, que impactaram na vida de 80 mil pessoas. Mais de trezentos projetos de pesquisa e inovação, envolvendo servidores e estudantes, contribuíram com a construção do conhecimento, o avanço da ciência e a produção de soluções tecnológicas aderentes às demandas regionais.*

*Os indicadores socioeconômicos do exercício demonstram que 80% dos estudantes do IFFar são oriundos de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salário-mínimo — percentuais iguais aos de 2017. Vinte e cinco por cento dos estudantes desse grupo estão em situação de extrema vulnerabilidade social, com renda familiar per capita igual*

*ou inferior a 0,5 salário-mínimo; um em cada quatro vem de família que ganha menos de 0,5 salário-mínimo per capita. Tais dados tornam evidente a necessidade e a importância das políticas e recursos destinados à Assistência Estudantil, uma forma de assegurar os processos de inclusão e permanência dos estudantes. Em 2018, apesar da redução orçamentária destinada pela LOA 2018 a esta ação, o IFFar apoiou mais de 10 mil estudantes com auxílios financeiros, auxílios de alimentação e/ou auxílios de moradia estudantil.*

*Dentre os diferentes objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional, cabe destacar o item “Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência no IFFar”, área na qual alcançamos significativa evolução de alguns indicadores: a evasão teve redução de 19,1% (2017) para 13,4% (2018), enquanto a eficiência acadêmica evoluiu de 44,1% para 49,3%, no mesmo período. A retenção do fluxo escolar, que representa as taxas de reprovação, foi reduzida de 17,44% para 9,64%, sem que houvesse qualquer comprometimento da qualidade dos processos de ensino, pesquisa e*

*extensão. O Programa de Permanência e Êxito, política institucional estabelecida desde 2014, demonstra eficiência e efetividade na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes, reforçando o caráter inclusivo da instituição.*

*Por fim, à revelia do cenário externo adverso que impôs ao IFFar limitação orçamentária significativa, em especial no tocante a recursos de investimento, as informações apresentadas neste Relatório de Gestão 2018 permitem afirmar que a instituição se mantém como um fértil território de oportunidades, onde milhares de jovens e adultos trabalhadores têm acesso, com êxito, à educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade e, por meio dela, podem promover seu sustento, sua emancipação e o exercício pleno da cidadania, impulsionando a efetiva transformação social.*



**Carla Comerlato Jardim**  
Reitora

# » 2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

## 2.1. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

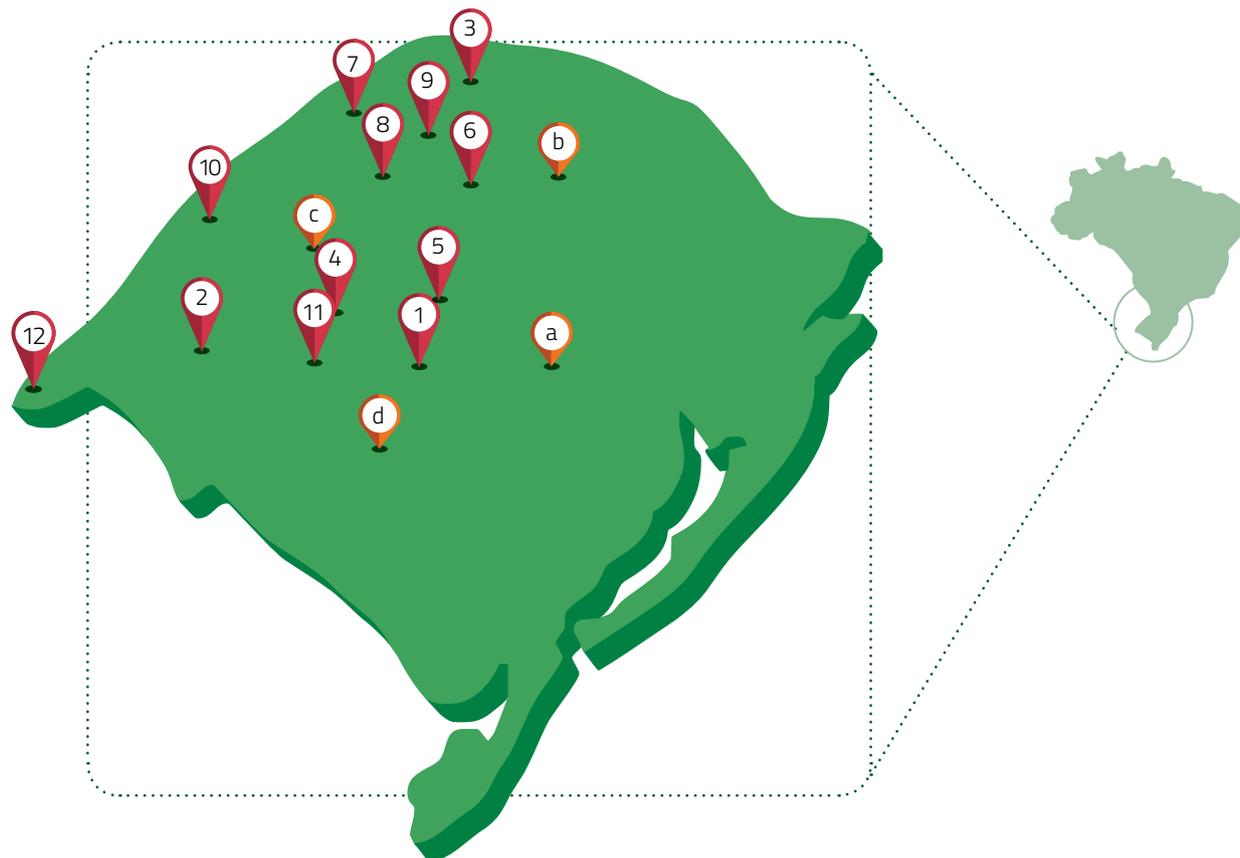
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar é uma autarquia criada pela Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

### ACESSE:

→ *Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008*

[p://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)

Por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. De acordo com a lei de sua criação, o IFFar é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Tem como finalidades e competências:



### UNIDADES

- |                                      |                                      |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 1 REITORIA                           | 7 <i>CAMPUS SANTA ROSA</i>           |
| 2 <i>CAMPUS ALEGRETE</i>             | 8 <i>CAMPUS SANTO ÂNGELO</i>         |
| 3 <i>CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN</i> | 9 <i>CAMPUS SANTO AUGUSTO</i>        |
| 4 <i>CAMPUS JAGUARI</i>              | 10 <i>CAMPUS SÃO BORJA</i>           |
| 5 <i>CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS</i>   | 11 <i>CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL</i>  |
| 6 <i>CAMPUS PANAMBI</i>              | 12 <i>CAMPUS AVANÇADO URUGUAIANA</i> |

### CENTROS DE REFERÊNCIA

- a CANDELÁRIA
- b CARAZINHO
- c SANTIAGO

O IFFar, seguindo o que rege o Art. 6º da Lei nº 11.892/2008, tem como **finalidades e competências:**

- » Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- » Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- » Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- » Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- » Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- » Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- » Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- » Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- » Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir das finalidades norteadoras apresentadas, e respeitando o que tange o Art. 7º da Lei nº 11.892/2008, o Instituto Federal Farroupilha tem, conforme artigo 5º do seu Estatuto, os seguintes **objetivos:**

- » Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- » Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- » Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- » Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- » Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- » Ministrando em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

*Nesse contexto, o Instituto Federal Farroupilha, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, definiu a missão, a visão e os valores institucionais:*

## MISSÃO

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

## VISÃO

Ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica.

## VALORES

Ética  
Solidariedade  
Responsabilidade Social e Ambiental  
Comprometimento  
Respeito  
Gestão Democrática



## 2.2. Estrutura organizacional

Os organogramas da Reitoria e dos *campi* do IFFar, bem como as principais funções das áreas relevantes da governança são apresentadas no Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha, disponível em: <http://iffarroupilha.edu.br/regimento-geral>.

Conforme este documento, a administração geral será exercida pela Reitoria e pelas Direções Gerais dos seus campi, com o apoio dos órgãos colegiados e dos demais órgãos que se articulam nos diversos níveis organizacionais da instituição.

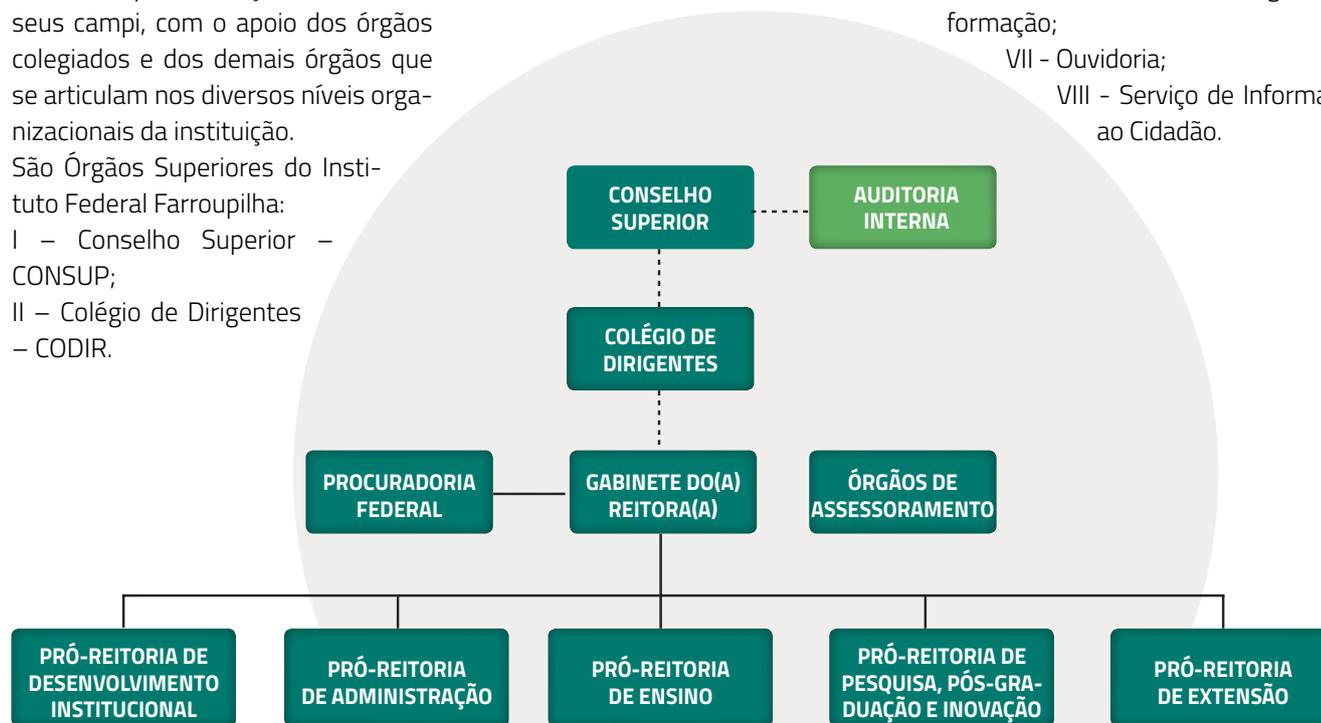
São Órgãos Superiores do Instituto Federal Farroupilha:

- I – Conselho Superior – CONSUP;
- II – Colégio de Dirigentes – CODIR.

- II – Direções Gerais dos campi;
- a) Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- b) Diretoria de Administração;
- c) Diretoria de Ensino;
- d) Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção.

São órgãos de assessoramento da Reitoria do Instituto Federal Farroupilha:

- I - Comissão de Ética;
- II - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação;
- III - Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- IV - Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo;
- V - Comissão Própria de Avaliação;
- VI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- VII - Ouvidoria;
- VIII - Serviço de Informação ao Cidadão.



São Órgãos Executivos do IFFar:  
I - Reitoria, composta pelos seguintes órgãos:

- a) Gabinete do(a) Reitor(a);
  - 1) Secretaria de Comunicação;
  - 2) Secretaria Executiva;
  - 3) Secretaria de Governança;
- b) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
  - 1) Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
  - 2) Diretoria de Gestão de Pessoas;
  - 3) Diretoria de Tecnologia da Informação; e
  - 4) Diretoria de Implantação de Novas Unidades.
- c) Pró-Reitoria de Administração;
  - 1) Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças; e
  - 2) Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.
- d) Pró-Reitoria de Ensino;
  - 1) Diretoria de Assistência Estudantil;
  - 2) Diretoria de Ensino;
  - 3) Diretoria de Educação a Distância;
  - 4) Diretoria de Graduação.
- e) Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
  - 1) Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
- f) Pró-Reitoria de Extensão;
  - 1) Diretoria de Extensão.
- g) Procuradoria Federal; e
- h) Auditoria Interna.

## 2.3. Cenário organizacional

O ano de 2018 marcou o último ano de vigência do PDI 2014-2018 e início do processo de elaboração do PDI 2019-2026. As ações desenvolvidas no IFFar em 2018 tiveram o intuito de promover o desenvolvimento institucional e a continuidade da oferta de um ensino público, gratuito, de qualidade e atento às demandas sociais.

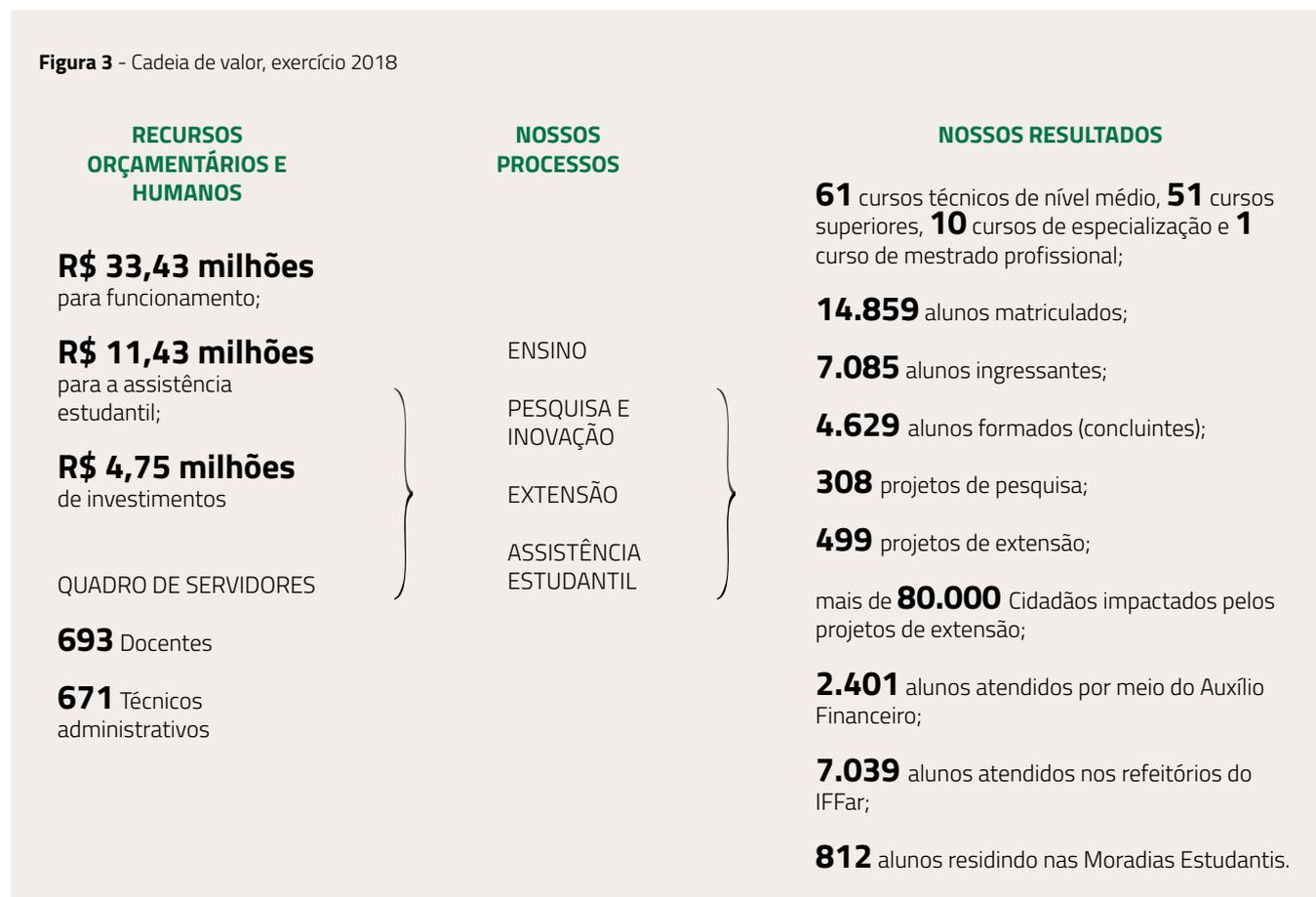
Durante o ano de 2018, os efeitos da crise fiscal sobre o orçamento do IFFar exigiram da gestão medidas austeras quando da aplicação dos recursos orçamentários, garantindo a realização dos objetivos e metas institucionais assumidos no PDI, bem como as necessidades de funcionamento das unidades.

Destacam-se, no período deste relatório, importantes resultados que reafirmam as proposições explicitadas na missão e visão institucional e o alinhamento destes resultados com os programas temáticos do PPA 2016-2019 voltados para a educação. Este Relatório de Gestão 2018, na forma de relato integrado, contém estas informações suficientemente apresentadas para atender não somente à prestação

de contas ao TCU, mas também para dar transparência dos atos e resultados desta instituição pública à sociedade.

## 2.4. Modelo de Negócios (Cadeia de valor)

A cadeia de valor do IFFar apresenta os principais recursos, processos e resultados entregues à sociedade:



# » 3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

## 3.1. Planejamento estratégico

O planejamento do Instituto Federal Farroupilha é elaborado conjuntamente pela administração central e os demais campi. Por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) e dos Planos de Ação, o IFFar orienta a execução das suas atividades para a realização dos objetivos e metas institucionais, bem como o atendimento das demandas sociais por educação pública gratuita e de qualidade. Tanto o PDI 2014-2018 como os Planos de Ação dos Campi estão disponíveis em: <https://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 contemplou o planejamento estratégico de 5 (cinco) anos do IF Farroupilha. Nele estão definidos os objetivos estratégicos, as ações estratégicas e as metas que a instituição pretendia alcançar e cumprir no referido período. Já os Planos de Ação contemplam o planejamento institucional nos níveis tático e operacional e estão alinhados aos objetivos estratégicos definidos no PDI.

No exercício 2018, foram estabelecidas ações institucionais vinculadas

aos seguintes objetivos estratégicos previstos no PDI 2014-2018:

1. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do Instituto Federal Farroupilha.
2. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Ensino do IF Farroupilha.
3. Consolidar e ampliar as políticas de qualificação, capacitação e promoção continuada dos servidores do Instituto Federal Farroupilha.
4. Promover políticas de qualidade de vida e bem-estar do Servidor do Instituto Federal Farroupilha.
5. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação do IF Farroupilha.
6. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Extensão do Instituto Federal Farroupilha.
7. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de T.I. do Instituto Federal Farroupilha
8. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Expansão do Instituto Federal Farroupilha.
9. Consolidar, ampliar e aprimorar as Políticas de Inclusão do Instituto Federal Farroupilha.
10. Assegurar a Gestão Democrática e a Transparência dos atos Administrativos.

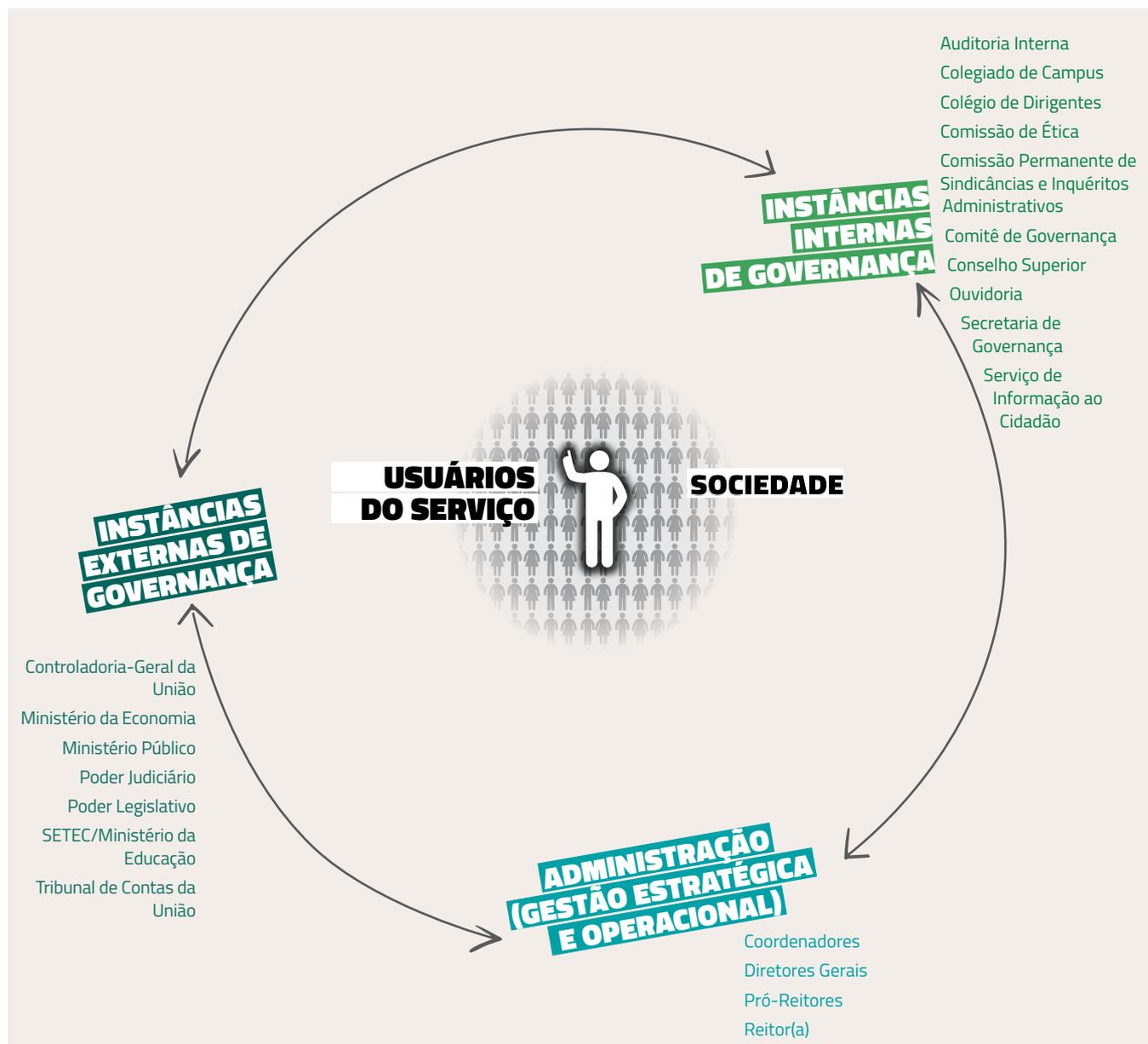
## 3.2. Mapa estratégico



### 3.3. Estrutura de governança

O IF Farroupilha, considerando a necessidade de se amoldar aos paradigmas modernos da boa gestão, seja no que diz respeito à observância de normas legais, seja no que se refere à adoção de práticas organizacionais tidas como eficientes, tem o compromisso de, progressivamente, promover mecanismos de governança que assegurem o fiel cumprimento de sua missão institucional.

O sistema de governança engloba: I) operação de unidades diretamente relacionadas ao propósito, como instâncias de assessoramento/deliberação coletivas (Colegiado de *Campus*, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior, entre outros), e instâncias de avaliação, controle, prevenção e tratamento de riscos (Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Procuradoria Jurídica e Secretaria de Governança; II) acesso e participação diretos da sociedade na gestão, com garantia de participação em órgãos consultivos e/ou deliberativos e disponibilização de canais de aproximação, como o Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria.



### 3.3.1. Instâncias internas de governança

#### a. Alta administração



**Carla  
Comerlato  
Jardim**  
Reitora



**Édison G.  
Brito da Silva**  
Pró-Reitor  
de Ensino



**Rodrigo  
Ferreira  
Machado**  
Diretor Geral do  
*Campus Alegrete*



**Carlos  
Guilherme  
Trombetta**  
Diretor Geral do  
*Campus Frederico  
Westphalen*



**Vanderlei  
J. Pettenon**  
Pró-Reitor de  
Administração



**Arthur  
Pereira  
Frantz**  
Pró-Reitor de  
Pós-Graduação,  
Pesquisa  
e Inovação



**Carlos Roberto  
Devincenzi Social**  
Diretor Geral do  
*Campus Jaguari*



**Rodrigo  
Carvalho  
Carlotto**  
Diretor Geral  
do *Campus  
Júlio de Castilhos*



**Nídia Heringer**  
Pró-Reitora de  
desenvolvimento  
Institucional



**Raquel  
Lunardi**  
Pró-Reitora  
de Extensão



**Alessandro  
Callai Bazzan**  
Diretor Geral do  
*Campus Panambi*



**Renata Rotta**  
Diretora Geral  
do *Campus  
Santa Rosa*



**Verlaina Denize Brasil Gerlach**  
Diretora Geral  
do Campus  
Santo Augusto



**Carla Tatiana Zappe**  
Diretora Geral  
do Campus  
São Borja



**Rosane Rodrigues Pagno**  
Diretora  
pró-tempore  
do Campus  
Santo Ângelo



**Deivid Dutra de Oliveira**  
Diretor Geral  
do Campus São  
Vicente do Sul

### b. Conselho Superior

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, tendo suas competências e composição definidas no Estatuto do IFFar e em regulamento próprio. Tem, na sua constituição, representação de todos os campi e da Reitoria — servidores técnicos e docentes, corpo discente e sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

#### ACESSO:

- ➔ *Estatuto do Instituto Federal Farroupilha*  
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=58297&key=2a2fd5c3c04bf9d2b66359996cb93b88>
- ➔ *Regulamento do Conselho Superior*  
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=60807&key=92a21059986caaffff15340e00f9ee64>

### 3.3.2. Instâncias internas de apoio à governança

#### a. Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) é o órgão de controle res-

ponsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFFar e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

#### b. Colegiado de Campus

Órgão consultivo de assessoramento à Direção Geral do campus. Suas principais funções são colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha. Conta, na sua constituição, com representação dos servidores técnicos e docentes, do corpo discente e da sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

#### ACESSO:

- ➔ *Regulamento dos Colegiados de Campus*  
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=56030&key=10c52e4fc9d44cd525750397ce84374f>

#### c. Colégio de Dirigentes

Órgão consultivo que tem a função de apoiar os processos decisórios

da gestão do Instituto Federal Farroupilha, em matérias administrativas, econômicas e orçamentárias e de relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias institucionais.

**ACESSE:**

➔ *Regulamento do CODIR*

[http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013227164251913resolucao\\_n%C2%BA\\_15\\_2013\\_regimento\\_codir.tif](http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013227164251913resolucao_n%C2%BA_15_2013_regimento_codir.tif)

**d. Comissão de Ética**

A Comissão de Ética do IFFar (CE) foi constituída pela Portaria N° 840/2012, de 11 de julho de 2012, e é responsável por dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, representações e reclamações referentes a condutas dos servidores. Conforme o artigo 28 do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSUP N° 001/2013, qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da Comissão, visando à apuração de transgressão ética imputada a agentes públicos e/ou ocorrida em setores da instituição. A Resolução

CONSUP N° 013/2017, de 28 de março de 2017 aprovou o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do IF Farroupilha.

**e. Comitê de Governança, Riscos e Controles do Instituto Federal Farroupilha**

Criado em observação à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N° 1/2016, por meio da Portaria N° 1.797/2016, de 25 de novembro de 2016, é formado por integrantes da alta administração do IFFar (Reitoria, Pró-Reitores e Diretores Gerais) e tem, dentre suas competências: promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o mapeamento e a avaliação de riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como limites de nível de unidade, política pública ou

atividade; emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

**f. Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos**

Órgão de assessoramento independente e autônomo, diretamente vinculado à administração central do IFFar, responsável pelas atividades de controle interno, em âmbito disciplinar. Seu objetivo precípua é preservar a probidade nos atos e atividades administrativas, atuando na prevenção e apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

**g. Secretaria de Governança (SEGOV)**

A SEGOV foi instituída em 2016, por meio da Resolução CONSUP N° 21/2016, que atualizou a estrutura organizacional do IFFar. Compete-lhe promover mecanismos de governança e gestão de riscos como forma de garantir o alinhamento das decisões da alta administração à visão, missão e valores institucionais. Cabe à Secretaria, também, aprimorar o Programa de Integridade do IFFar, nas diretrizes

estabelecidas pelo Decreto N° 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na Portaria CGU N° 1.089, de 25 de abril de 2018, atuando em articulação com SIC, Ouvidoria, COPSIA, Comissão de Ética e Auditoria.

**h. Avaliação institucional**

Anualmente, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), o Instituto Federal Farroupilha, em conformidade com a Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), consulta a opinião da comunidade acadêmica e externa sobre diferentes aspectos da instituição: desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão, infraestrutura, etc. Para tanto, são colhidas respostas a questionários, que compõem o Relatório Final de Autoavaliação Institucional.

**ACESSE:**

➔ *Relatório Final de Autoavaliação Institucional 2017*

<http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/9416/eb067e6c38e-32b97a7e8edaa9ed8a420>

**ACESSE:****➔** *Relatório Final de Autoavaliação Institucional 2017*

<http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/9416/eb067e6c38e-32b97a7e8edaa9ed8a420>

Os relatórios da autoavaliação orientam as ações de gestão e servem de parâmetro para a definição das metas e objetivos estratégicos do Instituto, os quais são firmados no Plano de Desenvolvimento Institucional.

**ACESSE:****➔** *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018*

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/9209/ca0ade52420897a-22284e807577727b6>

### 3.4. Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) do Instituto Federal Farroupilha é subordinada ao Conselho Superior da Instituição, de acordo com o que rege o Decreto Nº 3.591/2000, e vinculada administrati-

vamente ao dirigente máximo da entidade, de forma a primar pela independência de atuação da unidade.

É o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como por racionalizar as ações do Instituto Federal Farroupilha e por prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. É sujeita à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e é composta por 10 (dez) auditores, sendo que 1 (um) encontra-se em afastamento para qualificação, 2 (dois) exercendo função de coordenação e um (um) em cedência para outro órgão.

A equipe possui uma Auditora Chefe, e auditores internos lotados nos campi da instituição. O Auditor Chefe substituto é escolhido na ocasião de cada necessidade de substituição.

**ACESSE:****➔** *Regimento Interno*

[http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2014812162952290resolucao\\_n%C2%BA\\_027\\_2014\\_aprovacao\\_regimento\\_interno\\_audin.pdf](http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2014812162952290resolucao_n%C2%BA_027_2014_aprovacao_regimento_interno_audin.pdf)

O documento encontra-se em processo de atualização, já em seus trâmites finais, para adequação às últimas normativas publicadas sobre a atividade de auditoria interna governamental, em especial às Instruções Normativas Nº 03/2017 e Nº 08/2017, ambas da Controladoria Geral da União.

O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento, contribuindo: para o cumprimento das metas, para a execução dos programas de governo e orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, para a comprovação da legalidade e para a avaliação dos resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão. A racionalização das ações de controle tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis. O apoio ao Sistema de Controle Interno consiste no fornecimento periódico de informações

sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento de solicitações específicas e acompanhamento dos sistemas Monitor e Trilhas de Pessoal da CGU, bem como sistema e-Pessoal do TCU.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio ao gestor através de informações contidas nos seus relatórios, para que possam orientar e apoiar o mesmo na tomada de decisões. Dessa maneira, o assessoramento à alta administração realizado no exercício dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas da gestão que possam surgir relacionadas à Governança, Gestão de Riscos ou Controles Internos.

A designação do chefe da equipe é feita conforme o art. 7º do Regimento Interno, sendo que sua atuação é limitada ao prazo de dois anos, prorrogável por igual período. O(a) Dirigente Máximo(a) da Instituição submete o nome do(a) candidato(a) à chefia junto ao Conselho Superior, para aprovação e posterior envio da documentação para apreciação e aceitação da CGU, em conformidade com a Portaria Nº

2.737/2017. A equipe pode, em até 60 dias antes do término do mandato do chefe em exercício, sugerir nomes para ocuparem a função, que deve ser suprida por servidor concursado para o cargo de Técnico Administrativo em Educação - Auditor.

A atuação da equipe possui enfoque técnico, disciplinado, objetivo e sistemático, sendo pautada pela exigência de comportamento ético e zelo profissional, sigilo, independência, imparcialidade, de acordo com os artigos 12 a 15 do Regimento Interno. As atividades guardam semelhança com a atuação dos órgãos pertencentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em relação às técnicas e enfoques utilizados.

Apesar da lotação dos auditores internos nos *campi* da Instituição, a atuação acontece em conjunto. Para cada ação, é montada uma equipe com dois a três auditores, sendo um deles designado como coordenador da ação, os quais vão ao respectivo *campus* onde a auditoria será realizada, no momento dos trabalhos de campo. O planejamento e desenvolvimento dos papéis de trabalho são feitos em conjunto, porém à distância, via *e-mail*. Quando necessário, a equipe retorna

ao *campus* auditado para reunião com a gestão sobre os resultados encontrados.

Os relatórios com o resultado final dos trabalhos, constatações e recomendações são entregues, quando possível, pessoalmente aos gestores, com comprovante de recebimento para que possamos nos certificar de que o mesmo tomou conhecimento dos resultados dos trabalhos. Quando não é possível a entrega em mãos, o relatório é enviado via *e-mail*, com solicitação de confirmação de recebimento.

Através desses relatórios, a equipe de auditoria comunica ao gestor sobre os riscos decorrentes da não implementação das recomendações, salientando a importância e o foco da atuação da UAIG, que é agregar valor à gestão e contribuir para a melhoria dos processos.

As recomendações formuladas, após a entrega ao gestor, passam a fazer parte do Plano de Providências Permanente da Instituição, de forma a possibilitar o acompanhamento da implementação das mesmas por parte dos auditores. A verificação do atendimento das recomendações é feita no exercício seguinte ao da execução da ação, para que os gestores

tenham tempo suficiente para a devida implementação das mesmas.

### Sobre o acórdão Nº 1.178/2018 TCU Plenário:

A UAIG recebeu, através do Ofício Circular 181/2018 GAB DS/DS/SFC-CGU, determinação para que fosse incluído no conteúdo do Relatório de Gestão, por pelo menos quatro exercícios, as conclusões dos trabalhos realizados pela Unidade relativos à transparência nos relacionamentos da instituição com fundações de

apoio. Desta forma, informamos que no exercício 2018 não houve atuação da UAIG na verificação do assunto em tela, pois o assunto não consistia ação prevista no PAINT para o ano.

### 3.5. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O quadro a seguir apresenta o quantitativo das atividades de correição ocorridas no ano de 2018, no âmbito da unidade.

TIPO DE PROCEDIMENTO	RECEBIDAS	EM FASE DE INSTRUÇÃO OU CONCLUÍDOS	AGUARDANDO INSTAURAÇÃO
I - Investigação Preliminar	17	13	04
II - Sindicâncias Investigativas	29	19	10
III - Sindicâncias acusatórias	0	0	0
IV - PAD – Processo Administrativo Disciplinar	8	7	1
Total Geral	54	39	15

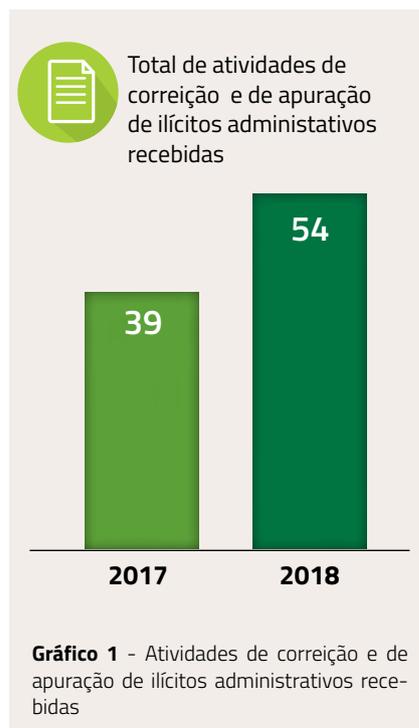
Quadro 1 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

**I - Investigação Preliminar:** As investigações apuradas dizem respeito a situações envolvendo servidores, discentes e supostos fatos que sugere irregularidades funcionais leves. As investigações buscaram a confirmação da autoria e da suposta irregularidade. Adotou-se tais procedimentos para agilizar as apurações das denúncias e garantir economicidade no uso dos recursos públicos.

**II – Sindicâncias Investigativas:** A maior parte das denúncias recebidas e enquadradas como situações de supostas irregularidades funcionais médias foram apuradas através de sindicância investigativa. Tais sindicâncias investigativas buscaram confirmar a suposta irregularidade e buscar a autoria para os supostos fatos denunciados. O procedimento de apurar através de sindicância investigativa se reportaram a frequência de servidor, uso de e-mail institucional, conduta de servidor e não cumprimento de normas legais e regulamentares.

**III – Sindicâncias Acusatórias:** Até o presente momento nenhum procedimento anterior resultou em sindicância acusatória.

**IV – Processo Administrativo Disciplinar(PAD):** A instituição apurou situações com materialidade e suposta autoria através de processos administrativos disciplinares. Os P.A.D.s apurados trataram de conduta de servidores, não conformidade na execução orçamentária e utilização indevida de auxílio transporte. Em todos os P.A.D.s foram oportunizados de forma concreta a ampla defesa e o contraditório.



### 3.6. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Referente a apuração de danos ao erário constam apenas dois casos com débito inferior a R\$ 75.000,00 cada, a cargo da COPSIA. Tais casos se referem ao desaparecimento de patrimônio da Reitoria do IFFar, acidente com veículo oficial e utilização indevida do auxílio transporte, ainda em processo de instauração de sindicâncias investigativas.

### 3.7. Principais canais de comunicação com a sociedade

#### a. Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha foi instituída por meio da Portaria N° 829/2012 e é o órgão de assessoramento da Reitoria encarregado de viabilizar a comunicação entre a comunidade (acadêmica ou externa) e as instâncias administrativas e pedagógicas do Instituto, visando à melhoria dos processos institucionais, por meio do estímulo à democracia e à transparência.

O atendimento da Ouvidoria é realizado conforme as normas que regem as ouvidorias do serviço público federal, com respeito à discricção e ao sigilo e foco na agilidade.

A unidade recebe manifestações (solicitações, sugestões, reclamações, comunicações, denúncias e/ou elogios) dos cidadãos pelo sistema de ouvidorias do poder executivo (e-OUV), e-mail, telefone e presencialmente.

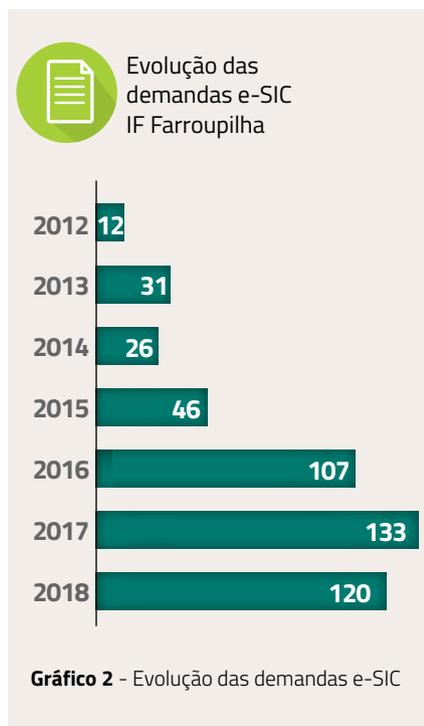
Em 2018 houve 205 manifestações, que foram analisadas e encaminhadas às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração dos casos.

#### ACESSE:

➔ *Relatórios de Ouvidoria*

<https://iffarroupilha.edu.br/ouvidoria-iff/apresenta%C3%A7%C3%A3o>

Quanto a Lei de Acesso à Informação (LAI), o gráfico a seguir demonstra a evolução das solicitações de informações recebidas de 2012 a 2018 no IF Farroupilha.



O tempo médio de respostas para as solicitações feitas ao IF Farroupilha, em 2018, foi de 16,33 dias, inferior ao prazo previsto pela LAI, que é de 20 dias corridos prorrogáveis por mais dez.

Do total de solicitações, houve registro de 02 perguntas duplicadas/repetidas, 01 registro que o órgão não tinha competência para responder so-

bre o assunto, 04 informação inexistente, 02 acesso negado, e 111 solicitações com acesso concedido.

A razão pela qual dois pedidos de informação tiveram acesso negado foi devido à solicitação de informações pessoais, as quais são protegidas por dispositivos contidos na LAI e na constituição federal. Salienta-se que as demandas registradas em 2018 foram todas respondidas.

**ACESSO:**

➔ e-OUV

<https://sistema.ouvidorias.gov.br/>

**b. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**

Em conformidade com a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do Instituto Farroupilha atua com o objetivo de:

- I – Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – Informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III – Receber e registrar pedidos de acesso à informação.

O SIC dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Esse sistema, desenvolvido pela Controladoria-Geral da União, permite a qualquer pessoa, por meio do acesso ao Portal do Acesso a Informação, requisitar informações de seu interesse aos órgãos públicos e acompanhar as demandas, com possibilidade de emissão de relatórios a qualquer momento e a verificação da satisfação do cidadão. As solicitações de informações também podem ser realizadas pessoalmente, na sede da Reitoria.

**ACESSO:**

➔ e-SIC

<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>

**3.7.1. Carta de serviços ao cidadão**

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto Federal Nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. No Instituto Federal Farroupilha, é baseada no modelo da Carta do Programa Nacional de Gestão Pública e Desbu-

rocratização – GESPÚBLICA e apresenta os serviços prestados à comunidade, garantindo a transparência de suas atividades e a orientação quanto às formas de acesso aos serviços prestados. Ser acessada no site institucional.

**ACESSO:**

➔ Carta de serviços ao cidadão



<http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221>

O documento é baseado no modelo da Carta do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e apresenta os serviços prestados à comunidade, garantindo a transparência de suas atividades e a orientação quanto às formas de acesso aos serviços prestados.

**3.7.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

No último trimestre de 2018 o sistema e-OUV contou com a imple-

## » 3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

mentação de uma nova funcionalidade, a qual permite ao cidadão avaliar a resolatividade de sua demanda.

A Ouvidoria do IFFar teve apenas duas avaliações no período. Das avaliações, os usuários responderam estarem muito satisfeitos com as respostas recebidas, representando 100% de satisfação.

### 3.7.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

» Portal do Instituto Federal Farroupilha:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/>

» Regimento Geral:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/regimento-geral>

» Conselho Superior (CONSUP):

<http://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/documentos>

» Plano de desenvolvimento Institucional:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/2014-11-24-21-09-36>

» Relatórios de gestão anteriores:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>

» Editais publicados:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/editais>

» Boletins de serviço:

<https://iffarroupilha.edu.br/boletim-de-servi%C3%A7o/sobre-bs>

» Ouvidoria:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/ouvidoria-iff/apresenta%C3%A7%C3%A3o>

» Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC):

<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>

» Contato:

<http://www.iffarroupilha.edu.br/form-contato>

### 3.7.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

As ações de acessibilidade aplicadas no âmbito do IFFar seguem o PDI 2014-2018, onde consta Política

de Diversidade e Inclusão. Tais ações ficam a cargo da Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs) da Reitoria e dos campi, com apoio de diversos setores da instituição como as comissões responsáveis pelos processos seletivos, a Comissão de Acessibilidade Arquitetônica, os Setores de Licitação, a Direção e Coordenações de Assistência Estudantil (DAE e CAEs), a Ouvidoria, a Comissão de Ética e a Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquérito Administrativo (COPSIA).

A Política de Ações Afirmativas do IFFar (Resolução N° 52/2017) e outros documentos como políticas, programas e regulamentos referentes ao tema da acessibilidade.

#### ACESSE:

➔ *Política de Ações Afirmativas do IFFar*

<https://www.iffarroupilha.edu.br/ações-inclusivas/apresentação>

## » 4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em 2017, o Instituto Federal Farroupilha aprovou, por meio da Resolução CONSUP N° 24/2017, o regulamento de sua Política de Gestão de Riscos, arquitetada nos seguintes princípios:

- » Gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público
- » Estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados
- » Estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização
- » Utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico
- » Utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais

O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos do IFFar é aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, agregando-lhe valor por meio do tratamento de riscos que

interferiram nas suas atividades.

Para a obtenção desse fim, a política visa a assegurar que os gestores, em todos os níveis da estrutura organizacional, tenham acesso tempestivo às informações relacionadas aos riscos a que a instituição está exposta, sejam eles estratégicos, operacionais, financeiros/orçamentários, de conformidade ou de imagem/reputação.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle, conforme Portaria N° 1.185/2018, é a instância responsável pela promoção, liderança e supervisão da gestão de riscos e dos controles internos do IFFar, competindo-lhe a institucionalização de estruturas de governança, práticas, condutas e padrões de comportamento adequados.

A Auditoria Interna – AUDIN e a Secretaria de Governança – SEGOV são as unidades de apoio ao Comitê, cabendo-lhe a análise, acompanhamento, orientação, recomendação e operacionalização da política de gestão de riscos.

No que se refere à gestão de riscos enquanto processo global, cabe destacar que o IFFar está desenvolvendo as primeiras iniciativas exclusivamente voltadas ao tema, situando-se,

portanto, em um estágio incipiente na abordagem sistemática de riscos e oportunidades. Tal condição, identificada recentemente em levantamento da AUDIN, deve-se a diversos fatores, como escassez de pessoal, necessidade de capacitação, conciliação com outras demandas, etc.

Isso não quer dizer, contudo, que o impacto de ameaças ao cumprimento dos objetivos da instituição não seja endereçado, de maneira direta ou indireta. Mesmo que de forma fragmentada, o gerenciamento de riscos é inerente à rotina de trabalho do órgão – o Programa Permanência e Êxito, sob coordenação da Diretoria de Assistência Estudantil, braço da Pró-Reitoria de Ensino do IFFar, assim o confirma.

Em apertada síntese, trata-se de uma iniciativa destinada a reduzir o risco de evasão de alunos, cujo tratamento é prioridade da alta administração, uma vez que diz respeito à razão de existência da autarquia (missão institucional). Desse modo, para evitar que os estudantes abandonem os cursos e permitir-lhes a conclusão dos estudos em tempo razoável, são disponibilizados, por meio do programa, moradias, refeitórios, bolsas e auxílios financeiros,

atendimento de saúde (médico, nutricional, psicológico e odontológico). Como salientado, portanto, consiste em uma política que, embora não esteja aninhada em um sistema formal, mais amplo, de gestão de riscos, representa um mecanismo inteiramente vinculado a esse propósito.

Para além do enfrentamento pontual dos riscos, o IFFar os tem em foco na elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Atualmente, o plano que terá vigência no período de 2019 a 2026 está sendo preparado para consulta pública, última etapa antes da finalização e homologação pelo Conselho Superior (<https://www.iffarroupilha.edu.br/portal-pdi>).

O IFFar intenciona, progressivamente, estabelecer e consolidar uma estrutura de gestão de riscos nos moldes recomendados pelo COSO – *The Committee of Sponsoring Organizations of the Tradeway Commission*<sup>1</sup>, contemplando as seguintes caracte-

<sup>1</sup> Gerenciamento de Riscos na Empresa – Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura e Gerenciamento de Riscos na Empresa. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em 7 jan. 2019.

rísticas:

- » Processo contínuo e permanente
- » Aplicado em todos os níveis e unidades da instituição
- » Conduzido por todos os servidores
- » Aplicado à definição das estratégias
- » Orientado para a realização de objetivos em categorias distintas

### Atividades no ano de 2018 Política de gestão de riscos

Conforme estabelecido na Resolução CONSUP Nº 24/2017, foi constituído grupo de trabalho, conforme a Portaria Nº 517/2018, para a implementação de piloto nas áreas de Gestão de Pessoas (Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional) e Permanência e Êxito (Pró-Reitoria de Ensino). O objetivo é realizar o mapeamento dos processos da unidade, para, posteriormente, identificar os riscos inerentes e residuais nos respectivos fluxos. A ação se encontra em andamento.

Pretende-se, com esse passo, entender o expediente aos demais setores, de modo que os riscos de processos sejam, na medida do possível, completamente levantados, avaliados e tratados.

### Programa de Integridade

Tendo aderido ao Programa de Fomento à Integridade Pública - Profip, por meio da Portaria Nº 677/2018, o IFFar instituiu o Comitê Técnico de Integridade, com a finalidade de coordenar a estruturação, execução e monitoramento de programa de integridade no âmbito da instituição. Dessa forma, deu-se andamento à efetivação das fases previstas na Portaria CGU Nº 1.089/2018 (acompanhamento no Painel Integridade Pública<sup>2</sup>).

A elaboração do Plano de Integridade do IFFar ficou a cargo da SEGOV, reestruturada em setembro de 2018. Em articulação com outros setores de governança (Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão), a unidade mapeou e avaliou os principais riscos de integridade evidenciados em relatórios de auditoria, comunicações, denúncias e sindicâncias investigativas.

Na figura abaixo, estão exemplos de riscos mapeados, com suas respectivas avaliações e medidas de trata-

<sup>2</sup> <http://paineis.cgu.gov.br/integridadepublica/index.htm>

mento que foram propostas:

Durante 2019, as ações previstas no plano serão monitoradas, para que, ao fim desse período, seja realizado novo levantamento, com a consequente adaptação de respostas ao risco e/ou adoção de outras, garantindo-se a ma-

nutenção do programa no futuro.

Paralelamente à gestão de riscos de integridade, espera-se que o modelo seja replicado em uma esfera mais ampla, abarcando, no decorrer do tempo, todos os itens previstos na Política de Gestão de Riscos.



**EXEMPLOS DE RISCOS MAPEADOS, COM SUAS RESPECTIVAS AVALIAÇÕES E MEDIDAS DE TRATAMENTO QUE FORAM PROPOSTAS**

<b>FISCALIZAÇÃO INEFICIENTE DE CONTRATOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atualização do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos</li> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid #ccc; margin: 5px 0;"/> <li>Plano de Capacitação</li> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid #ccc; margin: 5px 0;"/> <li>Ajuste no sistema integrado de gestão e hospedagem dos contratos digitalizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter atualizada ferramenta de consulta a respeito das responsabilidades e competências na fiscalização de contratos</li> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid #ccc; margin: 5px 0;"/> <li>Capacitar servidores e esclarecer dúvidas a respeito das responsabilidades e competências na fiscalização de contratos</li> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid #ccc; margin: 5px 0;"/> <li>Disponibilizar o inteiro teor dos contratos firmados pelo IFFAR para acesso público</li> </ul>
<b>RECEBIMENTO INDEVIDO NO AUXÍLIO-TRANSPORTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Palestras/reuniões com Comissão de Ética, COPSIA e PROJUR em todas as unidades do IFFar</li> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid #ccc; margin: 5px 0;"/> <li>Atualização da Resolução Consup nº 20/2013, com vista a adotar uma fiscalização mais rígida dos processos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alertar os servidores para as regras aplicáveis à concessão de auxílio-transporte</li> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid #ccc; margin: 5px 0;"/> <li>Detectar e extinguir irregularidades na concessão de auxílio-transporte</li> </ul>

## » 5 RESULTADOS DA GESTÃO

### Ações realizadas e resultados alcançados

O presente relatório tem por finalidade descrever as ações realizadas pelo IF Farroupilha no exercício de 2018. O relatório foi construído a partir dos objetivos estratégicos determinados no PDI 2014-2018 e apresenta as principais ações e resultados obtidos no que tange as metas institucionais.

No intuito de atingir as metas estabelecidas, o Instituto Federal Farroupilha realiza a cada início de exercício o seu planejamento de ações e alocação orçamentária. No exercício de 2018 o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do IFFar estabeleceu o montante de R\$ 43.828.999,59 o que possibilitou o planejamento de 809 ações para o exercício. A seguir, demonstramos os principais resultados alcançados no exercício em cada uma das metas institucionais.

### 5.1. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do IF Farroupilha.

O Programa de Permanência e

Êxito do IFFar foi instituído pela Resolução CONSUP 178/2014, de acordo com o planejamento do PDI 2014-2018, com o objetivo de consolidar a excelência da oferta da educação profissional e promover ações para a permanência e êxito dos estudantes. No programa considera-se evasão o abandono do curso no qual o estudante está matriculado. A retenção, por sua vez, é tomada no sentido da não integralização do curso no período definido no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

O desafio do IFFar, no ano de 2018, foi instituir um formato de plano de ação do PPE por curso, no qual cada coordenação teve que pensar ações estratégicas voltadas para a realidade das turmas em andamento. O Plano de Ação foi elaborado no início do ano por cada *campi* e teve a avaliação conjunta do planejado em um seminário nos dias 5 e 6 de dezembro de 2018.

A avaliação apontou que a ação que mais ocorre no IFFar é o acolhimento e ações voltadas aos cursos integrados, sendo assim, ainda são frágeis as ações de permanência e êxito nos cursos superiores e subse-

quentes. O foco do Programa Permanência e Êxito para 2019, portanto, permanecerá em concentrar os esforços institucionais nas ações que garantam a permanência e o êxito dos estudantes, buscando desta maneira minimizar as situações que geram a retenção e/ou o abandono escolar e, neste sentido, promover o sucesso acadêmico dos estudantes.

#### 5.1.1. Aumentar o número de alunos beneficiados com os programas de auxílio financeiro do IF Farroupilha.

O Instituto Federal Farroupilha oferta as seguintes modalidades de auxílio: permanência, transporte, atleta, eventual e participação em eventos. Os auxílios financeiros aos estudantes têm como finalidade propiciar condições favoráveis à permanência.

São destinados aos estudantes que comprovem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica e apresentem renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e cumpram com os demais pré-requisitos estabelecidos em regulamento e edital específico.

Observa-se no Gráfico 2, que de 2016 a 2018 tivemos uma queda do número de auxílios distribuídos aos alunos do IFFar. Também se observa, pelo Gráfico 3 - Demonstrativo do Montante de recursos destinados aos Programas de Auxílios a Estudantes do IFFar, que o total de recursos para essa modalidade de programa teve redução no âmbito do IF Farroupilha.

Essas reduções se devem a realocação da alocação dos recursos financeiros da assistência estudantil, que passaram a ser destinados para o atendimento de outros programas (Moradia Estudantil, Refeitório e demais).

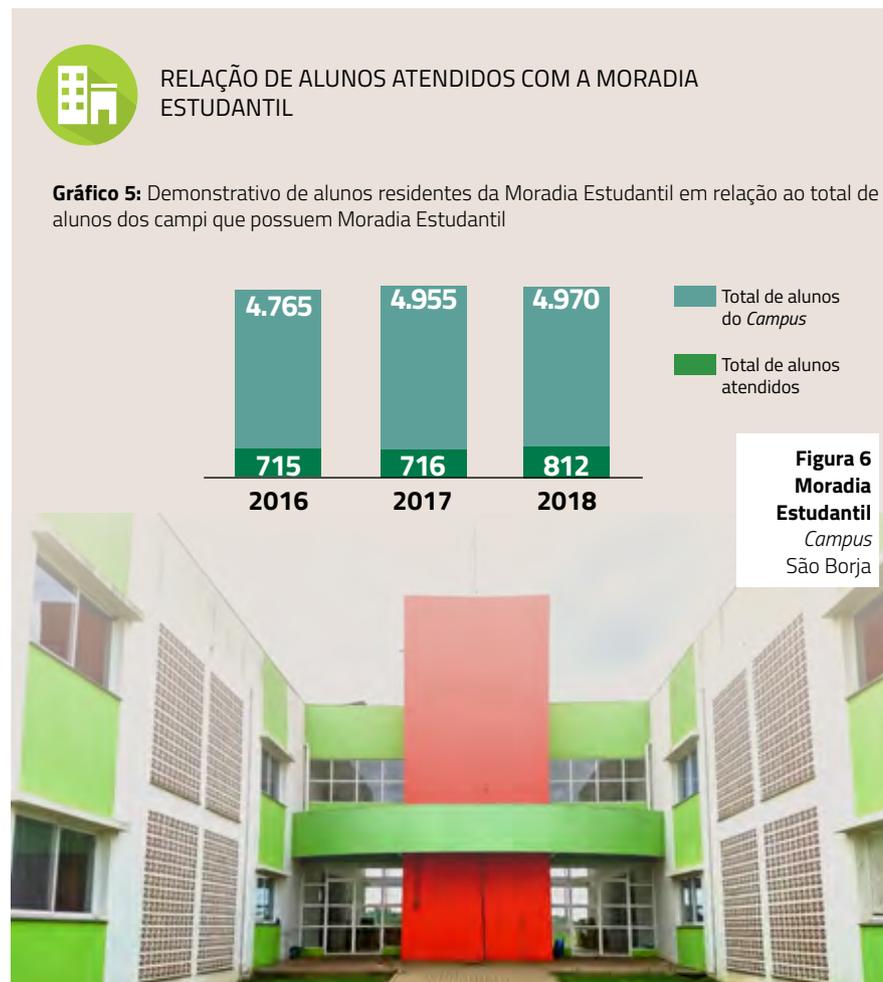
Ainda assim, analisando os Gráfico 2 e o Gráfico 3 - Demonstrativo do Montante de recursos destinados aos Programas de Auxílios a Estudantes do IFFar, visualizamos que do Exercício de 2017 para 2018, apesar da redução de recursos (R\$ 9.6450,00) para os programas de auxílios, o total auxílios aumentou em 352.



### 5.1.2. Implantar e qualificar a Moradia Estudantil nas Unidades de Ensino do IF Farroupilha.

O IFFar oferta Moradia Estudantil junto aos *Campi* Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, São Borja e São Vicente do Sul disponibilizando condições básicas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, com o objetivo de garantir a permanência e prevenir a evasão escolar estudantil, destinada prioritariamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, menores de idade e que residam em locais de difícil acesso ao *campus*. Entre os avanços que tivemos no último triênio destaca-se a ampliação da oferta de vagas ao público feminino do *Campus* Frederico Westphalen e a construção da moradia junto ao *Campus* São Borja conforme demonstrado na figura 6 - Moradia Estudantil *Campus* São Borja.

O Gráfico 4: Demonstrativo de alunos residentes da Moradia Estudantil em relação ao total de alunos dos campi que possuem Moradia Estudantil. relaciona o quantitativo de alunos contemplados com a Moradia Estudantil no IFFar em relação ao to-



tal de alunos do IFFar nos campi que possuem Moradia Estudantil. Observamos que o percentual de alunos contemplados com a Moradia cresceu

em 13,4% no exercício de 2017 para 2018 enquanto que o percentual de crescimento de alunos nesses campi foi em torno de 0,3%.

### 5.1.3. Implantar e qualificar os serviços dos refeitórios das Unidades de Ensino do IF Farroupilha.

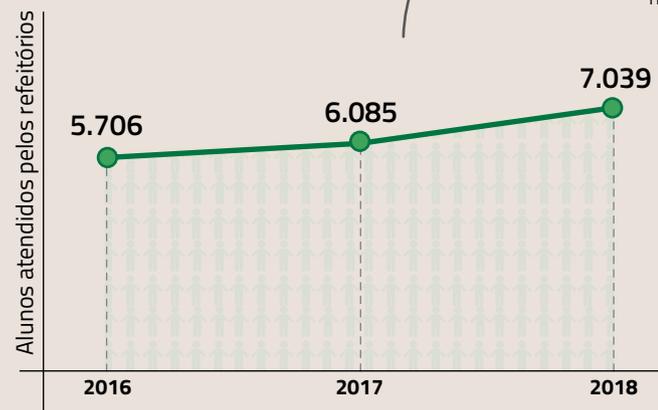
O IFFar possibilita aos estudantes acesso à alimentação no período em que estão no Instituto, assim como sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância de ter uma alimentação saudável, dissemina informações sobre segurança alimentar e formas de garanti-la.

No que diz respeito à oferta de alimentação os estudantes da moradia tem 100% de suas necessidades nutricionais diárias atendidas. Além disso, os *Campi* Alegrete, Jaguarí e São Vicente do Sul disponibilizam alimentação para todos os educandos independente de nível e modalidade de ensino.

A Figura 7 é uma fotografia do refeitório do Campus Panambi e ilustra a realidade dos demais restaurantes da Instituição.

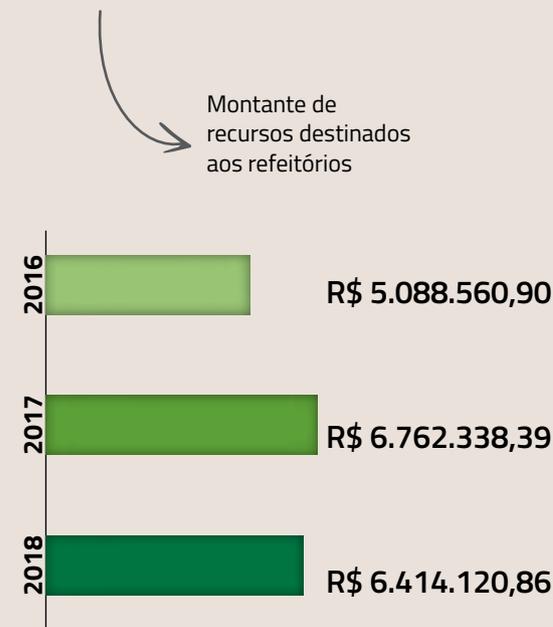


#### SERVIÇOS DOS REFEITÓRIOS DO IF FARROUPILHA



**Gráfico 6:** Relação de alunos que utilizam os restaurantes do IFFar. Demonstra-se a evolução dos estudantes do IFFar que foram atendidos pelo programa de alimentação, ou seja, estudantes que realizam refeições nas dependências da Instituição. Observa-se que de 2016 para 2018 a taxa de aumento de alunos contemplados com o programa é em torno de 23,4%

**Gráfico 7 -** Total de recursos destinados aos restaurantes do IFFar. Demonstra a redução dos gastos com o programa. No período que compreende os exercícios de 2017 e 2018 o IFFar reduziu 41% os seus gastos com o programa. Tal situação foi possível devido à revisão dos contratos com os fornecedores dos restaurantes do IFFar



### 5.1.4. Implantar e qualificar os serviços de Saúde das Unidades de Ensino do IF Farroupilha.

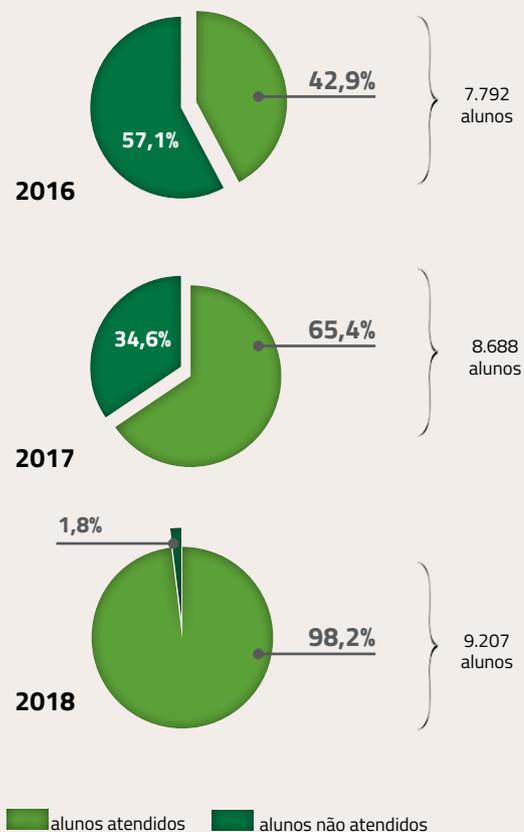
O IFFar realiza ações de atenção à saúde dos discentes, pois entende que a permanência do estudante junto à Instituição está relacionada também com sua qualidade de vida. Assim desenvolvem-se ações que têm como objetivos a prevenção de doenças e a promoção da saúde, tendo em vista a necessidade de atenção integral ao estudante viabilizando a sua permanência. São ações de saúde: serviço de psicologia, odontologia, enfermagem, médico e nutricional.

O Gráfico 7: Relação de Alunos do IFFar atendidos pelo Programa de Atenção à saúde. faz a relação do total de alunos do IFFar (extração realizada no SISTEC em dezembro de cada ano) e o percentual de alunos atendidos no decorrer dos exercícios de 2016, 2017 e 2018. Percebe-se a evolução do percentual dos alunos atendidos pelo programa no decorrer dos anos. A figura 8: Setembro Amarelo *Campus Frederico Westphalen*. e a Figura 9 apresentam ações do programa voltadas para a prevenção dos alunos e servidores do IFFar.



Demonstrativo de alunos atendidos pelo programa de Atenção à saúde do IFFar

**Gráfico 8:** Relação de Alunos do IFFar atendidos pelo Programa de Atenção à saúde



**Figura 8:** Setembro Amarelo *Campus Frederico Westphalen*



**Figura 9:** Dia Nacional de Saúde *Campus Alegrete*

## 5.2. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Ensino do IF Farroupilha.

### 5.2.1. Ampliar a oferta de vagas e matrículas nos cursos do IFFar.

Em 2018 foram abertas 555 novas vagas por meio da abertura de 05 cursos/turmas de cursos de graduação e 05 cursos/turmas de cursos técnicos, conforme demonstrado Quadro 3 e o Quadro 4, o que representou 14% do total de vagas ofertadas pelo IFFar.

CAMPUS	CURSO TÉCNICO	FORMA DE OFERTA	VAGAS	CAND/VAGA	SITUAÇÃO
Campus Jaguari	Sistemas de Energias Renováveis	Subsequente	35	0,71	Nova oferta
Campus Júlio de Castilhos	Informática	Integrado	30	2,37	Ampliação de vagas
Campus Júlio de Castilhos	Agropecuária	Integrado	10	3,24	Ampliação de vagas
Campus Avançado Uruguaiana	Informática	Integrado	70	3,4	Nova oferta
Campus Avançado Uruguaiana	Administração	Integrado	70	4,64	Nova oferta
<b>TOTAL DE VAGAS</b>			<b>240</b>		

**Quadro 3** - Relação de Novos Cursos de Nível Médio Ofertados em 2018

A abertura de novas turmas/cursos e/ou ampliação de vagas em cursos já ofertados no mesmo *campus* atende ao critério de observação das demandas locais, por meio de consultas públicas e análise dos indicadores sociais e econômicos, e ao princípio de verticalização da oferta de um mesmo itinerário formativo, com vistas à diversificação do público atendido e ao aprofundamento da formação em determinada área/eixo tecnológico. A partir da grande procura por estes cursos no Processo Seletivo pode-se apontar que seus objetivos foram alcançados, uma vez que a quase totalidade dos novos cursos/turmas tiveram 100% das vagas preenchidas.

CAMPUS	CURSO DE GRADUAÇÃO	GRAU	VAGAS	CAND/VAGA	SITUAÇÃO
Campus Santo Augusto	Administração	Bacharelado	40	6,33	Nova Oferta
Campus Santo Augusto	Agronomia	Bacharelado	40	7,3	Nova Oferta
Multicampi – modalidade de educação a distância	Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional	Licenciatura	160	2,55	Nova Oferta
Campus São Vicente do Sul					
Campus Santa Rosa					
Campus São Borja					
Campus Panambi					
Campus Santo Ângelo	Gestão do Agronegócio	Tecnologia	35	4,91	Nova Oferta
Campus Frederico Westphalen	Medicina Veterinária	Bacharelado	40	31,53	Nova Oferta
<b>TOTAL DE VAGAS</b>			<b>315</b>		

**Quadro 4** - Relação de Novos Cursos de Nível Superior Ofertados em 2018

### 5.2.2. Implantar e desenvolver programa de apoio pedagógico e complementação de estudos.

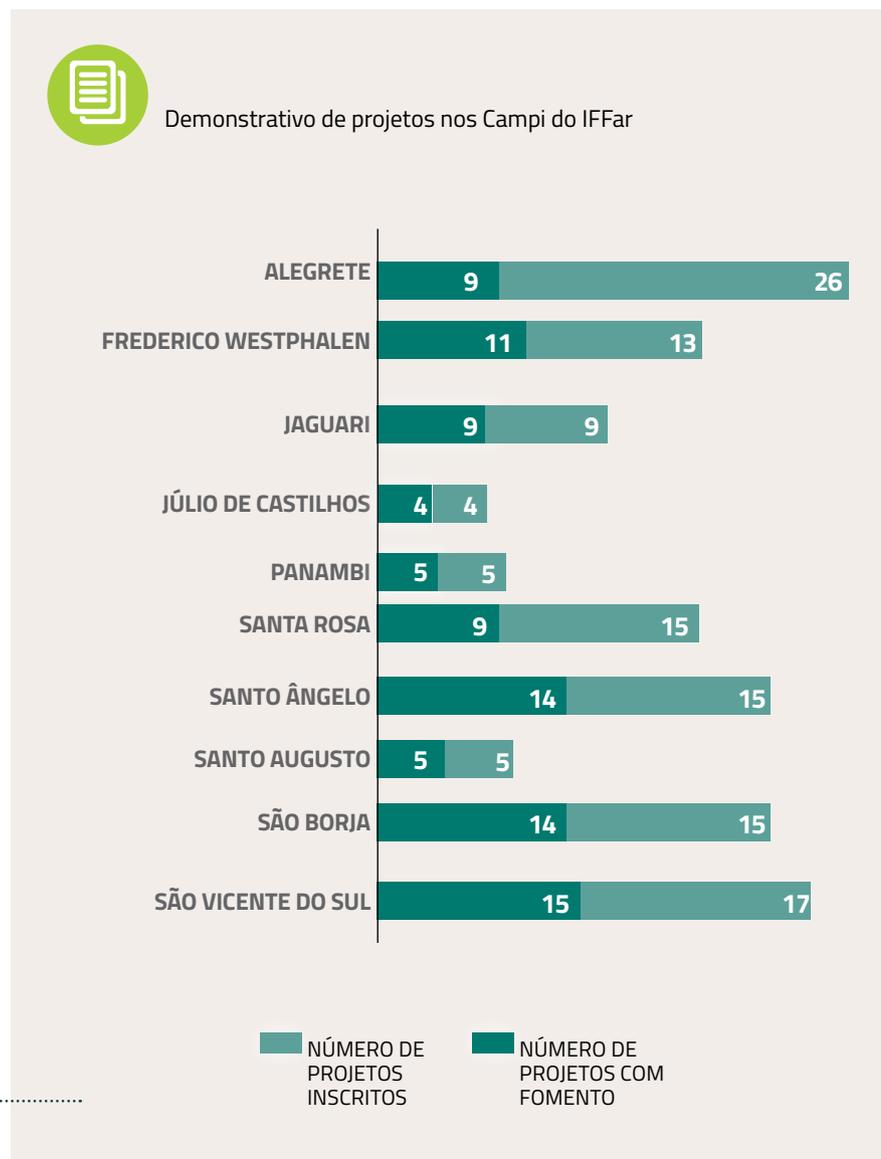
Além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, a instituição oferece o financiamento a Projetos de Ensino através do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN), com vistas ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, nos quais os estudantes participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público-alvo ou ainda visando aprofundar seus conhecimentos.

Os Projetos de Ensino constituem-se em conjuntos de atividades desenvolvidas externamente à sala de aula, não computadas entre as atividades previstas para cumprimento do Projeto Pedagógico de Curso e que visam à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem nos cursos técnicos e de graduação, destinando-se exclusivamente à comunidade interna, com o envolvimento obrigatório de discentes, como público-alvo. Entende-se por comunidade interna para a participação no PROJEN, os servidores e os estudantes do IFFar. O Quadro 3 apresenta os projetos vinculados ao

PROJEN no exercício de 2018.

Além disso, existem os Programas de Monitoria que se constitui em atividade auxiliar de ensino com vistas à melhoria do processo de Ensino e de aprendizagem nos componentes curriculares dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFFar. Foram realizados durante todo ano atividades que auxiliam na execução de programas e atividades voltadas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem; a apoiar o corpo docente no desenvolvimento de práticas pedagógicas e na produção de material didático; a prestar apoio aos estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem em unidades/conteúdos de componentes curriculares.

**Quadro 5 -  
Número de  
projetos em 2018  
por Campus.**



### 5.2.3. Ser excelência nos cursos ofertados.

O Quadro 6 apresenta o histórico das avaliações de cursos dos *Campi* do IFFar que já passaram por mais de um ciclo avaliativo.

AVALIAÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM 2018					
<i>Campus</i>	Grau/Curso	Conceito	Reconhecimento	Renovação De Reconhecimento	Observações
Frederico Westphalen	Tec. em Sistemas para Internet	5	X		Conceito 5. Não constituirá Conceito Preliminar de Curso (CPC), pois não participa do Enade. O Curso está "em extinção", tendo em vista a abertura, em 2019, do Bacharelado em Ciência da Computação.
Santo Ângelo	Tec. em Sistemas para Internet	5	X		Não constitui Conceito Preliminar de Curso (CPC), pois não participa do Enade.
Santo Augusto	Tec. em Alimentos	5		X	Ocorreu visita <i>in loco</i> e o relatório da avaliação indicou a manutenção do Conceito 5 conquistado no processo de reconhecimento em 2014. Não constitui Conceito Preliminar de Curso (CPC), pois não participa do Enade.
Júlio de Castilhos	Lic. em Matemática	5		X	Curso avaliado em processo de reconhecimento em 2012, quando obteve conceito 3 (satisfatório). Em 2014, os estudantes concluintes do curso participaram do Enade e obtiveram conceito inferior a 3, como Conceito Enade 2 e IDD (Indicador do Desempenho Esperado e do Desempenho Observado) Zero. Com isso, o Conceito Preliminar do Curso (CPC Faixa) foi 2 e o curso precisou apresentar, em fevereiro de 2017, um Plano de Compromisso ao MEC, com a previsão das ações para qualificar o curso e sanar as fragilidades evidenciadas nas avaliações externas. Durante 2017 e início de 2018, o curso apresentou os 3 relatórios (de 60 dias, 180 dias e de um ano após ter protocolado o Plano de Compromisso no E-mec). A avaliação de renovação de reconhecimento ocorreu em maio/18 e obteve Conceito 5 (Excelente). Os estudantes realizaram o Enade em 2017 e obtiveram Conceito Enade 2 e IDD 4, o que possibilitou ao curso a obtenção do CPC 4, no triênio. Esse histórico demonstra uma grande melhoria na qualidade de oferta do curso.
São Borja	Lic. em Física	4		X	O curso foi reconhecido em 2015 e obteve Conceito 4, equivalente a Muito Bom. Como não havia estudantes concluintes para participarem do Enade 2014, o curso não constituiu Conceito Preliminar de Curso (CPC) e, por isso, recebeu comunicado da CGACGIES/DAES/SERES/INEP/MEC de agendamento da visita para avaliação de renovação de reconhecimento em 2017, que foi cancelada por 3 vezes pelo INEP e só ocorreu em 2018, mantendo-se com o Conceito 4. Em 2017, os estudantes concluintes participaram do Enade e obtiveram, no ciclo avaliado, Conceito Enade 3 e IDD 3, constituindo CPC 3. Diante desse CPC, o curso deverá manter o Conceito de Curso 4, no mínimo, até o próximo ciclo do Enade.
São Borja	Tec. em Gastronomia	5	X		O curso participou do Enade com, apenas, uma estudante concluinte, assim, não constituirá Conceito Preliminar de Curso (CPC), devendo passar por avaliação de renovação de reconhecimento com visita <i>in loco</i> , oficializada pela CGACGIES/DAES/SERES/INEP/MEC. O Curso possui um tempo mínimo de integralização de 3,5 anos e a colação de grau ocorreu anterior (agosto/18) ao prazo final (31/08/18) para inscrição de estudantes concluintes no Enade.
Panambi	Lic. Ciências Biológicas	5	X		O curso recebeu a visita para reconhecimento em novembro/18, entretanto ainda não participou do Enade, por não ter concluintes em 2017. Deverá participar (do Enade) em 2020 e constituirá Conceito Preliminar de Curso (CPC), considerando esse último triênio.

Quadro 6 - Demonstrativo das avaliações de cursos dos *campi* do IFFar

### 5.2.4. Ampliar as oportunidades educacionais no IF Farroupilha.

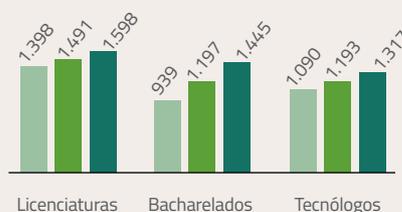
O Gráfico 8 - Total de matrículas nos cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha no decorrer dos anos. apresenta a evolução do total de matrículas dos cursos Superiores do IFFar no decorrer dos três últimos exercícios. Nota-se o aumento de alunos matriculados na Instituição, sendo eu de 2016 para 2018, houve um acréscimo de 938 matrículas. Ainda, destaca-se a atuação dos cursos de Bacharelado que apresenta um crescimento de 53,8% em no período de 2016 a 2018.

O Gráfico 9: Total de matrículas nos cursos Técnicos de Nível Médio do IFFar no decorrer dos anos. demonstra a evolução do total de matrículas dos cursos Técnicos de Nível Médio do IFFar no decorrer dos três últimos exercícios. Nota-se que, no período de 2016 a 2018, nos cursos Integrados o IFFar teve acréscimo de 776 matrículas, enquanto que nas modalidades Subsequente e PROEJA houve decréscimo, respectivamente, de 341 e 42 matrículas. Dessa forma, no período de 2016 a 2018 o IFFar acresceu 393 matrículas no nível médio.

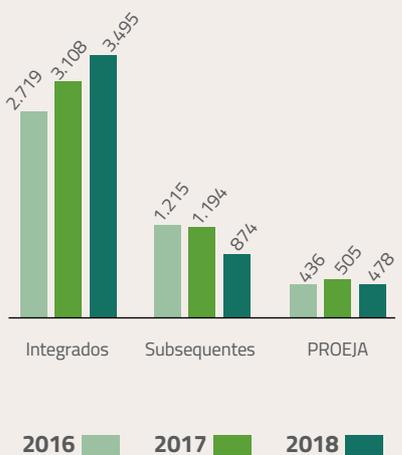


Matrículas nos cursos do IF Farroupilha

**Gráfico 9** - Total de matrículas nos cursos Superiores do IFFar no decorrer dos anos



**Gráfico 10:** Total de matrículas nos cursos Técnicos de Nível Médio do IFFar no decorrer dos anos



### 5.3. Consolidar e ampliar as políticas de qualificação, capacitação e promoção continuada dos servidores do IF Farroupilha.

As capacitações visam ao desenvolvimento/aprimoramento do servidor para executar suas atribuições com eficiência e eficácia, propiciando serviço público de qualidade aos cidadãos. Durante o ano de 2018, foram desenvolvidas ações de capacitação com vistas a consolidar e ampliar as políticas de qualificação, oferecer treinamento os servidores do IFFar, fortalecer a inovação da prática educativa, garantir melhoria da eficiência dos processos internos e das ações como a fiscalização dos serviços prestados por empresas terceirizadas.

O Gráfico 10 relaciona o total de servidores capacitados e o quantitativo de eventos de capacitação ofertados aos servidores. Entende-se como eventos de capacitação ofertados eventos organizados pelo IFFar e organizados por outras instituições. Para os eventos organizados por outras instituições o IFFar contribui com o pagamento de diárias, inscrições e deslocamento de servidores.



Qualificação, capacitação e promoção de servidores

**Gráfico 11:** Relação de Eventos de Capacitação x Servidores Capacitados



**Gráfico 12:** Demonstrativo de servidores contemplados com os programas PIIQP e PIIQPE em 2018



**Gráfico 13:** Demonstrativo de recursos financeiros destinados aos programas PIIQP e PIIQPE



O IFFar também propicia como incentivo a qualificação de pessoal o Programa Institucional de Incentivo a Qualificação (PIIQP). Esse programa visa incentivar os servidores a darem continuidade em seus estudos. O PIIQP é destinado para demandas de qualificação profissional dos servidores efetivos que ingressarem no ensino médio, curso de graduação e programa de pós-graduação (Lato e Stricto sensu) em instituições públicas ou privadas no País, reconhecidas em suas devidas instâncias (MEC, CAPES, etc.). O incentivo é através da destinação de bolsas (auxílios) aos servidores do IFFar que participam de Edital próprio, para auxiliar os envolvidos com os custos de mensalidades, deslocamento entre municípios e demais.

Além desses incentivos, o IFFar também possibilitou aos servidores a participação do Mestrado em Educação em parceria com o Instituto Politécnico do Porto (IPP), através do Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional no Exterior (PIIQPE). O Gráfico 11 apresenta o quantitativo de servidores contemplados com os Programas de PIIQP e PIIQPE no exercício de 2018. No Gráfico 12, podemos observar o total de

recursos de custeio da Instituição que foi investido nos programas.

#### **5.4. Promover políticas de qualidade de vida e bem-estar do servidor do IF Farroupilha.**

No intuito de proporcionar aos servidores da instituição possibilidades de enfrentar os efeitos sociais e organizacionais no ambiente de trabalho e na prevenção ou amenização de problemas relacionados à saúde do servidor, no exercício de 2018 foram desenvolvidas ações que viabilizaram um clima organizacional considerado satisfatório, oportunizando bem-estar no trabalho, humanização e melhoria na convivência através da integração.

As ações desenvolvidas tiveram por objetivo a valorização dos servidores que fazem do trabalho um instrumento importante para a construção do conhecimento, da socialização e do crescimento individual e coletivo, respeitando as diferenças, os conhecimentos, os valores e a cultura dos envolvidos no processo educacional na busca da eficiência e eficácia.

A realização dessas ações reforça

a interação entre os servidores, com o propósito de promover a qualidade de vida, lazer e bem-estar no trabalho, proporcionando atividades prazerosas e auxiliando na produtividade e prevenção ou amenização de problemas relacionados à saúde.

Entre as ações desenvolvidas nas unidades do IFFar destacamos:

- » Campanhas contra o tabagismo;
- » Palestras alusivas ao setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul;
- » Palestras sobre saúde do trabalhador e prevenção de acidentes;
- » Campanhas contra a violência à mulher;
- » Confraternizações entre servidores em datas festivas (Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Gaúcho, Aniversário dos Campi, Natal, entre outras);
- » Campanhas de Acolhimento a novos servidores;
- » Palestras alusivas ao ambiente de trabalho e socialização entre os servidores;
- » Programas de Ginástica Laboral; e
- » Eventos de incentivo a prática es-

portiva (jogos dos servidores, incentivo do uso das academias e demais instalações esportivas dos *campi*).

#### **5.5. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação do IF Farroupilha.**

Como pode ser observado no Gráfico 13: Demonstração da evolução do quantitativo de Projetos de Pesquisa desenvolvidos no Instituto Federal Farroupilha, nos últimos anos o IFFAR tem apresentado um significativo crescimento no desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Esse crescimento pode ser atribuído a alguns fatores específicos, como a possibilidade de cadastro de projetos em fluxo contínuo (modalidade implantada no ano de 2015), além do crescimento no número de docentes (de 711 em 2015 a 815 em 2018) e aumento na taxa de qualificação dos docentes no período (de 166 docentes doutores em 2015 a 267 docentes doutores em 2018).

Nos gráficos 14 e 15, pode-se observar uma diminuição considerável nos investimentos em projetos de pesquisa, tanto em bolsas quan-

to em recursos para apoio a projetos. Pode ser observado, também, que tal diminuição é menos significativa no total de bolsas de iniciação científica distribuídas, considerando-se que houve uma tentativa de manter minimamente os recursos humanos necessários ao desenvolvimento das pesquisas, uma vez que houve um incremento significativo no número de projetos em desenvolvimento na instituição e não houve crescimento de recursos aportados em bolsas pelas agências externas de fomento à pesquisa.

A diminuição desses recursos vem acompanhando o histórico de recursos destinados à pesquisa aplicada na matriz orçamentária institucional (aproximadamente R\$469mil em 2015 a R\$233mil em 2018). Também deve ser levado em consideração que a partir de 2016 passaram a ser realizados investimentos em projetos de pesquisa em cooperação com instituições estrangeiras, possuindo como fonte de recursos a mesma matriz orçamentária.

A partir do ano de 2016 o IF Farroupilha passou a apoiar a realização de projetos de pesquisa cooperados com instituições internacionais. Nes-

se período, o montante de recursos aportados foi proporcional às demandas apresentadas.

Nos gráficos 16 e 17, nota-se que o investimento empenhado pelo IFFar é diretamente proporcional ao quantitativo de contemplados com os projetos cooperados internacionais.

A oferta de cursos de pós-graduação lato sensu no IFFAR tem aumentado gradualmente nos últimos anos, tendo dobrado o número de vagas de 2018 em relação a 2014, como observado no Gráfico 18: Demonstração da evolução das vagas ofertadas nos cursos lato sensu do IFFar bem como a evolução de matrículas nos mesmos. Esse acréscimo se dá em razão do processo natural de verticalização da instituição, com os cursos de graduação sendo integralizados no período, além do incremento significativo da qualificação do corpo docentes, que viabiliza a oferta de cursos em nível de pós-graduação.

A partir de 2017 o IFFAR passou a ser pólo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (PROFEPT), atendendo atualmente estudantes em nível de pós-graduação stricto sensu. Nesse processo convém destacar os números

dos processos seletivos, altamente concorridos, com uma relação candidato vaga de 28,96 em 2017 e 37,41 em 2018.

Como pode ser observado no Gráfico 20: Demonstração da evolução dos registros de propriedade intelectual do IFFar depositados no INPI, nos últimos anos o Instituto Federal Farroupilha tem realizado um crescente número de depósitos de registros de propriedade intelectual junto ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual).

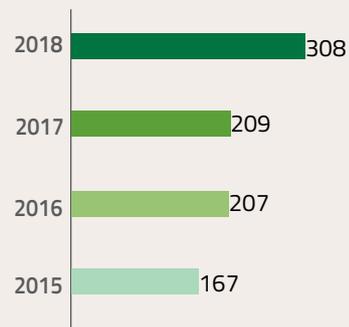
Esse crescimento é mais significativo nos segmentos de programas de computador e patentes. Tal situação é entendida como reflexo de ações articuladas específicas, como a formalização e qualificação dos Núcleos de Inovação e Transferência de Tecnologia nos campi, o investimento em projetos de pesquisa com caráter mais aplicado objetivando a inovação e a realização de cursos de formação voltados à cultura inovadora. Importante observar que essas ações somente foram viabilizadas dado que a partir de 2016 a matriz orçamentária institucional passou a contar com recursos específicos para inovação, oportunizando investimentos signifi-

cativos no fomento a projetos de inovação e na qualificação e formação de recursos humanos para esse fim.

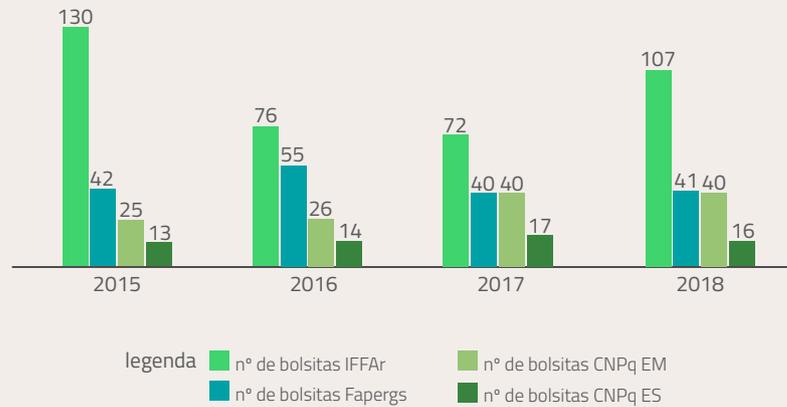


## POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IF FARROUPILHA

**Gráfico 14:** Demonstração da evolução do quantitativo de Projetos de Pesquisa desenvolvidos no IFFar



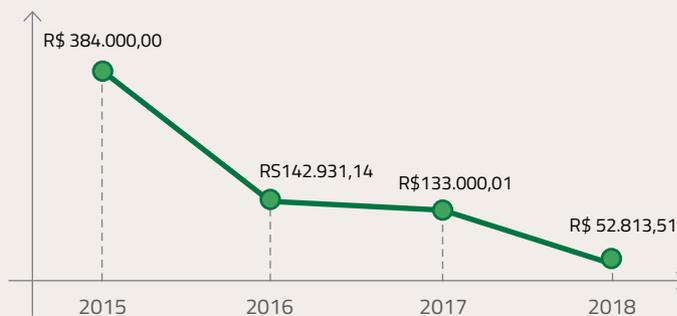
**Gráfico 15:** Demonstração da evolução dos quantitativos de bolsas distribuídas aos projetos de pesquisa do IFFar e as formas de fomento para as mesmas



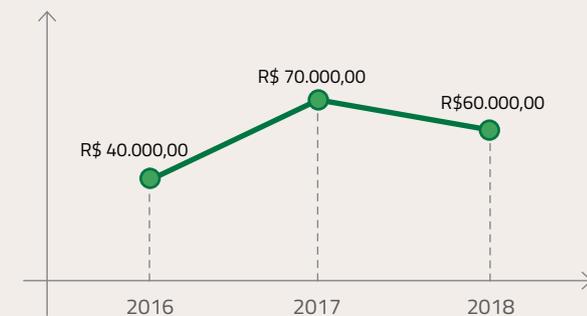
**Gráfico 17:** Demonstração do quantitativo de Projetos Cooperados Internacionais



**Gráfico 16:** Demonstração da evolução dos recursos institucionais destinados para o desenvolvimento de projetos de pesquisa



**Gráfico 18:** Demonstração da evolução de recursos destinados a Internacionalização



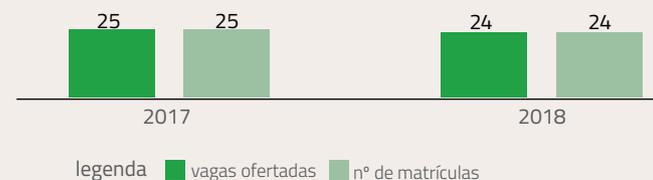


## POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO IF FARROUPILHA

**Gráfico 19:** Demonstração da evolução das vagas ofertadas nos cursos latu sensu do IFFar bem como a evolução de matrículas nos mesmos



**Gráfico 20:** Demonstração da evolução das vagas ofertadas nos cursos stricto sensu do IFFar bem como a evolução de matrículas nos mesmos



**Gráfico 21:** Demonstração da evolução dos registros de propriedade intelectual do IF Farroupilha depositados no INPI.



## 5.6. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Extensão do IF Farroupilha.

As ações de extensão, pelas suas características, têm como pressuposto contribuir na formação dos estudantes, ampliando-se à comunidade externa pela execução de projetos selecionados por editais, buscando a articulação entre as três dimensões básicas da educação: ensino, pesquisa e extensão, e que possibilitem que os sujeitos envolvidos partilhem informações, construam conhecimentos e produzam novas tecnologias que atendam demandas da sociedade. Por isso, as ações partem de demandas apresentadas pela comunidade, instituições e/ou grupos formais que atuam no desenvolvimento regional e na melhoria das condições de geração de renda.

Os servidores do IFFar desenvolvem projetos de extensão junto à comunidade local, cujas ações são bastante diversificadas, desde gestão de negócios, mostras, apoio a organização de agricultores, participação em feiras, apresentações artísticas, etc... Além do fomento através de bolsas e custeio aos projetos, o *Campus* dispo-

nibiliza infraestrutura para desenvolvimento e veículos para deslocamento dos extensionistas. Os resultados foram bastante satisfatórios, visto que as comunidades reconhecem a intervenção como fundamental para seu desenvolvimento.

No Exercício de 2018, foram desenvolvidos 499 projetos de extensão atingindo o total de 80 mil pessoas. O desenvolvimento dos projetos propiciou o aumento do envolvimento dos alunos na execução das atividades de extensão e conseqüentemente o número de bolsas para os mesmos, como demonstra o Gráfico 21: Relação entre os projetos de extensão desenvolvidos nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 e o total de alunos e docentes envolvidos com os mesmos. As ações de extensão tem como principais fomentos 3 programas institucionais: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, o Programa de Inclusão Social e o Programa de Arte e cultura. Além destes, a Pró-reitoria de Extensão destina recurso financeiro ao edital de fomento, ou seja, todas as ações que não se enquadram nos programas citados anteriormente.

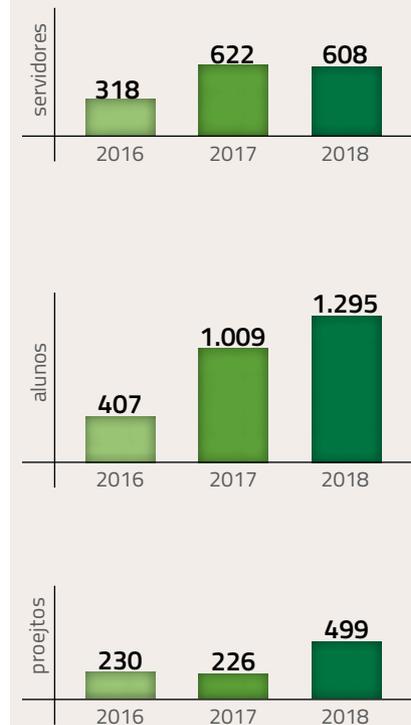
Em 2018 foram realizadas parcerias para a realização de estágios e

captação de recursos financeiros para ações de pesquisa e extensão através da Fundação de Apoio. O IFFar em 2018 lançou o Portal do Egresso por onde será realizado todo o acompanhamento dos egressos e oportunidades de estágios e emprego. Além disso, foram implantadas 5 empresas juniores nos campi, ampliando, assim, as oportunidades de empreendedorismo no IFFar, além de iniciar a implantação de incubadoras sociais, fase pré-incubação.



POLÍTICAS DE EXTENSÃO DO IF FARROUPILHA

**Gráfico 22:** Relação entre os projetos de extensão desenvolvidos nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 e o total de alunos e docentes envolvidos com os mesmos



legenda explicando  
legenda explicando  
legenda explicando

### 5.7. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de T.I. do IFFar.

Ao logo do ano de 2018, foram realizadas várias atividades de relevância para o andamento da Tecnologia da Informação (T.I.) do IFFar. A equipe de T.I. realizou suas ações em consonância com Plano de Ações e Metas da Instituição e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFFar, o que proporcionou o alinhamento das demandas de tecnologia da informação com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão do IFFar.

Dentre as ações realizadas no exercício de 2018, destacam-se:

- » Ampliação da rede de fibra ótica;
- » Aquisição de equipamentos (notebooks, computadores, switches, scanners, e demais);
- » Manutenção e ampliação da rede de internet da Instituição;
- » Manutenção/implantação da rede de telefonia nas unidades da Instituição;
- » Implantação do Sistema Integrado de Gestão;
- » Desenvolvimento de sistemas para o atendimento das demandas institucionais.

### 5.8. Consolidar, ampliar e aprimorar as Políticas de Inclusão do IF Farroupilha.

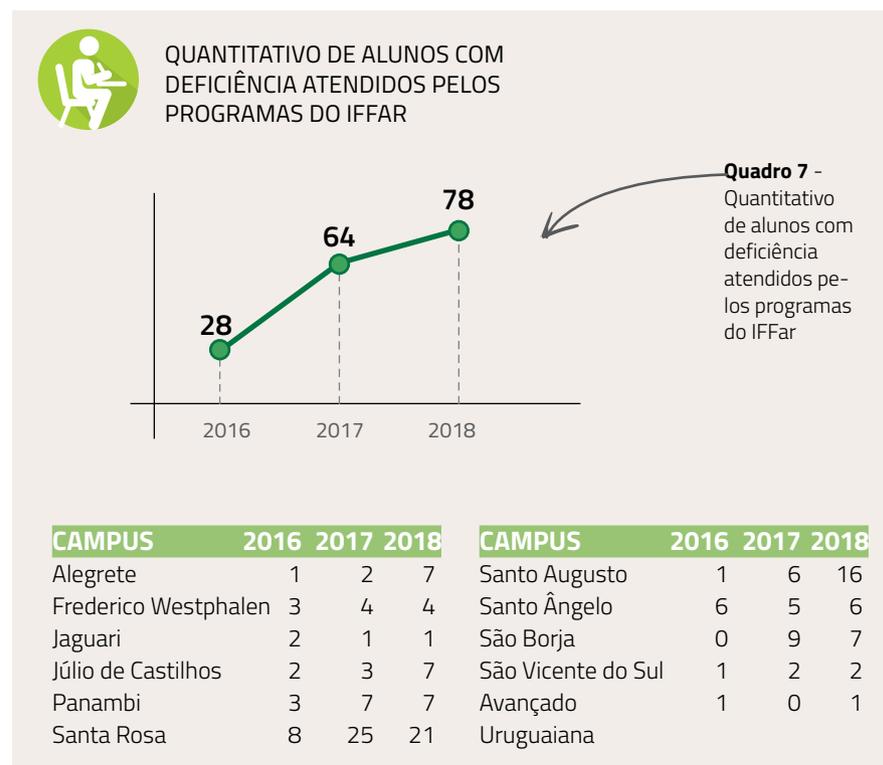
A Política de Inclusão do IFFar é um conjunto de conceitos, princípios, objetivos e diretrizes de implementação voltados à garantia de permanente debate e promoção de ações, programas e projetos para garantia do acesso, da participação e da perma-

nência com qualidade e êxito de todos no âmbito do IFFar; essas ações são verificadas com o aumento dos alunos ingressantes e concluintes no ano de 2018.

A Coordenação de Ações Inclusivas, através de sua Política, documen-

tos e resoluções teve um acréscimo gradativo de atendimentos a alunos com deficiência entre o ano de 2016 e 2018 em função da criação e atuação de seus Núcleos inclusivos – Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos (NEAMA) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) – que foram regulamentados em todos os *campi*, desenvolvendo atividades voltadas para inclusão e diversidade envolvendo alunos, servidores e comunidade, tanto através da realização de ações de ensino, pesquisa e extensão, quanto na promoção e participação de eventos, garantindo o acesso e permanência na instituição.

O Quadro 5, apresenta a evolução dos alunos com deficiência do IFFar que foram atendidos pela política de inclusão. O quantitativo total de alunos atendidos passou de 28 para 78 no período de 2016 a 2018, uma evolução de 178%.



# » 6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

## 6.1. Gestão orçamentária e financeira

O IFFar conta com uma estrutura de 11 unidades situadas em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Sul, tem uma gestão orçamentária mista, organizada com ações centralizadas e outras descentralizadas. Exemplo desta estrutura de execução, é a gestão dos recursos de pessoal e encargos, os quais são geridos pelo órgão central a Reitoria sediada no Município de Santa Maria. De outra forma a grande maioria das despesas de funcionamento das unidades, assistência e despesas de investimento, são executadas diretamente pelas unidades, ficando o controle na unidade orçamentária. Algumas despesas específicas possuem controles e procedimentos de execução centralizadas na reitoria, estas se referem a programas institucionais, a modelos de contratação ou por necessidade organizacional.

No exercício de 2018 o IF Farroupilha participou da execução de aproximadamente 07(sete) programas, onde alguns referem-se ao PPA 2012/2015, (referente a execução

de restos a pagar) e outros ao PPA 2016/2019 sendo eles:

### I) Programas temáticos de governo:

- » Educação básica (2030)
- » Educação Profissional e Tecnológica (2031)
- » Educação de Qualidade para Todos (2080)

### II) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

- » Previdência de Inativos e pensionistas da União (0089)
- » Programa de gestão e manutenção do MEC (2109)

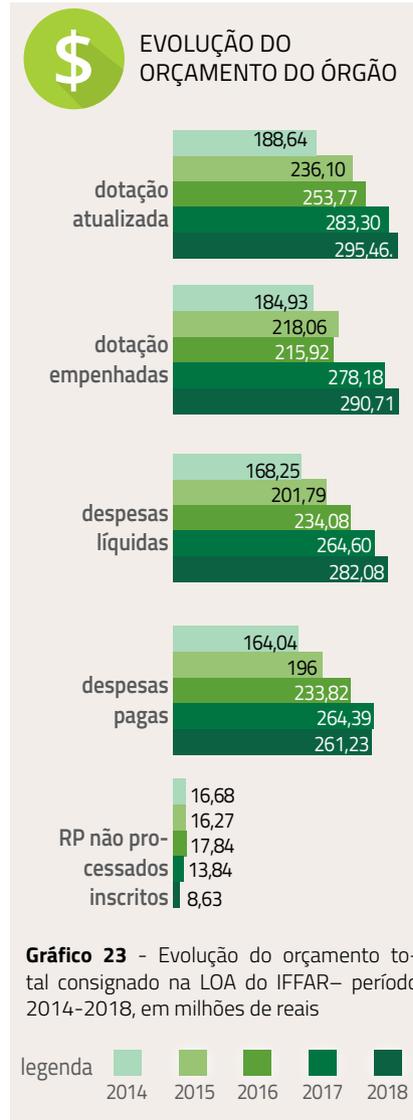
### II) Programas de operações especiais

- » Cumprimento de sentenças judiciais (0901).
- » Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (0910).

É importante frisar, que o IF Farroupilha não é responsável diretamente por nenhum programa do PPA em questão, mas indiretamente

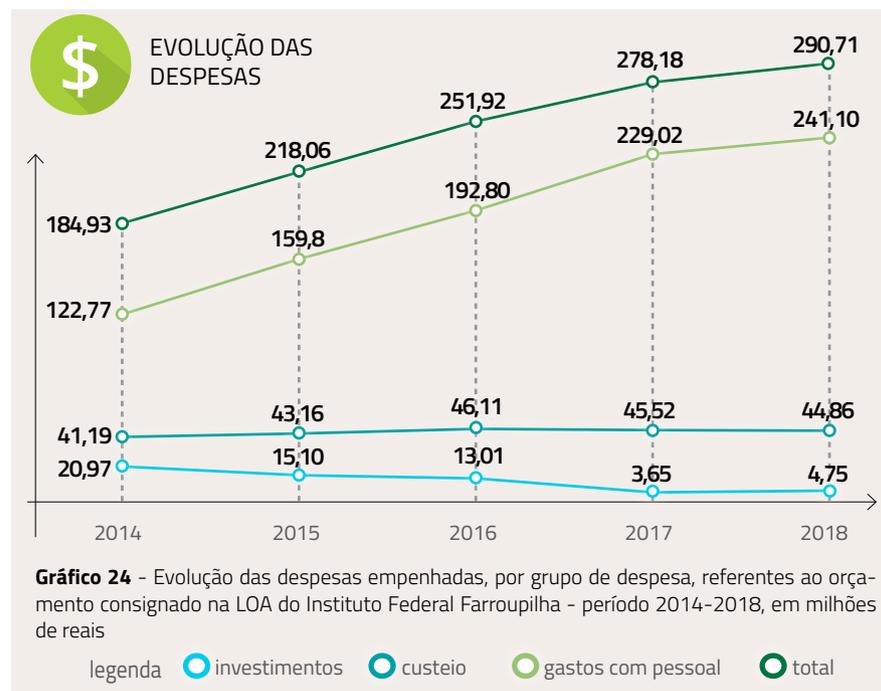
participa da execução e acompanhamentos de diversos programas orçamentários. Desta forma, optou-se por apresentar a execução do órgão de forma simplificada, afim de visualizarmos a ótica orçamentária e do dispêndio neste período. Observa-se que apresentação das informações, dá-se de forma global e não por programa ou ação.

O gráfico a seguir, apresenta a evolução do orçamento do órgão. Observa-se que ao longo do período analisado, ocorreu evolução significativa da dotação orçamentária, bem como do montante de sua execução. A dotação total atualizada sofreu um incremento de aproximadamente 63,59% entre 2014 e 2018, enquanto os empenhos cresceram aproximadamente 57,20% no mesmo período. Por outro lado, os Restos a pagar não processados, apesar de nominalmente terem evoluído entre 2014 a 2016, no período analisado houve redução significativa, de aproximadamente 48,26%. Conseqüentemente, o percentual sobre total de empenhos reduziu de 9% para 2,97% entre 2014 e 2018.



Analisando o dispêndio orçamentário, observamos que as despesas que mais evoluíram estão diretamente relacionadas a gastos com pessoal, onde as despesas empenhadas passaram de R\$ 122,77 milhões em 2014, para R\$ 241,10 milhões em 2018, acréscimo de 96,38% no período. Reflexo este, da expansão da instituição, onde em 2014 a instituição contava com 1158 servidores e em 2018 passou 1357, ampliação de 17,18% na força de trabalho. Neste contexto apresenta-se também, a reformulação das regulamentações de cargos e salários das categorias e reajustes salariais. Destaca-se que 83% do orçamento vinculado a LOA 2018, são destinados ao pagamento de despesas vinculadas a gastos com pessoal como salários, encargos sociais, contribuições, aposentadorias, pensões, benefícios e auxílios.

Pode-se verificar na execução da despesa do órgão que houve crescimento nos últimos cinco anos. Cenário oposto ocorre com as despesas de investimento, o qual sofreu redução drástica no período, passando de R\$ 20,68 milhões em 2014 para R\$ 4,75 milhões em 2018. Redução de aproximadamente 77%. Entre os



principais fatores que influenciaram a redução estão: a) o fim do programa de expansão da rede federal; b) a crise econômica e consequentemente a redução da arrecadação do Estado; c) A lei que estabelece o teto de gastos públicos; d) mudança da metodologia de distribuição dos valores da ZORG, que passaram a sua maior parte a ser distribuído a partir de TED (Termo de Execução Descentralizada). A redução do orçamento de investimento

trouxe reflexo significativo, principalmente nas ações de investimento em obras e equipamento de material permanente para laboratórios. Para amenizar esses reflexos a instituição postergou o início de obras institucionais que precisam ser realizadas para atender com qualidade as ações de ensino, pesquisa e extensão.

As despesas de custeio, vinculadas ao funcionamento institucional e assistência ao estudante, também

tiveram um crescimento aproximadamente 8,92% entre, 2014 e 2018. Saindo de R\$ 41,19 milhões de reais em 2014 para R\$ 44,86 milhões em 2018. Porém ao analisarmos separadamente, observamos que as despesas com funcionamento da instituição reduziram em 3,77%, influenciado pela redução do número matrículas e pela estabilização do orçamento da rede. Quanto ao orçamento da assistência, o mesmo teve aumento significativo no período analisado, passado de 6,74 milhões em 2014 para 11,43 milhões em 2018. O crescimento de 70% se deu basicamente, em virtude da política da Rede Federal, de buscar garantir as políticas de assistência da rede, e consequentemente do Instituto Federal Farroupilha.

### 6.1.1. Execução Orçamentária e Financeira do Órgão

A Lei Orçamentária Anual de 2018 – LOA/2018 consignou ao Instituto Federal Farroupilha, R\$ 263,90 milhões. Contudo, para garantir as despesas institucionais no período, principalmente aos gastos relativos a pessoal, a dotação foi atualizada em R\$ 32,06 milhões, ou seja, em 12,17%.

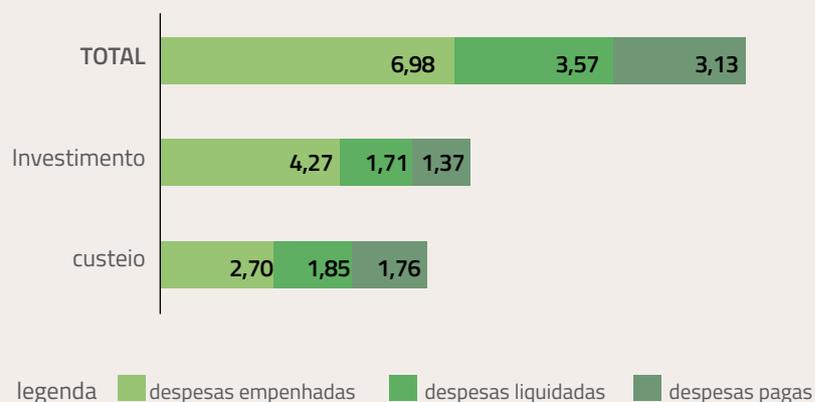


**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO IFFAR**

**Gráfico 25** - Orçamento consignado na LOA 2018, em milhões de reais



**Gráfico 26** - Execução de recursos extra-orçamentários no exercício 2018, em milhões de reais



Do orçamento total, o IFFar executou no exercício R\$290,71 milhões, destes, R\$ 241,10 milhões se referem a gastos com pessoal, R\$ 44,86 milhões com custeio e R\$4,75 milhões em investimento.

Do total empenhado, R\$ 282,08 milhões foram liquidados, ou seja, 97,03% do total. Desta forma, foram incluídos em restos a pagar não processado o valor de R\$ 8,63 milhões, 2,97%. O valor pago representa 88,41% da dotação atualizada.

Quanto a execução financeira, o valor pago em 2018, totalizou R\$ 261,23 milhões, desta forma, R\$20,85 milhões foram inscritos em restos a pagar processados. Destaca-se que R\$20,23 milhões, 93%, refere-se a valores da folha de pagamento, que por problema de processamento só se concretizou no exercício de 2019.

Destaca-se, que o órgão também executou recursos extra-orçamentários, recursos esses, oriundos de outros órgãos e/ou instituições, no montante de R\$ 6,98 milhões. Dos quais, 61% são recursos de investimento e 39% de custeio.

Dos valores executados em custeio, 74% refere-se a ações de Apoio

a Formação Profissional, como o Médio Tec e bolsa formação, e 23,5% a alimentação escolar. Quanto ao investimento, 100% do valor executado refere-se a ação 20RG (expansão e reestruturação da rede).

Do montante extra-orçamentário executado, R\$ 3,56 milhões foram liquidados, dos quais R\$3,13 milhões foram pagos. Restando em restos a pagar para o exercício de 2019 o montante de R\$3,83 milhões entre processados e não processados.

### 6.1.2. Despesas Executadas

Para melhor compreensão da execução da despesa do exercício, dividiu-se as mesmas em três grupos de despesas: gastos com pessoal, despesas de custeio e despesas de investimento.

**Gastos com pessoal:** para melhor compreensão do total de dispêndios com pessoal, foram aqui inseridos os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios e indenizações, além das despesas de pessoal e encargos sociais

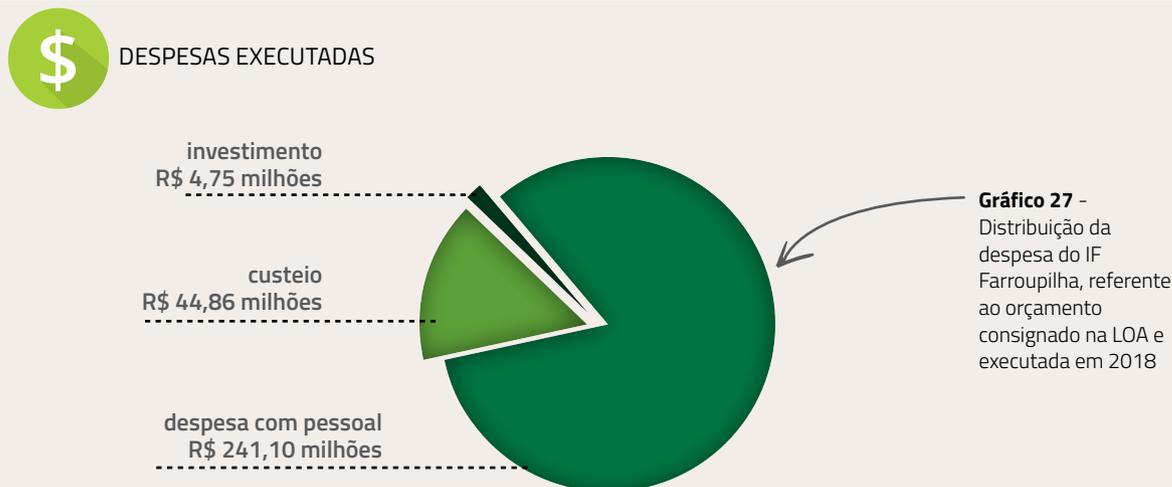
**Despesas de Custeio:** Despesas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional e assistência aos estudantes.

**Investimentos:** Dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TIC, etc.

No exercício de 2018, 82,93 % do orçamento empenhado foi destinado para pagamento de despesas relacionadas com pessoal, ou seja, R\$ 241,10 milhões de reais. Quanto ao custeio foram executados R\$ 44,86 milhões, e em investimento R\$ 4,75 milhões.

Ao compararmos esses números com 2017, percebe-se uma pequena evolução positiva de 4,5%, basicamente atribuída ao aumento das despesas relacionadas a gastos com pessoal, o qual teve um incremento de aproximadamente R\$ 12,08 milhões.

» Quando as despesas pagas no exercício, as mesmas perfazem a 89,86% do total empenhado e 92,61% do total liquidado. Os valores liquidados e não pagos referem-se basicamente a despesas obrigatórias vinculada a folha de pagamentos.



**Tabela 1 -** Despesas orçamentárias empenhadas liquidadas e pagas em 2017 e 2018, em milhões de reais

Despesas, em milhões de reais	2018			2017			2017-2018		
	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Varição empenhada %	Varição Liquidada %	Varição paga %
Gastos com Pessoal	241,10	241,10	220,87	229,02	229,02	229,02	5,28%	5,28%	-3,56%
Custeio	44,86	38,50	38,07	45,52	34,15	33,93	-1,46%	12,74%	12,18%
Investimento	4,75	2,48	2,29	3,65	1,44	1,44	30,35%	72,22%	59,14%
<b>TOTAL</b>	<b>290,71</b>	<b>282,08</b>	<b>261,23</b>	<b>278,18</b>	<b>264,61</b>	<b>264,39</b>	<b>4,50%</b>	<b>6,60%</b>	<b>-1,20%</b>

### 6.1.3. Gastos com pessoal

Os principais gastos com pessoal estão relacionados ao salário de servidores e contribuições para a previdência, representando 88,44% do total empenhado. O pagamento de inativos e pensionistas foi R\$ 13,82 milhões, 45,19% do total recolhido em contribuições à previdência. Destaca-se esta informação em virtude de a instituição ter número pequeno de aposentados e pensionistas quando comparado com o número de servidores na ativa, reflexo do ingresso de novos servidores nos últimos dez anos.

Ao compararmos os dois últimos exercícios, percebe-se um leve aumento de aproximadamente 5,28% no total das despesas empenhadas com o gasto com pessoal. As despesas empenhadas com inativos e pensionistas foi a que proporcionalmente teve maior crescimento, 17,12%, reflexo das aposentadorias no ano de 2018. Em termos nominais as despesas empenhadas com ativos evoluíram em R\$ 7,19 milhões de reais.

### 6.1.4. Despesas com investimentos

A execução do investimento se deu,

basicamente, para atender demandas de equipamentos e mobiliários de laboratórios, para os cursos em implantação, reconhecimento de cursos superiores e reorganização de espaços administrativos. Dentre as despesas mais representativas estão mobiliários, equipamentos de TIC e materiais para relacionados a área da saúde. Os valores relacionados a obras, basicamente para dar andamento a obras em execução e iniciar a obra do Centro de Saúde do *Campus* de Santo Ângelo.

As despesas de investimento em 2018, teve crescimento em 30,35% se comparado com o exercício anterior. Os investimentos com equipamentos e material permanente aumentaram em aproximadamente 53,61%, enquanto os investimentos em obras e instalações aumentaram em 49,81%. Destaca-se, porém, que os valores empenhados são significativamente inferiores aos necessários, uma vez que ainda há infraestrutura a ser disponibilizada às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, salas de aulas, laboratórios, espaços para práticas esportivas, espaço para alimentação e convivência dos estudantes, móveis e equipamentos para atender as diversas atividades educacionais e institucionais.

**Tabela 2** - Despesas orçamentárias com pessoal, empenhadas e pagas em 2017 e 2018, em milhões de reais

Gasto com pessoal, em milhões de reais	2018		2017	
	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
Ativos	182,57	164,59	175,38	175,38
Contribuições para a Previdência	30,58	30,58	28,90	28,90
Inativos e Pensionistas	13,82	12,70	11,80	11,80
Auxílios e Benefícios	13,40	12,29	12,83	12,83
Precatórios	0,72	0,72	0,11	0,11
<b>TOTAL</b>	<b>241,10</b>	<b>220,87</b>	<b>229,02</b>	<b>229,87</b>



**Tabela 3** - Despesas orçamentárias com investimento, empenhadas e pagas em 2017 e 2018, em milhões de reais

Gasto com pessoal, em milhões de reais	2018			2017		
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Obras e Instalações	1,98	0,49	0,35	1,29	0,59	0,58
Equipamentos e Materiais Permanentes	2,77	1,99	1,94	1,85	0,58	0,59
Outros Serviços PJ	-	-	-	0,51	0,27	0,27
<b>TOTAL</b>	<b>4,75</b>	<b>2,48</b>	<b>2,29</b>	<b>3,65</b>	<b>1,44</b>	<b>1,44</b>

Em face das restrições fiscais, os investimentos pagos em 2018 tiveram como prioridade garantir a continuidade das obras em andamento, bem como o pagamento de materiais e equipamentos para laboratórios, os quais foram motivados pela necessidade de se manter um padrão mínimo de funcionamento das Unidades.

### 6.1.5. Despesas com Custeio

As despesas com custeio subdividimos em dois subgrupos, afim de separarmos as ações de assistência e auxílio a estudantes, das ações de funcionamento e manutenção da instituição.

Destaca-se que 74,52% das despesas de custeio estão relacionadas ao funcionamento e manutenção das atividades, enquanto 25,48% destinam-se as despesas de assistência, tais como alimentação, moradia, políticas de permanência e êxito e auxílios diversos.

Quanto a despesa de funcionamento, 74,48% das despesas executadas estão relacionadas às despesas com pessoas jurídicas e locação de mão de obra, relacionadas as despesas fixas de manutenção das atividades

da instituição. Aproximadamente 10% está relacionada a aquisição de material de consumo diversos e 4,45% com despesas com diárias e locomoção.

Com relação as despesas com assistência estudantil, aproximadamente 73,5% estão relacionadas as despesas com alimentação e moradia estudantil, e 25,67% aos auxílios financeiros, que visam a permanência e êxito dos estudantes caracterizados como de baixa renda.

Destaca-se que no último exercício, tanto o orçamento para atividades relacionadas ao funcionamento quanto as atividades relacionadas a assistência, sofreram uma pequena redução na sua execução. Essa redução está relacionada a estabilidade do orçamento da rede entre 2017 e 2018, e consequentemente do IF Farroupilha. Porém em termos reais, utilizado a inflação de 2018 de 3,75%, percebe-se uma queda do poder de compra de aproximadamente 5,20% se comparado a 2017. O montante desta diferença chega a 2,37 milhões, valor expressivo que possibilitaria atender diversas demandas reprimidas.

**Tabela 4** - Despesas orçamentárias com custeio, empenhadas e pagas em 2017 e 2018, em milhões de reais

Despesas de custeio em milhões de reais	2018			2017			2017 - 2018	
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Evolução Despesas Executadas	Evolução despesas Executadas %
Funcionamento e Manutenção	33,43	28,91	28,55	33,92	25,21	25,05	-0,49	-1,45%
Assistência	11,43	9,56	9,52	11,60	8,94	8,88	-0,17	-1,49%
<b>TOTAL</b>	<b>44,86</b>	<b>38,47</b>	<b>38,07</b>	<b>45,52</b>	<b>34,15</b>	<b>33,93</b>	<b>-0,66</b>	<b>-1,46%</b>

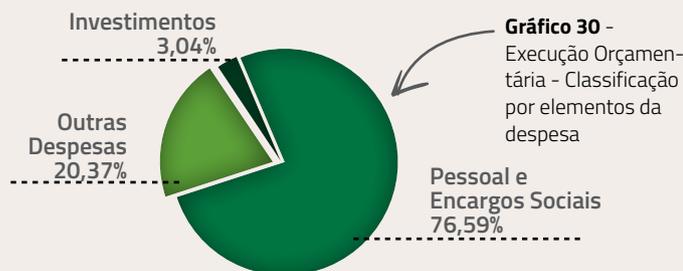


### 6.1.6. Execução por Grupo e Elemento de despesa realizados pelo órgão

A estrutura orçamentária, está disposta de forma a identificar onde o gasto é realizado. Desta forma, serão apresentados a seguir a execução total realizada pelo órgão, indiferente a origem do recurso, de acordo com cada grupo de despesa, bem como os principais elementos e/ou insumos que foram utilizados ou adquiridos.

Observa-se na execução, que o grupo de pessoal e encargos sociais, ou seja, das despesas obrigatórias, representa 76,59%. Este grupo é composto pelas despesas com pessoal. Quanto as outras despesas correntes, atingiram 20,37% do total empenhado. Destaca-se, que aproximadamente 22% deste grupo correspondem a despesas relacionadas a gastos com pessoal, como auxílios e benefícios.

As principais despesas do grupo estão centradas nos pagamentos relacionados aos vencimentos e vantagens dos servidores, com 76,67% do total das despesas pagas. Neste elemento as principais despesas pagas referem-se a salários e vencimentos, gratificações por cargo efetivo.



**Tabela 5 - Pessoal e Encargos Sociais**

Elementos de Despesa	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
01. Aposent. RPPS, reser. remuner. e reform. militar	11,68	11,68	10,74
04. Contratação por tempo determinado - Pes.Civil	6,18	6,18	5,66
11. Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	173,72	173,72	156,37
13. Obrigações Patronais	31,78	31,78	31,78
Demais elementos	3,61	3,61	3,31
<b>Total</b>	<b>226,97</b>	<b>226,97</b>	<b>207,86</b>

**Tabela 6 - Outras despesas correntes**

Elementos de Despesa	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	RPNP inscritos
30. Material de consumo	4,60	3,66	3,63	0,93
37. Locação e mão-de-obra	7,99	6,78	6,72	1,21
39. Outros serviços de terceiros - PJ	23,46	19,58	19,42	3,88
46. Auxilio - alimentação	7,50	7,50	6,88	0,00
Demais elementos	16,82	15,81	15,09	1,01
<b>Total</b>	<b>60,36</b>	<b>53,33</b>	<b>51,75</b>	<b>7,04</b>

**Tabela 7 - Investimentos**

Elementos de Despesa	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	RPNP inscritos
51. Obras e Instalações	5,75	1,82	1,48	3,93
52. Equipamentos e Material Permanente	3,27	2,37	2,18	0,90
<b>Total</b>	<b>9,02</b>	<b>4,19</b>	<b>3,67</b>	<b>4,83</b>

**Tabela 8 - Despesas orçamentárias, empenhadas e pagas em 2017 e 2018, por grupo de despesa em milhões de reais**

Grupo de Despesa	2018			2017			2017 - 2018	
	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Evolução Despesa empenhada	Evolução Despesa Empenhada %
Investimentos	9,02	4,19	3,67	7,31	2,10	2,10	1,70	23,30%
Outras Despesas Correntes	60,36	53,33	51,75	60,42	48,03	47,77	-0,06	-0,09%
Pessoal e Encargos Sociais	226,97	226,97	207,86	216,28	216,28	216,28	10,70	4,95%
<b>Total</b>	<b>296,36</b>	<b>284,49</b>	<b>263,28</b>	<b>284,01</b>	<b>266,40</b>	<b>266,15</b>	<b>12,34</b>	<b>4,35%</b>

Dos valores pagos em outras despesas correntes, os serviços de terceiros-PJ representam 37,53% do total pago, com destaque para os pagamentos de serviços de limpeza e conservação, vigilância, fornecimento de alimentação para estudantes entre outros. Neste mesmo contexto, a locação de mão-de-obra para as atividades de manutenção e funcionamento das unidades é representativa, chegando a 17,2% do total pago.

Quanto aos investimentos, as principais despesas pagas neste grupo estão relacionadas a equipamentos e material permanente, os quais representam 59,40% do total pago. Quanto a obras e instalações o montante em restos a pagar não processados inscritos refere-se a obras em andamento, as quais parcela dos valores a serem executado em 2019 foram empenhadas e não liquidadas.

Na tabela seguir, ao analisarmos os dois últimos exercícios, observa-se que houve aumento de R\$12,35 milhões nas despesas empenhadas, enquanto as despesas pagas reduziram em R\$2,87 milhões, frente a um aumento do valor liquidado de R\$18,09 milhões. Destaca-se que no exercício de 2018 houve um problema opera-

cional com algumas despesas vinculadas a folha de pagamento, gerando um montante de R\$20,23 milhões em restos a pagar processados, os quais foram executados no exercício de 2019.

### 6.1.7. Execução de Restos a Pagar

A execução dos Restos a Pagar teve a observância do que dispõe legislação vigente. De maneira geral, os Restos a Pagar foram executados com base, além do diploma legal já citado, na Lei nº 4.320/64, no Decreto nº 93.872/86, no Decreto nº 7.654/2011 e no Acórdão TCU nº 3.108/2011.

De maneira geral, as unidades executaram os recursos de Restos a Pagar em conformidade com o que dispõe a legislação. Para a inclusão de restos a pagar no ano de 2016, referente exercício de 2015, foram adotados procedimentos de acompanhamento e execução dos restos a pagar no Instituto Federal Farroupilha, os quais foram subsídios para as inclusões posteriores, inclusive do exercício de 2018. Procedimentos estes que melhoraram o acompanhamento dos

Gráfico 31 - Execução de restos a pagar no exercício 2018 em milhões de reais



Gráfico 32 - Execução de restos a pagar nos exercícios 2017 e 2018 em milhões de reais



mesmos.

Os restos a pagar inscritos em 2017 que foram executados em 2018, referem-se basicamente a obras e equipamentos, e despesas correntes com material de consumo e serviços de pessoas jurídicas. Apesar de ser valor expressivo, se comparado com os anos anteriores houve a redução no saldo reinscrito para 2019 (saldo em 31/12/2018). Da mesma forma, ao verificamos que o saldo em 31 de dezembro de 2018, os saldos reduziram significativamente. Ao compararmos a inclusão de restos a pagar nos exercícios de referência (2017 e 2018) das prestações de contas, podemos verificar uma redução no montante de inscrição para 2018, de aproximadamente 17,34%, ou seja R\$ 4,91 milhões.

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar de exercícios anteriores no âmbito institucional perfizeram o montante de R\$ 23,4 milhões de reais, dos quais aproximadamente 16,16% foram reinscritos no exercício de 2019. Redução de 28,57% de comparado com as inscrições para 2018.

Dos valores em restos a pagar de exercícios anteriores, 97,47% são de não processados, ou seja, a despesa não foi liquidada, onde parcela signi-

ficativa destes valores referem-se as despesas fixas referente ao exercício de 2017. Observa-se também que aproximadamente 77,53% dos restos a pagar foram pagos no exercício de 2018, enquanto 5,60% destes foram cancelados. Dos cancelamentos, 55% refletem a obras paralisadas que não foi possível reutilizar os restos a pagar.

Com base no exercício de 2014, os restos a pagar somavam R\$35,8 milhões, já em 2018, R\$ 23,40 milhões. Redução nominal de R\$12,40 milhões, ou seja, 34,64%. Entre os anos de 2017 e 2018 esta tendência de redução se manteve, ficando os restos a pagar em aproximadamente 17,34%. Tendência esta que deverá prevalecer no próximo exercício.

É importante destacar que os estoques de restos a pagar de exercícios anteriores foram basicamente influenciados pela liberação tardia dos limites de empenho, já no final de 2017 e a não liberação de financeiro para pagamento dos liquidados, aspecto importante que também reflete sobre os cancelamentos de restos a pagar em 2018, que reduziram significativamente.

A melhora aparente na gestão dos restos a pagar está diretamente liga-

da a dois fatores: 1) ações institucionais no sentido de atender o que preconiza a legislação sobre manutenção de restos a pagar. Nesse sentido a instituição normatizou a inscrição e acompanhamento dos restos a pagar não processados. Com a implantação do Sistema Integrado de Gestão, melhorará significativamente a gestão da execução orçamentária e consequentemente destes estoques; 2) Contingenciamento orçamentário destinado a obras, o que provavelmente parte significativa seriam inscritas em restos a pagar.

### **6.1.8. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

Relacionado às questões de execução orçamentária e financeira, é sabido que desde o final do exercício de 2013, com pequeno agravamento em 2014 e impacto drástico em 2015 e reflexo negativo em 2017 e 2018, a gestão orçamentária tornou-se mais instável, pois uma vez aprovado o orçamento, temos que estar preparados para os “conhecidos” contingenciamentos. Contudo, por prudência anualmente a instituição sempre que se precaveu, e organizava o planeja-

mento das despesas com margem de 10% de segurança, a fim de garantir o andamento responsável dos gastos, e dependendo da capacidade de execução ao longo do exercício, ocorria a articulação com a Setec, afim da liberação dos valores contingenciados, possibilitando assim a efetivação do planejamento inicial.

Com as liberações já no final do exercício chegou-se a execução de aproximadamente 99% do orçamento de custeio e investimento, consignado na LOA. Fator este fez aumentar os restos a pagar não processados a serem inscritos para o exercício seguinte. Se as liberações dos limites de empenho ocorressem em um prazo razoável, e se a incerteza sobre o orçamento real da instituição fosse reduzida, teríamos ganhos significativos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e com certeza reduziríamos significativamente o montante de restos a pagar.

Ações de longo prazo, acabam por serem estagnadas no anseio de maior segurança dos valores aprovados no legislativo e permitindo a gestão integral dos recursos destinados a cada órgão.

Porém, diante de tantas dificulda-

des o Instituto Federal Farroupilha trabalha com foco na execução responsável e eficaz de seus recursos, como podemos observar nos demonstrativos apresentados neste relatório. Resultando, na efetivação das ações de ensino, pesquisa, extensão, inclusão, assistência estudantil e tantas outras que dependem da disponibilidade de recursos para sua continuidade.

O cenário financeiro vivenciado nos últimos exercícios, e não foi diferente em 2018, proporcionou insegurança quanto aos prazos legais para pagamento aos fornecedores.

Por outro lado, a atual organização das áreas de licitações e contratos, e de execução orçamentária e financeira, pode ser o fator que nos possibilitou vencer os desafios encontrados em 2018, por cada unidade ter suas representações e tratarem de forma individualizada cada problema que surgia. O aprimoramento contínuo do compartilhamento de compras busca desonerar cada unidade em busca de maior confiabilidade nos processos proporcionando processos cada vez mais rápidos e objetivos evitando a ocorrência de erros e problemas na sua operacionalização.

### **6.1.9. Principais impactos do contingenciamento**

O contingenciamento afetou a execução de parte do planejamento de gastos de várias unidades, acarretando os seguintes prejuízos à programação deste órgão:

- » Exigência de sucessivas reprogramações orçamentárias, ao longo de 2018, com o propósito de atender obrigações contratuais e garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais;

- » Limites orçamentários liberados no final do exercício acarretaram atrasos na abertura de certos processos licitatórios, o que estimulou as inscrições de restos a pagar;

- » Adiamento/cancelamento de novas despesas de custeio e de investimentos em áreas estratégicas do órgão;

### **6.1.10. Medidas para reduzir o impacto do contingenciamento**

Estão sendo adotadas ao longo dos anos diversas medidas de adequação do gasto a realidade orçamentária e financeira, entre elas:

- » Definição de critérios pelo Colégio de

Dirigentes para despesas de investimento;

- » Reestruturação do quadro de terceirizados nas unidades do órgão;

- » Priorização para pagamentos de despesas relacionadas a assistência aos estudantes;

- » Planejamento de ações que visam discutir com os setores das unidades as prioridades de gastos para o exercício subsequente.

### **6.1.11. Desafios**

- » Manter em bom funcionamento toda a estrutura do IF Farroupilha, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras, garantindo a qualidade institucional;

- » Aprimorar qualidade e a transparência dos gastos públicos;

- » Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do órgão;

- » Garantir a qualidade nas contratações.

### **6.1.12. Ações**

- » Aprimorar ações que visem a racionalização das despesas no órgão;

- » Estimular boas práticas de redução

de custos;

- » Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços;

- » Intensificar a comunicação com vistas à conscientização dos servidores;

- » Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização de despesas implementadas;

- » Possibilitar a capacitação dos servidores envolvidos nas ações de execução e acompanhamento orçamentário, bem como nas aquisições e contratações.

## **6.2. Gestão de pessoas**

### **6.2.1. Conformidade legal**

A criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei 11.892/2008, coloca a Gestão de Pessoas como tema fundante, uma vez que o resgate e registro de informações de pessoal, a sistematização do conhecimento consolidado, a necessidade de garantir a formação continuada, promover a capacitação e possibilitar a qualificação dos quadros de pessoal é requisito para a qualidade da oferta educacional e qualificação das atividades fins.

Para assegurar a conformidade

## » 6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

com a Lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal Farroupilha – IFFar trabalha em observância à Lei 12.772/2012 que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal e à Lei 11.091/2005 que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, bem como diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Nesse sentido, o IFFar verifica diariamente as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Órgão Central do SIPEC.

Os Atos no exercício de 2018 totalizaram 86 resoluções, 6 Instruções Normativas, 1738 Portarias e 77 Ordens de Serviço.

### 6.2.2. Órgãos de Controle

São realizadas auditorias preventivas periodicamente pelos órgãos de controle (TCU e CGU), de forma a corrigir eventuais inconsistências apontadas na Instituição, desta forma traba-

lha-se para que sejam dados os devidos encaminhamentos visando a solução do apontado.

Dentre os apontamentos mais relevantes realizados em 2018 pela TCU/CGU podemos citar as auditorias em:

### 6.2.3. Diligências TCU/CGU

- » Retribuição de Titulação/RT : 36
- » Reconhecimento de Saberes e Competência / RSC: 24
- » Jornada Flexibilizada / 30 horas

Outras importantes diligências da **CGU** que trataram de possíveis irregularidades referentes às acumulações indevidas de cargo público, quebra da Dedicção Exclusiva/DE e Descumprimento de Jornada de Trabalho.

- » Dedicção exclusiva: 03 (em análise);
- » Acumulações indevidas de cargo público: 01 (em análise);
- » Descumprimento de Jornada de Trabalho: 09 (em análise).

Sendo:

- » TCU: TCU 100% atendidas

- » CGU: 18% em análise

Em 2018, os atos de admissão e de concessão aposentadorias foram registrados no SISAC/e-pessoal, conforme Instrução Normativa TCU 78-2018.

#### ACESSE:

➔ *Normativa TCU 78-2018.*

<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F624F272201626CB8C97D4715>

### 6.2.4. Atos SISAC/e-pessoal

- » Admissão: 146
- » Desligamento: 42
- » Aposentadoria: 10

### 6.2.5. Força de trabalho

A Força de Trabalho da Instituição está distribuída nas onze unidades de ensino e uma unidade administrativa conforme quadro 7.

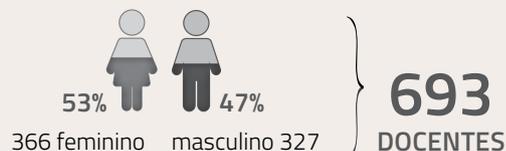
Além disso, pode-se traçar perfil da força de trabalho do IFFar, conforme o quadro síntese a seguir.

**Quadro 7** - Distribuição da força de trabalho

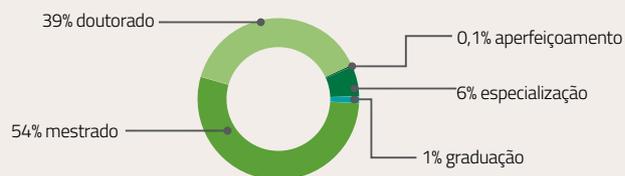
UNIDADE	DOCENTE	TAE
Reitoria	1	87
Alegrete	99	82
Frederico Westphalen	53	33
Jaguari	34	39
Júlio de Castilhos	70	60
Panambi	63	57
Santa Rosa	64	54
Santo Ângelo	53	38
Santo Augusto	61	51
São Borja	61	53
São Vicente do Sul	116	101
Uruguaiana	15	14
<b>Total</b>	<b>693</b>	<b>671</b>



**QUADRO 8 - PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO**



**POR TITULAÇÃO**



- ensino fundamental incompleto: 0
- ensino fundamental completo: 0
- ensino médio: 0
- graduação: 10
- mestrado: 371
- especialização: 42
- aperfeiçoamento: 1
- doutorado: 269

FAIXA ETÁRIA	DOCENTE
18 a 30 anos	73
31 a 40 anos	339
41 a 50 anos	200
51 a 60 anos	74
Maior que 60 anos	7

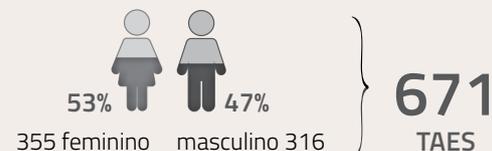
JORNADA	QTD
Dedicação exclusiva	688
40h	1
20h	4

**FAIXA SALARIAL**

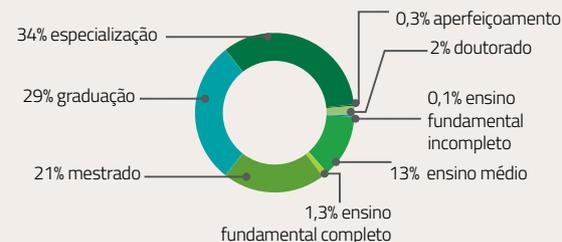
NÍVEIS	DOCENTE - CLASSES						TOTAL
	D	DI	DII	DIII	DIV	DV	380
Nível 001	1	101	9	159	94	16	380
Nível 002	0	48	2	44	89	0	183
Nível 003	0	0	0	24	25	0	49
Nível 004	0	0	0	62	19	0	81
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>149</b>	<b>11</b>	<b>289</b>	<b>227</b>	<b>16</b>	<b>693</b>

TAE	
PADRÃO DE VENCIMENTO	QTD
Padrão 101-116	42
Padrão 201-216	78
Padrão 301-316	198
Padrão 401-416	353
<b>Total</b>	<b>671</b>

TOTAL DE TAE COM JORNADA FLEXIBILIZADA	
UNIDADE	QTD
Campus Alegrete	36
Campus Jaguari	3
Campus Júlio de Castilhos	21
Campus Frerico Westphalen	5
Campus Panambi	38
Campus Santa Rosa	25
Campus Santo Ângelo	8
Campus Santo Augusto	14
Campus São Borja	32
Campus São Vicente do Sul	29
Campus Avançado Uruguiana	3
Reitoria	25
<b>Total</b>	<b>239</b>



**POR TITULAÇÃO**



- ensino fundamental incompleto: 0
- ensino fundamental completo: 9
- ensino médio: 85
- graduação: 193
- mestrado: 139
- especialização: 228
- aperfeiçoamento: 2
- doutorado: 14

FAIXA ETÁRIA	TAE
18 a 30 anos	96
31 a 40 anos	341
41 a 50 anos	145
51 a 60 anos	75
Maior que 60 anos	14

JORNADA	QTD
40h	658
25 h	6
20 h	7

### 6.2.6. Quantidade de cargos gerenciais ocupados

CARGOS DE DIREÇÃO	
CD 01	1
CD 02	15
CD 03	20
CD 04	43
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>

FUNÇÃO GRATIFICADA	
FG 01	63
FG 02	94
FG 03	8
FG 04	14
FG 05	24
FUC	185
<b>TOTAL</b>	<b>388</b>

**Quadro 9** - Quantidade de cargos gerenciais ocupados

Dos dados contidos no Quadro 10, uma CD-04 na Procuradoria Federal é ocupada por servidor de carreira da Advocacia Geral da União. Os demais Cargos em Comissão/gerenciais

são ocupados por servidores efetivos do IFFar.

### 6.2.7. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, de acordo com Constituição Federal de 1988, Art. 37, inciso II:

*A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*

Lei Nº 8.112/1990, Art. 10:

*A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.*

Decreto Nº 6.944/2009 que estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências.

A realização de tais concursos depende de autorização do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Os provimentos das vagas previstas em concurso devem estar planejados de acordo com Portaria Interministerial 109 de 27 de abril de 2017 que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo Ministério da Educação - MEC para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, Art. 2º, inciso I, alíneas b e c:

*I - com vistas ao provimento de cargos autorizados nos bancos de professor-equivalente e nos quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação:*

*b) o quantitativo de vagas para os cargos de professores efetivos e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E previstos nos editais dos concursos publicados, realizados, homologados sem provimento e aguardando publicação, com respectivos números e datas; e*

*c) o quantitativo de cargos vagos de professores e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E, a serem providos no exercício subsequente.*

O planejamento previsto na referida Portaria Interministerial também deverá estar de acordo com o Decreto Nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018 que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

A alocação dos servidores nas Unidades do Instituto Federal Farroupilha respeita a Portaria Nº 246, de 15 de abril 2016 que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissiona-

das, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação, traz em seu anexo I os quantitativos de Técnicos Administrativos em Educação e Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para cada tipo de Unidade, não fazendo previsão de lotação de professores nas Reitorias.

A mobilidade interna dos servidores da Instituição ocorre através de processo de seleção para cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido, o presente processo visa selecionar servidores técnico-administrativos em educação e docentes interessados em pleitear remoção para unidade distinta de sua lotação atual, no âmbito do IFFar, em consonância com o disposto na Lei N° 8.112/1990. As vagas que vierem a ser disponibilizadas às unidades deverão ser preenchidas, prioritariamente, com servidores relacionados no cadastro de reserva do referido edital.

### 6.2.8. Despesa de pessoal

No quadro apresentado a seguir, os valores do exercício 2018 relativos a servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão, houve uma redução, devido a cargos que vagaram oriundos de redistribuições, aposentadorias, vacâncias e exonerações. Servidores com contrato temporário ocorreu um aumento nas despesas, tendo em vista, a atualização do quantitativo previsto na Lei 8.745/1993 para admissão de professor substituto. Servidores cedidos com ônus ou em licença teve um decréscimo no exercício 2018, devido ao encerramento de licenças no período, como por exemplo Licenças para Qualificação. Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior e servidores ocupantes de funções gratificadas são de livre designação e exoneração, desta forma, considera-se normal a oscilação nos valores.

» 6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

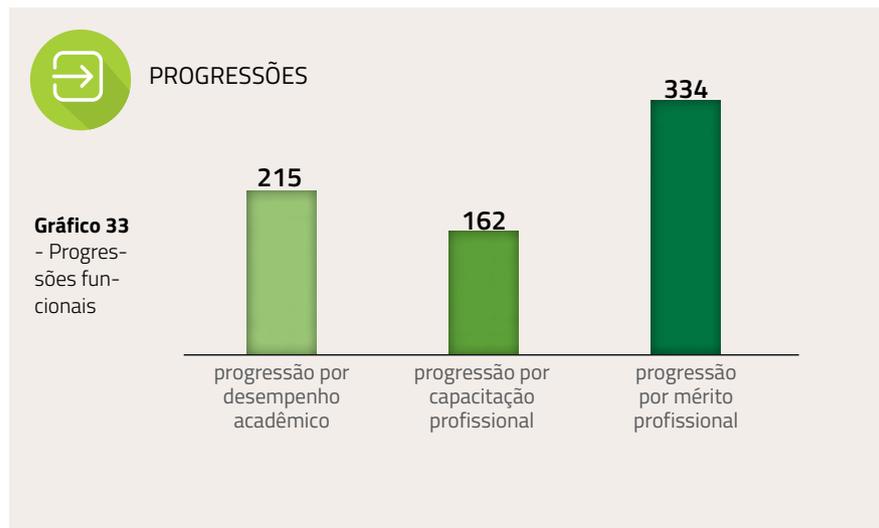
TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS RETRIBUIÇÕES	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL	
		RETRIBUI- ÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS AS- SISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPE- SAS VARIÁVEIS				
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercí- cios	2018	R\$ 74.156.138,77	R\$ 0,00	R\$ 31.757.244,87	R\$ 1.752.824,21	R\$ 9.289.048,43	R\$ 13.213.715,89	R\$ 439.617,90	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 130.833.066,62
	2017	R\$ 75.544.919,92	R\$ 0,00	R\$ 32.752.475,45	R\$ 6.360.219,09	R\$ 9.957.935,05	R\$ 11.633.773,67	R\$ 534.904,39	R\$ 124.729,47	R\$ 119.251,05	R\$ 137.028.208,09
	2016	R\$ 65.203.435,08	R\$ 0,00	R\$ 27.582.594,68	R\$ 5.650.626,77	R\$ 9.751.403,63	R\$ 8.972.088,77	R\$ 386.330,84	R\$ 1.064.446,01	R\$ 130.086,78	R\$ 118.741.012,56
Servidores com contrato temporário											
Exercí- cios	2018	R\$ 4.937.229,39	R\$ 0,00	R\$ 604.711,73	R\$ 72.669,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 348,39	R\$ 0,00	R\$ 5.614.959,45
	2017	R\$ 4.430.864,40	R\$ 0,00	R\$ 510.159,25	R\$ 60.352,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.001.375,93
	2016	R\$ 4.291.311,50	R\$ 0,00	R\$ 508.285,39	R\$ 63.011,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.862.608,12
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercí- cios	2018	R\$ 146.706,34	R\$ 0,00	R\$ 17.198,22	R\$ 3.718,08	R\$ 5.038,00	R\$ 6.187,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 178.847,77
	2017	R\$ 179.571,17	R\$ 0,00	R\$ 19.071,18	R\$ 7.306,17	R\$ 9.160,00	R\$ 11.123,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 226.232,36
	2016	R\$ 190.151,33	R\$ 0,00	R\$ 62.446,26	R\$ 11.556,19	R\$ 18.213,20	R\$ 15.614,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 297.981,87
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercí- cios	2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.006.804,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 4.231.281,33
	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.194.433,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.729,47	R\$ 119.251,05	R\$ 4.438.414,26
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.763.395,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.064.446,01	R\$ 130.086,78	R\$ 4.957.928,65
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercí- cios	2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 610.013,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 834.490,50
	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 648.016,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.729,47	R\$ 119.251,05	R\$ 891.997,31
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 572.632,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.064.446,01	R\$ 130.086,78	R\$ 1.767.165,70

Quadro 10 - Demonstrativo das despesas com pessoal.

### 6.2.9. Avaliação de desempenho

A carreira docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é regida pela Lei 12.772/2012. O Ingresso na carreira ocorre no nível 1 da Classe DI e, dependendo da titulação, tempo de exercício e avaliação de desempenho, o servidor docente pode se desenvolver na carreira, conforme estrutura das classes (DI a DV) e Professor Titular. Sendo assim, a avaliação de desempenho da carreira docente, ocorre a cada 24 meses de efetivo exercício, na ocasião da Progressão por Desempenho Acadêmico e Promoção na Carreira, atendendo a critérios Institucionais, definidos pela Resolução Conselho Superior Nº 104/2013.

Além disso, de acordo com o Art. 18, da Lei 12.772/2012, aos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da Retribuição por Titulação, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III. O RSC poderá ser concedido, de acordo com os critérios estabelecidos



pela Resolução CONSUP Nº 62 de 05 de novembro de 2014. Em 2018, quarenta e nove (49) Docentes obtiveram o Reconhecimento de Saberes e Competências no IFFar.

Já, a carreira Técnico-Administrativo em Educação está fundamentada pela Lei Nº 11.091/2005, sendo estruturada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), de acordo com a escolaridade e experiência exigidas para o cargo. Cada um dos níveis referidos possui, ainda, quatro níveis de capacitação e dezesseis padrões de

vencimento a serem alcançados em decorrência do exercício das atividades do cargo ocupado, realizadas após o ingresso. A avaliação de desempenho desta carreira ocorre a cada 18 meses, quando realizado a Progressão por Mérito Profissional, atendendo a critérios institucionais definidos pela Resolução Conselho Superior Nº 46/2011.

### 6.2.10. Estágio probatório

O Estágio Probatório no IFFar é regulamentado pela Portaria Nº 497,

de 28 de julho de 2010, que determina as normas de acompanhamento e avaliação de desempenho dos servidores em Estágio Probatório. A avaliação ocorre a cada 8 meses de efetivo exercício do cargo, os servidores Técnico-Administrativo em Educação e Docente ficará sujeito a Estágio Probatório pelo período de trinta e seis meses, quando será avaliado seu desempenho e realizado a homologação.

O desempenho do servidor no cargo será avaliado observando-se os fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, conforme o art. 20 da Lei no 8.112/90.

ESTÁGIOS PROBATÓRIOS HOMOLOGADOS	
UNIDADE	QTD
Reitoria	6
Campus Alegrete	13
Campus Santo Augusto	6
Campus Santo Ângelo	17
Campus São Vicente do Sul	5
Campus São Borja	19

ESTÁGIOS PROBATÓRIOS HOMOLOGADOS	
UNIDADE	QTD
Campus Santa Rosa	3
Campus Panambi	6
Campus Jaguari	8
Campus Júlio de Castilhos	14
Campus Frederico Westphalen	7
Campus Avançado Uruguaiana	2
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>

Quadro 11 - Estágio probatório.

### 6.2.11. Capacitação: estratégia e números

O IF Farroupilha, com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, estabeleceu no âmbito institucional, o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP), aprovado em 2013, é uma política em funcionamento, que disponibiliza auxílio em três modalidades (Bolsa Estudo, Auxílio Mensalidade e Auxílio Deslocamento) para servidores matriculados em programas de Pós-graduação *strictu sensu*. No ano 2016, através da Resolução CONSUP N° 007, de

26 de fevereiro de 2016 o programa foi ampliado para servidores matriculados no ensino médio, graduação e Pós-graduação *lato sensu*, em Instituições públicas ou privadas no País, reconhecidas em suas devidas instâncias. Em razão do crescimento do quadro de servidores, a meta é manter o programa institucional e ampliar os recursos destinados ao financiamento do programa.

MODALIDADE	1º SE-MESTRE DE 2018	2º SE-MESTRE DE 2018
Bolsa Estudo	113	110
Auxílio Mensalidade	52	39
Auxílio Deslocamento	68	66

Quadro 12 - Auxílios para capacitação

### 6.2.12. Principais desafios e ações futuras

#### 6.2.12.1. Estruturação da unidade SIASS

A Instituição ainda não possui uma unidade SIASS para atender as necessidades. Para atender as de-

mandas, o IFFar é conveniado a outro órgão. Como ação futura, o IFFar planeja institucionalizar uma unidade própria para o ano de 2019.

#### 6.2.12.1. Política de qualidade de vida dos servidores do IF Farroupilha

Como Meta para 2019, a Diretoria de Gestão de Pessoas, com o intuito de atender demandas institucionais e implementar o Programa Institucional de Qualidade de Vida dos Servidores iniciou, junto ao Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho, a elaboração de uma proposta de Política de Qualidade de Vida dos Servidores, composto por projetos relacionados à saúde, ao esporte, à cultura e ao lazer.

### 6.3. Gestão de licitações e contratos

A execução orçamentária por modalidade possibilita ao gestor analisar a totalidade da despesa, comparando-as de forma a visualizar as principais formas de contratação do órgão. Neste contexto, a tabela a seguir mostra as despesas executadas e pagas pelas modalidades de contratação.

Destaca-se que o item Pagamento em Folha se detém em informar aquelas despesas relacionadas ao grupo de natureza de despesas 1(um). Desta forma, algumas despesas que são pagas via folha de pagamento, como os auxílios transporte, alimentação, saúde, creche, funeral e outros, ficam informados no quadro como outros. Desta forma, o valor real realizado via folha de pagamento no exercício de 2018 foi de R\$ 241,10 milhões, dos quais, 13,54 milhões estão dispostas como outras modalidades.

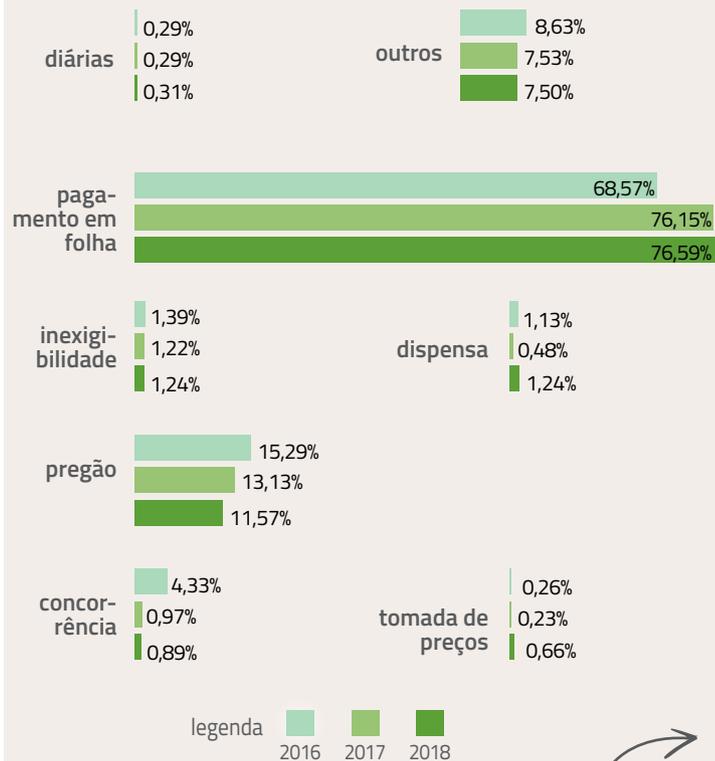
Referente a representatividade por modalidade de licitação, no gráfico a seguir, observa-se que em 2018 76,59% das despesas referem-se a pagamento em folha, e 11,57% em pregão. Porém, se separássemos o orçamento de pagamento em folha, grupo de natureza 1, dos demais, a representatividade do pregão aumentaria para 74,16% do total das contratações.

As despesas com diárias mantiveram-se em 0,31% do orçamento total, permanecendo próximo ao patamar observado em 2017. Porém, houve um pequeno aumento nos gastos, passando de R\$ 823 mil em 2017, para R\$ 923 mil em 2018, represen-



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**Gráfico 34** - Percentual executado por modalidade de contratação, período 2016 a 2018



**Tabela 9** - Despesas executadas e pagas por modalidade de licitação, no período de 2016 a 2018, em reais, realizadas pelo Instituto Federal Farroupilha

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA EXECUTADA			DESPESA PAGA		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
<b>1. Modalidade de Licitação</b>	51.662.600,44	40.706.419,26	38.894.032,55	29.013.021,67	24.931.455,28	28.110.455,59
Tomada de Preços	685.090,21	660.600,00	1.962.424,25	680.460,56	262.294,32	-
Concorrência	11.247.854,34	2.762.366,62	2.642.163,78	2.090.899,06	937.036,63	674.987,04
Pregão	39.729.655,89	37.283.452,64	34.288.694,52	26.241.662,05	23.732.124,33	27.434.718,55
Concurso	-	-	750,00	-	-	750,00
<b>2. Contratações Diretas</b>	6.551.861,80	4.824.623,95	7.341.826,37	5.174.440,58	3.527.957,43	6.295.361,89
Dispensa	2.939.476,03	1.359.420,22	3.667.274,36	2.455.926,59	1.028.598,31	3.089.950,41
Inexigibilidade	3.612.385,77	3.465.203,73	3.674.552,01	2.718.513,99	2.499.359,12	3.205.411,48
<b>3. Pagamento de Pessoal</b>	179.171.776,63	217.100.741,80	227.896.336,25	179.170.329,56	217.098.742,72	208.785.231,38
Pagamento em Folha	178.417.879,26	216.277.809,01	226.973.218,99	178.417.879,26	216.277.809,01	207.862.729,29
Diárias	753.897,37	822.932,79	923.117,26	752.450,30	820.933,71	922.502,09
<b>4. Outros*</b>	22.415.808,53	21.381.326,99	22.223.275,45	21.336.710,36	20.588.520,10	20.088.105,21
<b>5. Total das Despesas</b>	259.802.047,40	284.013.112,00	296.355.470,62	234.694.502,17	266.146.675,53	263.279.154,07

tando um aumento de 12,17% de um ano para outro. Este aumento se deve a reorganização das atividades administrativas como: reuniões e eventos internos, bem como na participação de servidores em eventos nacionais e internacionais, e em capacitações. Neste mesmo contexto, houve redução significativa nas despesas com locomoção de aproximadamente 8,57%.

O valor elevado da despesa executada na modalidade "outros" da Tabela 9 - Despesas executadas e pagas por modalidade de licitação, no período de 2016 a 2018, em reais, realizadas pelo Instituto Federal Farroupilha, está diretamente relacionado aos valores de auxílios e assistência aos servidores, que somam R\$ 13,54 milhões de reais (61% do total desta modalidade). Além desta despesa, pode-se citar ainda os auxílios financeiros a estudantes e o auxílio pesquisador, que juntos somam R\$ 5,23 milhões (23,53%).

Os montantes contratados através de compras diretas somam aproximadamente R\$7,34 milhões (2,50% do total empenhado e 15,88% descontado as despesas com pagamento de pessoal), basicamente resultado de contratos de energia elétrica, água

e esgoto, publicidade legal, locação de espaço público e outros insumos básicos passíveis de contratação por essas modalidades. Ao compararmos os últimos dois exercícios, percebemos que houve evolução significativa de 52,17% nas aquisições e contratações diretas. Este movimento está diretamente relacionado ao aumento das despesas com energia elétrica, contratação de fundação para concurso público e remanescente de obras.

Quanto as modalidades diretamente relacionadas as licitações de obras (concorrência e tomada de preços), tivemos um valor executado R\$ 4,60 milhões de reais, 35% superior ao exercício anterior. Porém, com relação a despesa, essas modalidades representam aproximadamente 1,55% do total executado.

Ao analisamos a evolução do orçamento executado entre 2017 e 2018, percebemos que o mesmo cresceu 4,32%, resultante do aumento das despesas com pagamento de pessoal.

### 6.3.1. Operacionalização de licitações e contratos

Em função de suas especificida-



## GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATO

**Tabela 10** - Quantidade de processos licitatórios finalizados no exercício de 2018 por modalidade

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	%
Compras diretas	77	45,56%
Pregão	73	43,20%
Demais modalidades	19	11,24%
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>100%</b>

**Tabela 11** - Número de servidores envolvidos na área de licitações e compras e contratos, e capacitações realizadas no exercício de 2018

SETOR/ATIVIDADE	SERVIDORES	CAPACITAÇÕES	CAPACITAÇÃO POR SERVIDOR
Compras e licitações	25	32	1,28
Gestão de contratos	20	29	1,45
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>61</b>	<b>1,36</b>

**Tabela 12** - Número de contratos executados e acompanhados no Instituto Federal Farroupilha exercício de 2018

QUANTIDADE/ANO	2015	2016	2017	2018
Contratos	410	472	445	514
Fiscais	205	236	309	290
Terceirizados	380	419	365	384
Média de fiscais por contrato	2	2	1,44	1,77

des, optou-se no Instituto Federal Farroupilha, por uma estrutura organizacional descentralizada de execução, onde os campi participam diretamente na elaboração e execução de processos licitatórios, bem como na gestão de contratos, sob a gestão e acompanhamento da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

As compras são realizadas de forma compartilhada ou conjunta, onde todos licitam bens e serviços comuns, de forma conjunta e dividida. São identificados inicialmente quais objetos são comuns a todos e dividida. Assim, nos objetos comuns dividem-se as tarefas entre todos os campi e decide-se quem vai licitar o quê. Trata-se de uma ferramenta utilizada para reunir todas ou pelo menos boa parte das requisições que contemplem o mesmo objeto, com vistas a não incorremos em repetições constantes de licitações ou até mesmo fracionamento de despesa. Quanto as ações de gestão, execução e acompanhamento das contratações e *ou/contratos*, são realizadas de forma descentralizadas.

Ao longo do exercício de 2018, foram finalizados 169 processos licitatórios e aquisições diretas regidas

pela 8.666/93. Destas, 77 foram relacionadas a compras diretas. Os principais tipos de contratação estão relacionados à energia elétrica, água e esgoto, capacitações e despesas de baixo valor.

No intuito de dirimir possíveis riscos, a instituição vem trabalhando no acompanhamento das ações, bem como capacitação de servidores e monitoramento dos mapas de risco.

Ao longo do exercício de 2018, foram finalizados 169 processos licitatórios e aquisições diretas regidas pela 8.666/93, onde 77 foram relacionadas a compras diretas. Os principais tipos de contratação estão relacionados à energia elétrica, água e esgoto, capacitações e despesas de baixo valor.

Cabe destacar que, para melhorar os processos e procedimentos internos, foram disponibilizadas ao menos uma capacitação por servidor que desempenha atividades relacionadas a compras, licitações e contratos.

O IFFar possui atualmente um considerável número contratos em execução e acompanhamento. O principal fator está relacionado a descentralização dos procedimentos e competências e a decisão institucional de

que as principais despesas devem estar vinculadas a contratos. Uma parcela significativa desses instrumentos está relacionada as despesas contínuas da instituição, como energia elétrica, vigilância, limpeza e conservação, entre outros.

### **6.3.2. Ações desenvolvidas na área de compras, licitações e contratos**

Ao longo dos últimos exercícios, perceberam-se algumas fragilidades no que tangenciava o acatamento à normatização interna e aos procedimentos internos da Instituição, além disso, sobrevieram modificações na legislação quanto à forma de contratar da administração pública.

Desse modo, foram implementadas as seguintes ações visando suprir estas lacunas:

- » Capacitação/orientação às Coordenações de Licitação e Contratos;
- » Reuniões para discussão e elaboração de proposta de Procedimentos e Fluxos para elaboração do Plano Anual de Contratação – PAC;
- » Reuniões periódicas do CAAD – Comitê Assessor de Administração, que

visam discutir e melhorar procedimentos internos;

» Continuidade dos processos de licitações de forma compartilhada, visando à economia processual de forma geral. Além disso, destacamos os ganhos institucionais ao licitar de forma compartilhada, em que dispomos de praticamente os mesmos bens e serviços, retratando assim, a identidade institucional, sendo realizadas as seguintes ações:

- » Análise dos relatórios das Coordenações da Reitoria para monitoramento das ações executadas pelas unidades.
- » Análise prévia da minuta do Termo de Referência das licitações conjuntas.
- » Atualização das planilhas de execução em tempo compatível.
- » Apresentação de demandas e elaboração do cronograma de licitações

### **6.3.3. Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos**

» As particularidades e necessidades específicas de cada unidade é um importante desafio da gestão de licitações e contratos, considerando o

atual quantitativo de 11 unidades contratantes.

» Entende-se que a integração de compras entre os órgãos federais resultaria em consideráveis ganhos de escala.

» A restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros.

» A falta de pessoal qualificado para atuar na área, o elevado número de processos e atividades desenvolvidas por servidor, instabilidades nos sistemas governamentais e recorrentes mudanças da legislação também foram indicadas como dificuldades enfrentadas pelas unidades na gestão de licitações e contratos.

» A implantação de Programa de Gestão de Contratações é um dos principais desafios para a Gestão do IF Farroupilha para os próximos anos.

» Outro desafio importante é diminuir para um contrato por fiscal para 2019.

» A instituição buscará manter pelo menos uma capacitação por servidor envolvido nas atividades de compras, licitações e contratos.

## 6.4. Gestão patrimonial e infraestrutura

### 6.4.1. Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Ao longo de 2018 o IFFar investiu R\$ 13,52 milhões de reais em obras de construção, ampliações, adequações e manutenção de espaços físicos; compra de acervo bibliográfico; móveis; equipamentos e bens diversos com a finalidade de garantir as atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas.

Os investimentos foram realizados com base nos dois eixos estratégicos fundamentais: (1) Sustentabilidade Orçamentária e Financeira e (2) Infraestrutura, os quais visam garantir o funcionamento e a manutenção de projetos estratégicos institucionais e adequar a infraestrutura para o crescimento e manutenção da instituição, previstos no Mapa Estratégico do Instituto.

Do orçamento despendido no exercício de 2018, R\$5,75 milhões foram investidos em obras e R\$ 3,27 milhões em equipamentos e mobiliários diversos. Também foram gastos recursos para manutenção e bens móveis e equipamentos, além de manutenção



## GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**Gráfico 35** - Distribuição dos dispêndios com equipamentos e material



legenda

- apar. equip. med, odont, hospit.
- mobiliário em geral
- acervo bibliográfico
- soluções e equipe de TI
- demais itens adquiridos

**Tabela 13** - Total dos dispêndios com obras e instalações, e manutenção das estruturas existentes, em milhões de reais, no exercício de 2018. Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

DESPESAS/SUBITEM	EXECUTADA	PAGA
Obras e instalações novas	5,75	1,48
Manutenção de imóveis e instalações	3,68	2,39
<b>Total</b>	<b>9,43</b>	<b>3,87</b>

**Tabela 14** - Total dos dispêndios com equipamento e mobiliários, manutenção de equipamentos e mobiliários em geral em milhões de reais, exercício de 2018.

Soluções e equipamentos de TIC	0,81	0,65
Acervo bibliográfico	0,38	0,85
Mobiliário em geral	0,96	0,71
Aparelhos e equipamentos médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	0,34	0,22
Demais itens adquiridos	0,78	0,52
<b>Total investimento</b>	<b>3,27</b>	<b>2,95</b>
Manutenção de equip. e mobiliários	0,81	0,55
<b>Total</b>	<b>4,08</b>	<b>3,50</b>

## » 6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

e adequação de espaços físicos, afim de garantir infraestrutura adequada para as atividades institucionais. Destas, R\$ 3,68 milhões em adequações e manutenção de imóveis e instalações e R\$0,81 milhões em manutenção de equipamentos e mobiliários.

O orçamento de investimento em obras e instalações foi direcionado prioritariamente para obras em andamento e obras paralisadas. Desta forma, o orçamento beneficiou a continuidade e/ou conclusão de 12 obras e instalação de 3 espaços destinados a incubadoras tecnológicas.

O valor expressivo em manutenção de imóveis e instalações refere-se ao fato de que parcela significativa das instalações possuem necessidade de manutenção, pintura e adequações. Os *campi* Alegrete, São Vicente do Sul, Júlio de Castilhos e Frederico Westphalen possuem estruturas antigas que demandam manutenções expressivas.

O dispêndio com aquisições de equipamentos, móveis, e demais itens de capital, e a manutenção dos bens de capital disponibilizados, constituiu o montante de R\$ 4,08 milhões. As principais despesas estão relacionadas mobiliários e equipamentos para laboratórios, soluções e equipamentos de

TIC e acervo bibliográfico, sendo estes investimentos realizados para garantir infraestrutura adequada às atividades institucionais. Destaca-se que a instituição priorizou as demandas de acervo bibliográfico para os cursos superiores em reconhecimento e disponibilização de laboratórios para as atividades de práticas profissionais.

Entre os resultados decorrentes das ações em infraestrutura realizadas, pode-se destacar:

» Aprimoramento da infraestrutura das unidades e da Reitoria;

» Disponibilização de novos espaços para as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão;

» Ampliação da quantidade e qualidade de laboratórios e equipamentos para as atividades práticas e profissionais;

» Melhora significativa nas instalações antigas e

» Retomada de três obras paralisadas.

### 6.4.2. Obras no Instituto Federal Farroupilha

A instituição possui atualmente 10 obras e ou adequações de instalações em andamento e uma obra pa-

**Quadro 13** - Obras e serviços de engenharia em 2018

OBRAS EM EXECUÇÃO				
CÂMPUS	OBRA/REFORMA	VIGÊNCIA	METRAGEM (M <sup>2</sup> )	VALOR (R\$)
ALEGRETE	Prédio de Salas de Aula	27/05/2019	3.695,43	1.385.454,10
	Passarela de acesso aos prédios salas de aula e biblioteca	18/05/2019	450,00	314.800,00
JAGUARI	Reforma externa do prédio de Salas de Aula	28/11/2019	577,08	74.479,62
JÚLIO DE CASTILHOS	Refeitório (remanescente)	31/03/2020	1.622,52	1.169.970,00
SANTO ÂNGELO	Prédio de Salas de Aula/Sanitários	27/03/2019	919,51	2.173.067,28
	Centro de Saúde	06/09/2020	385,57	1.136.276,75
SANTO AUGUSTO	Prédio Biblioteca	22/03/2019	1.435,57	2.800.505,95
SÃO VICENTE DO SUL	Salas de Aula Engenharia Rural	14/04/2020	624,00	1.208.464,15
	Terminal Rodoviário	05/06/2019	1.600,00	409.029,38
URUGUAIANA	Quadra Poliesportiva Coberta	28/11/2019	1.114,41	1.427.851,66
<b>TOTAL</b>				<b>9.299.392,94</b>
OBRAS PARALISADAS				
ALEGRETE	Prédio da Biblioteca	08/04/2018	1.435,57	2.380.737,77
<b>TOTAL</b>				<b>2.380.737,77</b>
OBRAS CONCLUÍDAS EM 2018				
JÚLIO DE CASTILHOS	Prédio Administrativo	18/05/2018	1.914,83	2.800.400,05
SANTO AUGUSTO	Prédio Biblioteca	10/07/2018	1.435,57	2.614.548,59
URUGUAIANA	Centro de Convivência	10/06/2018	285,05	660.600,00
<b>TOTAL</b>				<b>5.766.762,74</b>

realizada, a qual está em fase de adequação do projeto e planilhas para nova licitação. Destaca-se o ano de 2018 foram concluídas 3 obras.

### 6.4.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

O objetivo principal é apresentar e analisar a gestão de bens imóveis sob a responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, classificados como Bens de Uso Especial de propriedade da União ou locados de terceiros. Para isso, serão apresentados quadros a seguir para demonstrar tanto a distribuição espacial dos bens imóveis da União quando a discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob a responsabilidade do IFFar.

No âmbito do IFFar cada Unidade Gestora tem seu setor responsável pela gestão e controle do patrimônio tanto imobiliário quanto móvel, mas que são subordinadas a Coordenação de Infraestrutura da Reitoria.

Os imóveis do IFFar estão distribuídos em 11 municípios-cede dos *campi* nas regiões Centro, Oeste, Norte e Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Na cidade de Santa Maria está situada a Reitoria, que funciona em dois pré-

dios alugados.

Quanto ao registro dos imóveis no SPIUNET, o mesmo passou por uma reorganização de informações e lançamento dos RIPS de utilização. Definiu-se pela utilização das orientações da SPIU de inclusão de registros e a adequação dos RIPS. Utilização e finalização dos lançamentos da reavaliação dos bens foram realizados no decorrer dos anos de 2018. Salientamos que os processos de regularização das obras junto as prefeituras são encaminhadas na sua finalização. Porém, cada município possui regras diferentes e muitos processos encontram-se parados devido a burocracia e dificuldades impostas pelas prefeituras. O registro em cartório fica prejudicado devido aos problemas citados acima.

É mister indicar que os lançamentos contábeis estão de acordo com o que preconiza as regras da contabilidade pública, bem como os registros no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União -SPIU.

Outro aspecto relevante refere-se a gestão do uso dos imóveis, onde a deterioração das instalações é algo que preocupa a gestão, visto que nossos prédios são acessados por milhares de alunos todos os anos, e esse

uso gera despesas com manutenção. Além disso existe a ocorrência da própria degradação causada pelo tempo transcorrido, que devemos minimizar com ações preventivas de conservação. Para resolver ou diminuir estes problemas, todas as nossas unidades contam com Contratos de Manutenção Predial.

No exercício de 2018 a instituição realizou despesas para a manutenção e conservação dos seus imóveis de R\$ 3,68 milhões de reais, média de aproximadamente R\$ 0,31 milhões por unidade. Se levarmos em consideração o tamanho de nossas unidades, e as manutenções corretivas nos prédios mais antigos, e em função dos temporais, os valores estão dentro de um parâmetro aceitável. Destaca-se que as principais despesas em manutenção de bens imóveis concentram-se nos quatro *campi* com estruturas mais antigas: São Vicente do Sul, Alegrete, Júlio de Castilhos e Frederico Westphalen, onde suas despesas juntas chegam a 69,89% do total.

### 6.4.4. Gestão de Frotas do IF Farroupilha

O Instituto Federal Farroupilha

conta com uma frota de 94 veículos de serviços comuns, incluindo automóveis, vans, ônibus, micro-ônibus e camionetes. Para acompanhamento, dividimos as despesas entre veículos leves e utilitários, inclusive vans, e outra categoria com ônibus e micro-ônibus. Tal decisão tem a finalidade de acompanhar de forma mais adequada as despesas com manutenção e combustível.

O IFFar possui uma frota de veículos bastante antiga, que resulta num alto custo de manutenção. A média de gasto com manutenção por viatura é de R\$ 4.134,88. Porém, cabe ressaltar que a média anual de rodagem das viaturas é de aproximadamente 11.300 km. Isso implicou em gasto médio com manutenção de R\$ 0,33. A alta quilometragem rodada pelas viaturas está relacionado a distância que há entre as unidades, e também ao número reduzido de viaturas por *campus para atender toda a demanda de deslocamentos*.

Quanto as despesas com combustíveis, cada carro consome em média R\$ 4.771,99, gerando um custo médio por km rodado de R\$ 0,42. Dessa forma o custo por km rodado, contando apenas manutenção e combustível, é de aproximadamente R\$ 0,79.

**Quadro 14** - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos Automotores Próprios do Instituto Federal Farroupilha ano de 2018

**R\$ 837.245,20**  
TOTAL GASTOS DIRETOS

 **R\$ 448.566,89**  
Gasto Total com Combustível

 **R\$ 388.678,31**  
Gasto Total com Manutenção

 **1.064.756 Km**  
Total Km Rodados

Veículos leves e utilitários	1.040.593	Idade média da Frota	10,13 anos
Ônibus e micro-ônibus	24.163	Veículos leves e utilitários	8,9 anos
<b>Média de Km Rodados Total</b>	<b>11.327,19</b>	Ônibus e micro-ônibus	17,9 anos
Veículos leves e utilitários	11.562,14		
Ônibus e micro-ônibus	6.040,75		

em Km

**94**  
TOTAL DE VEÍCULOS

 **4**  
Ônibus e micro-ônibus

 **90**  
Veículos leves e utilitários

Custo médio por veículo	R\$ 8.906,86
Custo médio com Manutenção	R\$ 4.134,88
Custo médio com Combustíveis e Lubrificantes	R\$ 4.771,99
<b>Custo médio por Km rodado</b>	<b>R\$ 0,79</b>

Cabe ressaltar que não estão computados nesse valor os cálculos relativos à depreciação e investimento com a aquisição dos veículos, e também despesas com motoristas terceirizados, onde temos em média um motorista contratado por *campus*. Não estão inclusos também as despesas relacionadas com a gestão da frota. O IFFar está em processo de desenvolvimento de metodologia para apuração destes custos relacionados.

Destacamos também que não há no IFFar um plano formal aprovado de substituição de frotas. As aquisições de novas viaturas dependem de análise interna de cada unidade, em virtude do planejamento das ações e do orçamento anual. Cabe ressaltar que o instituto está em fase de implantação de um sistema de gestão de frotas, o qual foi iniciado em junho de 2018 e estará operando plenamente em 2019.

#### 6.4.5. Locações de imóveis e equipamentos

Em 2018, O IFFar mantinha 3 locações de imóveis, as quais eram destinadas às atividades administrativas

da Reitoria e da Diretoria de Educação a Distância. No mês de outubro de 2018 foi realizada nova locação de espaço para a reitoria, a fim abrigar todas as atividades em um único espaço. O gráfico a seguir representa a distribuição das locações por modalidade, nos anos 2017 e 2018.

As despesas com locação tiveram um crescimento de aproximadamente 5,4%, entre os anos de 2017 e 2018. Basicamente em virtude da locação do novo prédio da reitoria.

**Gráfico 36** - Despesas executadas com locação de imóveis, máquinas e equipamentos, em milhões de reais, exercícios 2017 e 2018



legenda  locação de máquinas e equipamentos  
 locação de imóveis

#### 6.4.6. Mudanças e desmobilizações

Em 2018, foi realizada mudança em virtude da definição de locação de nova sede para a reitoria. Neste contexto teremos um incremento nas despesas com locação de aproximadamente de 30%. Porém de médio prazo, em virtude de da mudança de sede da Direção de Educação a Distância, teremos redução significativa com aluguel e vigilância.

Em termos de qualidade de infraestrutura e espaço adequado e condizente com as atividades da reitoria, ou seja, aspectos qualitativos, inclusive de saúde do servidor, houve um ganho significativo.

No final de 2018, concretizou-se também a ampliação do centro de referência de Santiago, com a mudança de sede. A mesma é cedida pelo estado do Rio Grande do Sul.

#### 6.4.7. Principais desafios e ações futuras

Como principal desafio está a definição de critérios efetivos para priorização de despesas com investimento, início de novas obras,

reinício de obras paralisadas, atender as demandas institucionais por investimento, bem como o aprimoramento das ações de gestão patrimonial de bens móveis e equipamentos.

Como principais ações institucionais estão o planejamento de investimentos, captação de recursos extraorçamentários para atender as demandas institucionais, capacitação de servidores das áreas de engenharia e arquitetura, efetividade na fiscalização de obras, aprimoramento da gestão de frotas e aprimoramento da gestão de imóveis.

### 6.5. Gestão da tecnologia da informação

#### 6.5.1. Conformidade legal

A DTI é uma diretoria alocada na Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Tal diretoria é responsável por manter e adquirir bens e serviços ligados a tecnologia da informação. Conta com técnicos de Informática e Analistas de Sistemas em sua composição. Além da gestão de TIC da Reitoria, também faz parte das atribuições dessa diretoria o acompanhamento das ações dos *campi*, bem como o planejamento

em conjunto de ações futuras.

#### 6.5.2. Modelo de governança de TI

A governança da DTI perpassa pelo modelo de planejamento existente do PDI da instituição, sendo as ações estratégicas elaboradas e constataadas neste documento. A DTI, numa ação mais tática, desdobra o PDI em documentos próprios como o PETI (Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação) e o PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação).

#### 6.5.3. Montante de recursos aplicados em tecnologia da informação

Os recursos aplicados em TI foram divididos em dois grupos: materiais e serviços, totalizando R\$ 308.713,38. No grupo materiais, destaque para a aquisição de 45 scanners para Reitoria e demais unidades, bem como dos 18 computadores para a equipe de desenvolvimento. No grupo serviços, destaque para a renovação dos contratos de manutenção e suporte e da central telefônica.

#### 6.5.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI

Destaque para a aquisição de equipamentos *scanners*, tanto para reitoria quanto para os *campi*. O quantitativo destes equipamentos está adequado para que se dê conta das ações de digitalização de documentos institucionais.

Também foi realizada aquisição de computadores para a equipe de desenvolvimento do SIG, com recursos de hardware suficientes para dar conta das demandas existentes na instituição.

Houve a renovação dos contratos de manutenção de hardware e central telefônica, além da contratação de empresas específicas para a ação da mudança de prédio (desmontagem e montagem do data-center e impressora gráfica).

#### 6.5.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Foram desenvolvidos sistemas específicos para a instituição, tais como Sistema de Refeições e o IFFar

Mobile. Paralelo a isso, o desenvolvimento do sistema de seleção, onde se integrou diversas ações feitas por sistemas separados em um único sistema.

Como ações do SIG, a DTI mediou a interlocução entre os setores do IFFar e a empresa responsável pelo desenvolvimento do mesmo.

### 6.5.6. Segurança da informação

A segurança da informação conta com um comitê específico responsável pela elaboração de normas no que diz respeito a utilização e acessos de informações institucionais. Foram realizadas reuniões para que determinadas ações como, por exemplo, a utilização do e-mail institucional fosse regrada. Esse comitê é composto por membros representantes de todas as Pró-Reitorias.

### 6.5.7. Principais desafios e ações futuras

Para o futuro, o principal desafio é a capacitação da equipe para ações específicas de manutenção e desenvolvimento de sistemas, ao mesmo tempo em que deve ocorrer a moder-

nização do parque tecnológico e o reforço da equipe de analistas em atuação na Reitoria.

### 6.6. Gestão de custos

A par dos novos desafios que têm sido apresentados aos gestores públicos, uma variada gama de instrumentos de gestão vem sendo incorporadas pelas organizações públicas, a fim de dotar seus administradores de maior capacidade gerencial. Os sistemas de custos desempenham um papel chave nos processos decisórios e na avaliação do desempenho institucional. Permite não só quantificar os custos dos processos empreendidos pela organização, como também estabelecer padrões de desempenho adequados e compatíveis com as expectativas da sociedade. Para este relatório foram priorizadas as informações de custos referentes a despesa com o pessoal, custeio da máquina, despesas com investimento, tecnologia da informação e demais custos, sob o aspecto de avaliação que impactam a prestação dos serviços para a comunidade.

Quanto a apuração dos custos a Coordenação de Contabilidade junta à

Pró-Reitoria de Administração já implantou ações no sentido de mensurar por departamento e por atividade os reais custos que incidem nas dependências e nas diversas atividades do IF Farroupilha tanto nos setores de suporte, atividade meio, Administrativa, quanto nos setores da atividade fim, ensino, extensão, pesquisa etc..., adotando uma sistemática de setorização dos Plano Internos de trabalho o que permite com mais facilidade visualizar quanto foi gasto por cada setor e em que atividade os recursos foram aplicados. Outra ação é a criação de UGR que também setoriza e segmenta as Unidades Gestoras e também permite ver como e onde os recursos estão sendo usados e quanto cada setor e suas atividades estão custando para a Instituição.

### 6.7. Sustentabilidade ambiental

O Instituto Federal Farroupilha, juntamente com seus campi vem ao longo do seu funcionamento, proporcionando aos discentes e servidores os materiais e condições mínimas exigidas para que os mesmos desenvol-

vam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o atendimento das atividades administrativas. Ao mesmo tempo, que ocorre o crescimento elevado do Instituto em diversas atividades e ações, os insumos básicos ao funcionamento tiveram um crescimento significativo quanto à quantidade consumida.

Para compensar o aumento da demanda, foram adotadas estratégias para a redução do valor despendido, como a readequação da demanda contrata de energia elétrica, construção de cisternas para coleta e reaproveitamento de água da chuva, principalmente para a prevenção de incêndios, lavagem de máquinas e equipamentos, e irrigação, e impressão frente e verso nos documentos oficiais. Também foram tomadas medidas de conscientização por parte dos gestores e servidores, tais como palestras educativas, cartazes de reeducação com o objetivo do consumo racional desses insumos.

Da mesma forma, o Instituto Federal Farroupilha, buscando atender as demandas apresentadas da IN SL-TI/MPOG 10/2012, criou um grupo de trabalho responsável em desenvolver ações que visem a sustentabilidade

da Instituição. A ação dessa Comissão primeiramente e desenvolver e criar plano de ação que vise o uso eficiente de recursos no âmbito da Instituição. Reflexo disto, a partir de 2016 a instituição está elaborando plano de licenciamento ambiental, onde estão sendo realizados estudos em todos os campi para viabilização das atividades institucionais. Conseqüentemente serão tratados temas relevantes como descarte de resíduos, reutilização de água, entre outros.

### **6.7.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

A Instituição através dos seus editais busca definir critérios de sustentabilidade ambiental tanto para aquisição de bens, como na contratação de serviços ou obras.

No que se refere a obras principalmente no que tange aos resíduos sólidos e químicos, onde existe a obrigatoriedade da empresa contratada, em fazer o descarte atendendo a legislação vigente. Neste viés, estamos implantando estudo para analisar a

viabilidade de comprovação de forma e local apropriada de descarte de resíduos de obra, durante o processo licitatório, juntamente com a documentação técnica necessária de comprovação.

O Instituto vem desenvolvendo várias ações que vão de encontro com IN bem como as demais legislações que tratam da Sustentabilidade. Podemos destacar:

**1)** Os editais de material de consumo preveem mecanismos referente a ações de sustentabilidade;

**2)** O Setor de licitações, juntamente com o setor de almoxarifado, faz a conferências dos materiais de acordo com o estabelecido no termo de referência proposto, verificando se o material está conforme as solicitações sustentáveis solicitadas em edital;

**3)** Os novos prédios construídos, todos deverão ter plano de captação e reaproveitamento de água para reutilização, e sistemas de energia que busquem o menor consumo de energia elétrica.

**4)** Está em fase de desenvolvimento do licenciamento ambiental de todas as unidades;

**5)** Aquisições de equipamentos de

consumo classe A preferencialmente;

**6)** Outras ações:

i. O papel para impressão de origem de reflorestamento;

ii. O setor de licitações preferencialmente usa papel reciclado ou de origem comprovada com impressão em frente e verso;

iii. Nos processos de licitações é solicitado que preferencialmente os documentos enviando sejam impressos em papéis reciclados observado as exigências de caráter de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL constantes na IN 01/2010, dentre os tais, os seguintes:

a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

b) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

c) Que os produtos utilizados no desenvolvimento do serviço não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada

na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

# » 7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 7.1. Declaração do contador – Cícero Klein Souto

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as demonstrações das variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

» Saldo do sistema de controle patrimonial em comparativo com o SIAFI, no que tange às contas de bens móveis, não está de acordo, principalmente na Unidade Gestora 158127, devido a problemas ocorridos em exercícios passados por ausência de fluxo de aquisição de materiais permanentes adequados que deveriam seguir o manual do patrimônio. Faltou a devida comunicação entre setores requerentes das aquisições de materiais e setor de patrimônio. Salientamos que estes ocorreram em exercícios passados, não em 2018. A Contabilidade expediu várias recomendações sobre este problema, sendo por memorandos ou por

mensagens via e-mail. Após a realização de inventário estaremos realizando os devidos registros no SIAFI e emitindo documentos solicitando a criação de comissão para localização de bens não encontrados e futuro ajuste do saldo das contas entre os sistemas paralelos.

» Possuímos inconsistência no auditor contábil do SIAFI, Condesaud, equação 287, que ocorreu devido a algumas Notas de Lançamentos do exercício 2017, as quais precisam ser estornadas, o que estamos tratando com a Setorial Contábil do MEC e STN, pois depende da liberação de evento para que seja procedida.

» As normas contábeis aplicadas no âmbito do IF Farroupilha são aquelas constantes do MCASP e das macrofunções que se encontram no manual do SIAFI, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

Observo que as contas de bens imóveis estão satisfatoriamente equânimes entre sistema de controle SPIU-NET e o SIAFI.

## 7.2. Balanço orçamentário

Abaixo é demonstrado o Balanço Orçamentário do exercício de 2018 (Receitas e Despesas Orçamentárias) :

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Receitas Correntes</b>	<b>1.362.465,00</b>	<b>1.362.465,00</b>	<b>1.442.274,96</b>	<b>79.809,96</b>
Receitas Tributárias				
Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	201.257,00	201.257,00	154.347,38	-46.909,62
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	176.381,00	176.381,00	153.931,18	-22.449,82
Valores Mobiliários	24.876,00	24.876,00	416,20	-24.459,80
Receita Agropecuária	187.755,00	187.755,00	152.302,95	-35.452,05
Receita Industrial	151.609,00	151.609,00	122.854,23	-28.754,77
Receitas de Serviços	802.698,00	802.698,00	857.714,83	55.016,83
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	19.146,00	19.146,00	155.055,57	135.909,57
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.764,00	7.764,00	18.123,96	10.359,96
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11.382,00	11.382,00	136.871,61	125.489,61
Demais Receitas Correntes			60,00	60,00
<b>Receitas de Capital</b>				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
<b>Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores</b>				
<b>Subtotal das Receitas</b>	<b>1.362.465,00</b>	<b>1.362.465,00</b>	<b>1.442.274,96</b>	<b>79.809,96</b>
<b>Refinanciamento</b>				
<b>Subtotal das Receitas com Refinanciamento</b>	<b>1.362.465,00</b>	<b>1.362.465,00</b>	<b>1.442.274,96</b>	<b>79.809,96</b>
<b>Déficit</b>			<b>294.913.195,66</b>	<b>294.913.195,66</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.362.465,00</b>	<b>1.362.465,00</b>	<b>296.355.470,62</b>	<b>294.993.005,62</b>

Fonte: Siafi

» 7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DO TAÇÃO INICIAL	DO TAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DO TAÇÃO
Despesas Correntes	258.611.997,00	290.678.097,00	287.336.804,05	280.301.405,65	259.611.680,4	3.341.292,95
Pessoal e Encargos Sociais	200.802.129,00	231.429.128,00	226.973.218,99	226.973.218,99	207.862.729,29	4.455.909,01
Outras Despesas Correntes	57.809.868,00	59.248.969,00	60.363.585,06	53.328.186,66	51.748.951,15	-1.114.616,06
Despesas de Capital	4.778.195,00	4.778.195,00	9.018.666,57	4.189.524,94	3.667.473,63	-4.240.471,57
Investimentos	4.778.195,00	4.778.195,00	9.018.666,57	4.189.524,94	3.667.473,63	-4.240.471,57
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						
Subtotal das Despesas	263.390.192,00	295.456.292,00	296.355.470,62	284.490.930,59	263.279.154,07	-899.178,62
Amortização da Dívida Refinanciamento						
<b>TOTAL</b>	<b>263.390.192,00</b>	<b>295.456.292,00</b>	<b>296.355.470,62</b>	<b>284.490.930,59</b>	<b>263.279.154,07</b>	<b>-899.178,62</b>

Fonte: Siafi

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2018, em reais:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos em Exercício Anteriores	Inscritos em 31/12/2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	921.950,87	12.392.849,99	11.767.748,51	11.751.792,03	482.155,64	1.080.853,19
Outras despesas correntes	921.950,87	12.392.849,99	11.767.748,51	11.751.792,03	482.155,64	1.080.853,19
Despesas de Capital	4.274.114,56	5.217.942,84	6.188.273,36	6.065.685,61	822.031,86	2.604.339,93
Investimentos	4.274.114,56	5.217.942,84	6.188.273,36	6.065.685,61	822.031,86	2.604.339,93
<b>TOTAL</b>	<b>5.196.065,43</b>	<b>17.610.792,83</b>	<b>17.956.021,87</b>	<b>17.817.477,64</b>	<b>1.304.187,50</b>	<b>3.685.193,12</b>

Fonte: Siafi

Demonstrativo de execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados no exercício de 2018, em reais:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos em Exercício Anteriores	Inscritos em 31/12/2017	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	148.760,95	327.373,98	323.663,45	5.631,35	146.840,13
Outras despesas correntes	148.760,95	327.373,98	323.663,45	5.631,35	146.840,13
Despesas de Capital	79.060,05	36.563,42			115.623,47
Investimentos	79.060,05	36.563,42			115.623,47
<b>TOTAL</b>	<b>227.821,00</b>	<b>363.937,40</b>	<b>323.663,45</b>	<b>5.631,35</b>	<b>262.463,60</b>

Fonte: Siafi

### 7.3. Balanço patrimonial

Abaixo é demonstrado o Balanço Patrimonial do exercício de 2018:

ATIVO	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>	<b>25.100.434,31</b>	<b>5.951.801,03</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.721.851,22	2.705.492,46
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.738.034,53	1.744.034,53
Estoques	1.638.340,18	1.502.274,04
VPDs Pagas Antecipadamente	2.208,38	
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>216.330.432,53</b>	<b>212.089.715,24</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.117,63</b>	<b>1.117,63</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63
<b>Investimentos</b>	<b>4.434,74</b>	<b>4.434,74</b>
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74
<b>Imobilizado</b>	<b>215.224.654,22</b>	<b>211.196.622,59</b>
Bens Móveis	39.244.612,05	39.998.579,95
Bens Móveis	77.626.529,65	73.220.248,74
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-38.368.987,35	-33.208.738,54
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-12.930,25	-12.930,25
Bens Imóveis	175.980.042,17	171.198.042,64
Bens Imóveis	177.582.274,70	172.243.043,82
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.602.232,53	-1.045.001,18
<b>Intangível</b>	<b>1.100.225,94</b>	<b>887.540,28</b>
Softwares	1.096.733,66	884.048,00
Softwares	1.539.468,22	1.305.003,22
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-442.734,56	-420.955,22
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28
Diferido		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>241.430.866,84</b>	<b>218.041.516,27</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
<b>Passivo Circulante</b>	<b>23.419.198,21</b>	<b>1.059.449,17</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	20.465.834,25	746,70
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.453.196,56	743.253,83
Provisões a Curto Prazo		18.397,07
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.500.167,40	297.051,57
<b>Passivo Não-Circulante</b>		
<b>TOTAL DO PASSIVO ENIGÍVEL</b>	<b>23.419.198,21</b>	<b>1.059.449,17</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>218.011.668,63</b>	<b>216.982.067,10</b>
<b>Demais Reservas</b>	<b>8.313,89</b>	<b>8.313,89</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>218.003.354,74</b>	<b>216.973.753,21</b>
Resultado do Exercício	1.027.661,09	18.306.182,10
Resultados de Exercícios Anteriores	216.973.753,21	198.068.874,91
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.940,44	598.696,20
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>241.430.866,84</b>	<b>218.041.516,27</b>

Fonte: Siafi

## » 7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Exercício de 2018, em reais:

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	2018	2017
<b>ATIVO</b>	<b>241.430.866,84</b>	<b>218.041.516,27</b>
Ativo Financeiro	22.084.605,48	3.068.246,72
Ativo Permanente	219.346.261,36	214.973.269,55
<b>PASSIVO</b>	<b>38.830.387,13</b>	<b>23.866.307,43</b>
Passivo Financeiro	37.040.691,66	23.410.537,78
Passivo Permanente	1.789.695,47	455.769,65
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>202.600.479,71</b>	<b>194.175.208,84</b>

Fonte: Siafi

Quadro de Compensações do Exercício de 2018, em reais:

ESPECIFICAÇÕES	2018	2017
<b>ATIVO</b>		
<b>Saldo dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>29.228.412,83</b>	<b>27.397.940,07</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	29.228.412,83	27.397.940,07
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	29.211.154,96	27.380.682,20
Direitos Contratuais a Executar	17.257,87	17.257,87
<b>TOTAL</b>	<b>29.228.412,83</b>	<b>27.397.940,07</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Saldo dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>10.405.622,90</b>	<b>6.145.670,17</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos	10.405.622,90	6.145.670,17
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	10.606,34	10.606,34
Obrigações Contratuais a Executar	10.395.016,56	6.135.063,83
<b>TOTAL</b>	<b>10.405.622,90</b>	<b>6.145.670,17</b>

Fonte: Siafi

Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2018, em reais:

Destinação do Recurso	Déficit/Superávit Financeiro
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-8.406.958,16</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-6.549.128,02</b>
Educação	-3.298.259,31
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-76.264,59
Recursos de Receitas Financeiras	-1.004.909,70
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	746.905,15
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-2.916.599,57
<b>TOTAL</b>	<b>-14.956.086,18</b>

Fonte: Siafi

Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício de 2018, em reais:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.287.135,98</b>	<b>529.595,41</b>
Venda de Mercadorias	152.302,95	111.314,12
Vendas de Produtos	123.206,84	120.990,42
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.011.626,19	297.290,87
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>1.813,76</b>	<b>555,67</b>
Juros e Encargos de Mora	1.397,56	53,52
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações	416,20	502,15
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>351.337.477,54</b>	<b>332.762.299,97</b>
Transferências Intragovernamentais	349.385.806,75	331.884.366,55
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.951.670,79	877.933,42
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de</b>	<b>1.528.967,09</b>	<b>195.656.835,45</b>
Reavaliação de Ativos		27.780.678,54
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.523.521,46	167.768.844,23
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.445,63	107.312,68
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>214.981,86</b>	<b>113.829,02</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	214.981,86	113.829,02
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	<b>354.370.376,23</b>	<b>529.063.115,52</b>

<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>227.970.715,76</b>	<b>217.542.951,68</b>
Remuneração a Pessoal	181.780.659,58	173.967.617,63
Encargos Patronais	32.643.562,21	30.556.438,80
Benefícios a Pessoal	13.503.174,51	12.978.942,40
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	43.319,46	39.952,85
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>13.821.528,43</b>	<b>11.799.106,66</b>
Aposentadorias e Reformas	12.022.762,54	10.372.609,73
Pensões	1.798.765,89	1.426.496,93
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>51.957.110,78</b>	<b>45.578.832,20</b>
Uso de Material de Consumo	4.769.961,11	4.791.577,44
Serviços	41.005.666,22	34.293.361,72
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.181.483,45	6.493.893,04
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>5.692,50</b>	<b>8.068,31</b>
Juros e Encargos de Mora	5.257,89	1.007,28
Descontos Financeiros Concedidos	434,61	7.061,03
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>52.190.596,34</b>	<b>45.952.114,60</b>
Transferências Intragovernamentais	50.453.486,99	45.183.831,06
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.737.109,35	768.283,54
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de</b>	<b>1.561.531,34</b>	<b>184.508.411,05</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		113.956.514,53
Perdas Involuntárias	56.452,75	258.608,94
Desincorporação de Ativos	1.505.078,59	70.293.287,58
<b>Tributárias</b>	<b>273.667,81</b>	<b>178.744,18</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.119,79	10.731,62
Contribuições	258.548,02	168.012,56
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços</b>		
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>5.561.872,18</b>	<b>5.188.704,74</b>
Incentivos	5.217.092,62	4.883.588,05
Subvenções Econômicas	53.461,95	29.400,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	291.317,61	275.716,69
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>353.342.715,14</b>	<b>510.756.933,42</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = (I+II)</b>	<b>1.027.661,09</b>	<b>18.306.182,10</b>

Fonte: Siafi

## 7.4. Balanço financeiro

Abaixo é demonstrado o Balanço Financeiro do exercício de 2018 (Receitas e Despesas):

Especificação/Ano	2018	2017
<b>Ingressos</b>		
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>1.442.274,96</b>	<b>636.919,07</b>
Ordinárias		50.146,64
Vinculadas	1.442.709,57	593.833,46
Educação	535,19	388,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.442.174,38	593.445,46
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-434,61	-7.061,03
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>349.385.806,75</b>	<b>331.884.366,55</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	317.625.791,85	295.683.240,79
Repasso Recebido	281.745.310,25	265.584.789,65
Sub-repasso Recebido	35.880.481,60	30.098.451,14
Independentes da Execução Orçamentária	31.760.014,90	36.201.125,76
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	30.828.905,86	35.542.243,67
Movimentação de Saldos Patrimoniais	931.109,04	658.882,09
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>33.467.034,90</b>	<b>18.017.182,61</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	21.211.776,52	255.643,54
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.864.540,03	17.610.792,83
Depósitos Restitíveis e Valores Vinculados	329.856,42	150.746,24
Outros Recebimentos Extraorçamentários	60.861,93	
Arrecadação de Outra Unidade	60.861,93	
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>2.705.492,46</b>	<b>2.926.730,02</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.705.492,46	2.926.730,02
<b>TOTAL DOS INGRESSOS</b>	<b>387.000.609,07</b>	<b>353.465.198,25</b>

Especificação/Ano	2018	2017
<b>Dispendios</b>		
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>296.355.470,62</b>	<b>284.013.112,00</b>
Ordinárias	276.483.335,47	68.310.585,74
Vinculadas	19.872.135,15	215.702.526,26
Educação	1.796.059,85	201.216.855,30
Seguridade Social (Exceto Previdência)	519.904,42	9.711.896,60
Previdência Social (RPPS)	9.828.287,00	
Recursos de Receitas Financeiras	900.000,00	
Operação de Crédito		300.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.551.980,09	521.764,20
Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.275.903,79	3.952.010,16
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>50.453.486,99</b>	<b>45.183.831,06</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	35.896.621,10	30.098.451,14
Repasso Concedido	16.139,50	
Sub-repasso Concedido	35.880.481,60	30.098.451,14
Independentes da Execução Orçamentária	14.556.865,89	15.085.379,92
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	14.460.980,87	14.985.764,04
Demais Transferências Concedidas	34.487,90	49.081,24
Movimento de Saldos Patrimoniais	61.397,12	50.534,64
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>18.469.800,24</b>	<b>21.562.762,73</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	323.663,45	1.074.765,18
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.817.477,64	20.323.609,81
Depósitos Restitíveis e Valores Vinculados	328.659,15	164.387,74
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>21.721.851,22</b>	<b>2.705.492,46</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.721.851,22	2.705.492,46
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS</b>	<b>387.000.609,07</b>	<b>353.465.198,25</b>

Fonte: Siafi

## 7.5. Demonstração do fluxo de caixa

Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Exercício de 2018, em reais:

Especificação/Ano	2018	2017
<b>Fluxos de Caixa das Atividades das operações</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>351.218.800,06</b>	<b>332.672.031,86</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>1.442.274,96</b>	<b>636.919,07</b>
Receita Patrimonial	153.931,18	164.558,23
Receita Agropecuária	152.302,95	111.314,12
Receita Industrial	122.854,23	114.386,29
Receita de Serviços	857.714,83	132.329,26
Remuneração das Disponibilidades	416,20	502,15
Outras Receitas Derivadas e Originárias	155.055,57	113.829,02
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>349.776.525,10</b>	<b>332.035.112,79</b>
Ingressos Extraorçamentários	329.856,42	150.746,24
Transferências Financeiras Recebidas	349.385.806,75	331.884.366,55
Arrecadação de Outra Unidade	60.861,93	
<b>Desembolsos</b>	<b>-322.469.282,06</b>	<b>-319.898.799,66</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-239.336.804,70</b>	<b>-244.143.371,07</b>
Previdência Social	-12.695.211,46	-11.798.786,04
Educação	-226.641.593,24	-232.344.585,03
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-32.350.331,22</b>	<b>-30.407.209,79</b>
Intragovernamentais	-32.296.869,27	-30.377.809,79
Outras Transferências Concedidas	-53.461,95	-29.400,00
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-50.782.146,14</b>	<b>-45.348.218,80</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-328.659,15	-164.387,74
Transferências Financeiras Concedidas	-50.453.486,99	-45.183.831,06

Especificação/Ano	2018	2017
<b>Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>28.749.518,00</b>	<b>12.773.232,20</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
<b>Ingressos</b>		
<b>Desembolsos</b>	<b>-9.733.159,24</b>	<b>-12.994.469,76</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.498.694,24	-12.627.724,48
Outros Desembolsos de Investimentos	-234.465,00	-366.745,28
<b>Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>-9.733.159,24</b>	<b>-12.994.469,76</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
<b>Ingressos</b>		
<b>Desembolsos</b>		
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos</b>		
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>19.016.358,76</b>	<b>-221.237,56</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Inicial</b>	<b>2.705.492,46</b>	<b>2.926.730,02</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>	<b>21.721.851,22</b>	<b>2.705.492,46</b>

Fonte: Siafi

## 7.6. Demonstrações das variações do patrimônio líquido

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício de 2018, em reais:

Especificação	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2017</b>	<b>8.313,89</b>	<b>198.068.874,91</b>	<b>198.077.188,80</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores		158.421,31	158.421,31
Const./Realiz da Reserva de Reavaliação de Ativos		440.274,89	440.274,89
Resultado do Exercício		18.306.182,10	18.306.182,10
<b>Saldo Final do Exercício 2017</b>	<b>8.313,89</b>	<b>216.973.753,21</b>	<b>216.982.067,10</b>
<b>Saldo Inicial do Exercício 2018</b>	<b>8.313,89</b>	<b>216.973.753,21</b>	<b>216.982.067,10</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores		30.955,65	30.955,65
Const./Realiz da Reserva de Reavaliação de Ativos		-29.015,21	-29.015,21
Resultado do Exercício		1.027.661,09	1.027.661,09
<b>Saldo Final do Exercício 2018</b>	<b>8.313,89</b>	<b>218.003.354,74</b>	<b>218.011.668,63</b>

Fonte: Siafi

## 7.7. Notas explicativas

### Nota 1 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31.12.2018 o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 215.224.654,22 relacionados ao imobilizado, assim configurado e dividido:

1.2.3.1.0.00.00	bens móveis	77.626.592,65D
1.2.3.1.1.00.00	bens móveis - consolidação	77.626.529,65D
1.2.3.8.0.00.00	depreciação, exaustão e amortização	39.971.219,88C
1.2.3.9.0.00.00	redução de valor recuperável de imobilizado	12.930,25C

Fonte: Siafi 2018

Fatos relevantes acontecidos até o encerramento do exercício de 2018 em relação o imobilizado:

Podemos citar como fato relevante relativo ao Imobilizado no quarto trimestre de 2018, que o Ativo Não Circulante onde se inclui o Ativo Imobilizado representa 89,60 % do total das aplicações do patrimônio do órgão, e teve variação monetária de R\$ 4.240.717,29 (2%) no exercício 2018 relacionado ao final do exercício passado. No que diz respeito aos bens imóveis houve uma variação monetária de R\$ 5.339.820,88 para mais em relação a 31.12.2017 devido a finalização de obras em andamento na sua grande maioria, sendo que no momento o saldo de Bens imóveis em

andamento que são aqueles em construção fecham em R\$ 21.544.666,23. Os bens imóveis representam 73,55% do total do Ativo e tiveram um crescimento no saldo contábil de 3,10% em comparação a 31.12.2017.

Quanto aos bens móveis observamos uma variação monetária de R\$ 4.406.280,91 no encerramento do exercício 2018 em relação ao encerramento de 2017, que em números proporcionais representa um aumento de 6,02% e representando 32,15% do total do Ativo. Essa majoração no saldo se deve a novas aquisições e outras incorporações (doações principalmente) ocorridas durante o exercício 2018, até o terceiro trimestre.

Os estoques no âmbito do IF Farroupilha em sua grande maioria são frutos de aquisições no mercado e usados na manutenção das atividades fim e meio da Instituição, uma parte ínfima vem de produção própria em apenas algumas entidades que efetuam atividades agrícolas e pecuárias oriundas das atividades de ensino.

1.1.5.0.00.00	estoques	1.638.340,18 D
1.1.5.6.0.00.00	amolxarifado	1.593.944,19D
1.1.5.6.100.00	amolxarifado - consolidação	1.593.944,19D
1.1.5.6.101.00	materiais de consumo	1.593.944,19D
1.1.5.8.00.00	outros estoques	44.395,99D
1.1.5.8.100.00	outros estoques - consolidação	44.395,99D
1.1.5.8.101.00	materiais de acondicionamento e embalagem	963,12D
1.1.5.8.101.00	estoq mat acond e embalagem - armazenamento	963,12D
1.1.5.8.102.00	estoques para distribuição	27.860,96D
1.1.5.8.102.01	material cons - estoque interno	27.860,96D
1.1.5.8.103.00	estoques para doação e/ou permuta	15.598,91 D
1.1.5.8.103.01	mercadorias para doação - estoque	15.598,91 D

Fonte: Siafi 2018

A variação monetária positiva dos estoques no IF Farroupilha foi de R\$ 136.066,14 entre dezembro de 2018 e dezembro de 2017, um aumento no saldo que em percentual significa

## » 7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9,06% para cima e hoje os estoques representam 0,68% do total do ativo no órgão.

Os ativos intangíveis são aqueles bens incorpóreos, imateriais, ou seja, aqueles que não são palpáveis nem visíveis, mas que são destinados a manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição ou de produção.

Seguem os saldos do ativo intangível em final de dezembro de 2018, no nosso órgão IF Farroupilha

1.2.4.0.0 00.00	intangível	1.100.225,94D
1.2.4.1.0 00.00	softwares	1.539.468,22D
1.2.4.1.1 00.00	softwares - consolidação	1.539.468,22D
1.2.4.1.1 01.00	softwares com vida útil definida	1.209.365,22D
1.2.4.1.1 01.01	softwares	1.209.365,22D
1.2.4.1.1 00.00	softwares com vida útil indefinida	330.103,00D
1.2.4.1.1. 02.01	softwares	303.103,00D

1.24.2.0 00.00	marcas, direitos e patentes industriais	3.492,28D
1.2.4.2.1 00.00	marcas, direitos e patentes industriais	3.492,28D
1.2.4.2.1 01.02	marcas/direitos /patentes - vida útil	3.492,28D
1.2.4.2.1 01.02	concessão de direito de uso comercial	3.492,28D
1.2.4.8.0. 00.00	amortização acumulada	442.434,56C
1.2.4.8.1. 00.00	amortização acumulada - consolidação	442.434,56C
1.2.4.8.1. 01.00	amortização acumulada - contas	124.442.734,56C

Fonte: Siafi 2018

Na variação monetária até 31.12.2018 dos intangíveis se destacam os Softwares com R\$ 234.465,00 positivamente, sendo que estes representam 0,69% do total do Ativo e tiveram variação percentual pra cima de 17,97% no período corrente em relação ao encerramento do exercício passado.

Destaque importante no lado do passivo foi a conta de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais que teve uma variação monetária

que caiu de R\$ 2.431.020,28 para R\$ 709.942,73 no último trimestre de 2018 em relação a setembro deste mesmo exercício se comparado a dezembro de 2017, o que representa variação de 95,82% em relação ao encerramento de 2017 e se deve a execução do orçamento de 2018 com a apropriação dos compromissos de pagamento de materiais e serviços adquiridos ao longo do exercício corrente, representa 6,21% do total do Passivo. Essa diminuição da participação deste item em relação do total do passivo, de 80,59% em setembro de 2018 para 6,21% ao final do exercício se deve principalmente a baixa de compromissos que foram procedidos depois de levantamento do Execução Financeira que constatou que os valores não são mais devidos. Foram baixados também os empenhos relativos a estes passivos.

Observações importantes a respeito do Imobilizado que afetam a qualidade das informações contábeis do Balanço Patrimonial, especialmente nas contas redutoras de depreciação acumulada; Ao final de 2018 foi realizado inventário físico e foram constatadas as seguintes irregularidades:

» Bens tombados e adquiridos pela Unidade Gestora Reitoria mas que não foram localizados. A maioria desses bens não está localizada devido a transferências de materiais sem o devido controle patrimonial para as unidades gestoras subordinadas. Estas ações não seguiram o Manual do Patrimônio da entidade e as recomendações da Contabilidade do órgão.

» Bens sem tombamento, devido a fluxo de aquisições equivocados que não seguiram o Manual do Patrimônio, o que fez com que materiais fossem distribuídos sem o conhecimento do Setor de Patrimônio e sem o lançamento no sistema de controle e gestão patrimonial. A Contabilidade também expediu várias orientações a respeito através do endereço eletrônico e também memorandos.

Este segundo fato, afeta principalmente as contas de depreciação acumulada de bens móveis, em razão da falta de lançamento de bens no sistema de controle patrimonial.

O Setor de Patrimônio está finalizando o lançamento dos bens não inventariados no sistema de controle patrimonial, ou seja não encontrados,

e assim que este relatório for disponibilizado à Contabilidade do IF Farroupilha, estes bens estarão sendo lançados no SIAFI através de documento de lançamento patrimonial, assim sendo, serão solicitadas providências junto a Administração do órgão no sentido de que sejam abertos os trabalhos para processo localização desses bens ou que sejam procedidas as responsabilizações pelo ressarcimento ao erário público.

### Nota 2 – Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas correspondem ao registro da despesa sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade, em outras palavras deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo pagamento.

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas destaca-se na DVP 4º trimestre comparando-se ao mesmo período do exercício passado no horizonte do IF Farroupilha a evolução do saldo do seguinte item como descrito abaixo:

» Reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste p/ perdas que teve variação muito significativa de R\$ 113.956.514,53 (31.12.2017) para R\$ 0,00 (31.12.2018), variável que se justifica pela não ocorrência de processos de reavaliação no período. Este item tem relação direta, contrapartida com a conta de Redução ao valor recuperável do Balancete Contábil e com o item da mesma denominação do Balanço Patrimonial que são redutoras da conta de bens móveis e imóveis, e nota-se que neste período o saldo permaneceu sem variação.

» Desincorporação de Ativos, que variou em R\$ 68.788.208,99, ou seja, 97,86% pra cima no período analisado, representando 0,42% do total das variações patrimoniais diminutivas. Se deve à baixa de ativos considerados inservíveis ou doações a outras entidades públicas. Este item das VPD tem reflexo direto na conta de bens móveis e imóveis sintética 123110000, 123120000 respectivamente, e também nas respectivas contas analíticas, que são as específicas para cada tipo de material móvel e bens imóveis.

» O item Remuneração com pessoal teve crescimento de 4,49% no

período, variando monetariamente de R\$ 173.967.617,63 para R\$ 181.780.659,58, diferença de R\$ 7.813.041,95 para cima, representando 51,30% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Essa majoração se deve a entrada de novos servidores no quadro de pessoal do Órgão, seja em cargo efetivo ou temporário.

»

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade, em outras palavras deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo recebimento.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas destacam-se na Demonstração das Variações Patrimoniais 4º trimestre de 2018, comparando-se ao mesmo período do exercício passado no horizonte do IF Farroupilha, a evolução do saldo dos itens em relação ao mesmo período do exercício passado, que segue abaixo:

» - Ganhos com incorporação de ativos, que variou 99,09% para bai-

xo, passando de R\$ 167.768.844,23 para R\$ 1.523.521,46 na comparação dos períodos, diminuição de R\$ 166.245.322,77 no saldo comparativo dos períodos. Este item compreende ganhos com a incorporação de ativos descobertos ou recebidos em doações de outras entidades. Esse item da Demonstração das Variações Patrimoniais tem contrapartida nos itens do Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial, podemos afirmar então, que houve bem menos acréscimos nesses itens no período corrente que no período do exercício passado. Este item representa 0,43% das VPA.

» As Transferências Intragovernamentais tiveram variação positiva de R\$ 17.501.440,20, ou 11,66% para mais, na comparação dos períodos, significando que houve aumento nas transferências de recursos vindo do Governo Federal neste ano em relação ao ano passado até o momento. Este item representa 14,24% das Variações Patrimoniais Aumentativas.

» O item reavaliação de ativos teve queda na sua variação, no patamar de R\$ 27.780.678,54, porque no ano de 2018 não foi possível a realização

de processos de reavaliação de bens móveis. Os motivos foram inconsistências no novo sistema de controle patrimonial, adotado em 2017, sendo que algumas persistem até o momento. Já foi recomendada pela Contabilidade do IF Farroupilha, a migração da gestão do patrimônio para o SIADS, sistema da SERPRO que possui interligação com o SIAFI, facilitando muito as operações entre sistemas.

### Nota 3 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, O IF Farroupilha apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.448.120,76 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo todas de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, Fornecedores e Contas a Pagar – Composição:

2.1.3.1.1 00.00	fornecedores e contas a pagar nacionais	1.448.120,76
2.1.3.1.1 04.00	contas a pagar credores nacionais	1.448.120,76
2.1.3.1.2 00.00	fornecedores e contas a pagar nacionais	5.075,80

2.1.3.1.2. 04.00	contas a pagar credores nacionais	5.075,80
---------------------	-----------------------------------	----------

Fonte: Siafi 2018

A totalidade dos fornecedores e contas a pagar se refere aos fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2019.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

155628 - Inst. Federal Farroupilha/ <i>Campus</i> Jaguari	84.884,46
155081 - <i>Campus</i> Santo Ângelo	197.326,86
155570 - <i>Campus</i> Frederico Westphalen	19.159,96
158127 - Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. Farroupilha	151.832,73
158266 - Inst. Federal Farroupilha/ <i>Campus</i> Santo Augusto	6.042,54
158267 - Inst. Federal Farroupilha/ <i>Campus</i> Alegrete	222.071,18
158268 - Inst. Federal Farroupilha/ <i>Campus</i> São Vicente Sul	479.646,70

158503 - Inst. Federal Farroupilha/ <i>Campus</i> São Borja	247.650,34
158504 - Inst. Federal Farroupilha/ <i>Campus</i> Santa Rosa	20.576,55
158505 - Inst. Federal Farroupilha/ <i>Campus</i> Panambi	18.929,44

Fonte: Siafi 2018

As Unidades Gestoras 158127, 158267 e 158268 representam 58,94% do total devido a fornecedores no órgão 26420.

### Nota 4 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. No Balanço Orçamen-

tário da IF Farroupilha do 4º trimestre de 2018, podemos observar que o total das Receitas Realizadas (R\$ 1.442.274,96) foi maior que o total da Receita Prevista (R\$ 1.362.465,00), em 5,85%. Na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada (R\$ 296.355.470,62) as Despesas Correntes representaram 96,96%, enquanto que as Despesas de Capital (investimentos) representaram 3,036% desse total.

Das Despesas Correntes Empenhadas (R\$ 287.336.804,05), as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram 78,99%, enquanto que as demais Despesas de Custeio representaram 21,00% desse montante.

### Restos a Pagar

Até o final do 4º Trimestre de 2018 o saldo é de R\$ 69.364.740,33 (sendo 44,93% de Custeio e 55,07% de Investimento). Em relação ao ano de inscrição dos RPNP vide tabela abaixo:

» 7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GRUPO DE DESPESA	ANO EMISSÃO DO NE	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A PAGAR
4	2010	91.077.135,75	46.978.418,85	4.009.041,51	51.121.723,50	82.924.789,59
3	2010	30.689.174,70	3.687.710,40	444.684,35	19.872.032,85	14.060.167,90
4	2011	109.751.484,75	10.408.952,70	2.208.597,25	72.984.775,55	44.967.064,65
3	2011	37.224.365,85	7.599.987,90	1.941.754,03	22.532.668,70	20.349.931,02
4	2012	137.231.633,85	24.813.578,10	1.513.466,60	85.991.494,93	74.540.250,42
3	2012	75.381.076,20	9.190.070,40	2.877.096,64	45.332.316,51	36.361.733,45
4	2013	99.070.008,15	2.200.157,85	473.767,69	65.244.168,26	35.552.230,05
3	2013	128.656.930,95	16.837.172,13	2.301.778,84	82.196.221,23	60.996.103,01
4	2014	154.444.061,25	20.398.226,40	2.612.068,96	86.865.438,51	85.364.780,18
3	2014	94.354.347,15	6.714.123,09	1.533.429,47	66.771.115,70	32.763.925,07
1	2014	1.377.846,90		62.343,36	426.452,04	889.051,50
4	2015	126.429.270,00	34.987.488,00	2.862.897,35	68.640.651,85	89.913.208,80
3	2015	117.635.930,10	6.917.406,51	1.559.900,72	79.881.463,82	43.111.972,07
4	2016	155.639.164,80	37.399.665,15	646.802,58	83.742.518,52	108.649.508,85
3	2016	111.962.440,20	4.970.377,41	920.440,85	76.295.027,81	39.717.348,95
4	2017	33.063.947,70	122.651,67	44.502,29	20.224.753,68	12.917.343,40
3	2017	170.620.084,80	1.505.259,15	1.517.712,68	113.520.399,45	57.087.231,82
4	2018	6.817.137,51				6.817.137,51
3	2018	19.073.236,62		124,8	1.022.038,72	18.051.073,10
Total		1.700.499.277,23	234.731.245,71	27.530.409,97	1.042.665.261,63	865.034.851,34

**Quadro 15** - Execução de Restos a Pagar não Processados no exercício, em reais

## » 7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os cancelamentos de RPNP se deram principalmente por não haver mais interesse da Administração na entrega do serviço ou produto, devido a atrasos ou impedimentos das empresas no SICAF. Outra situação é aquela em que o orçamento do exercício 2018 possuía cobertura para o mesmo tipo de empenho para cobrir as mesmas despesas, então houve os cancelamentos desses RPNP.

Os Restos a Pagar Processados que são aqueles em que já houve a liquidação da obrigação por parte do fornecedor, tiveram cancelamentos devido a levantamento da execução financeira que constatou que os valores não eram mais devidos, na sua grande maioria se tratava de obrigações com Pessoas Físicas, e na mudança causada pelo PCASP em janeiro de 2015 o sistema baixou o passivo mas não acontecendo o mesmo com o saldo do empenho, portanto, tratam-se de obrigações que já estavam pagas, que foram baixadas da conta de Restos a Pagar via Nota de Lançamento para equilibrar o passivo orçamentário com a execução orçamentária, (referente ao período de 2015 até 2018).

GRUPO DE DESPESA	ANO DE EMISSÃO DO NE	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
4	2010	13.866.774,60	1.957.448,25	304.311,03	11.035.671,00	4.484.240,82
3	2010	11.551.897,80	2.089.453,65	227.163,25	7.523.738,63	5.890.449,57
4	2011	2.739.612,30			2.277.523,67	462.088,63
3	2011	3.674.121,44	476.225,55	70.401,33	2.330.711,40	1.749.234,26
4	2012	6.086.031,60	465.687,00	19.432,18	5.359.974,57	1.172.311,85
3	2012	8.483.093,70	2.222.448,93	340.884,96	5.644.556,03	4.720.101,64
4	2013	4.006.750,35	34.828,29		3.702.305,01	339.273,63
3	2013	21.099.300,75	321.996,63	81.823,60	19.106.881,69	2.232.592,09
4	2014	13.581.055,50	192.094,65		12.391.796,04	1.381.354,11
3	2014	42.459.248,76	1.561.064,19	158.948,20	36.949.553,40	6.911.811,35
1	2014	13.576.653,45			12.671.543,22	905.110,23
4	2015	29.991.591,75	884.059,23	41.466,30	26.745.373,74	4.088.810,94
3	2015	57.542.035,05	1.568.714,70	10.568,41	50.421.648,67	8.678.532,67
4	2016	357.528,75			322.676,19	34.852,56
3	2016	3.497.768,04	960.971,58	45.533,40	2.285.889,17	2.127.317,05
4	2017	344.842,35			20.075,50	324.766,85
3	2017	3.212.139,48	5.206,71	489,36	2.528.833,77	688.023,06
4	2018	557.785,47			2.786,84	554.998,63
3	2018	4.663.148,31			2.888.671,54	1.774.476,77
1	2018	57.331.469,10			38.220.979,40	19.110.489,70
Total		298.622.848,55	12.740.199,36	1.301.022,02	242.431.189,48	67.630.836,41

**Quadro 16** - Execução de Restos a Pagar Processados, no exercício em reais

### Nota 5 – Investimentos

Os investimentos no Órgão 26420, é composto por: demais investimentos, mais precisamente Títulos e Valores Mobiliários Permanentes.

PARTICIPAÇÕES PERMANENTES INVESTIMENTO - COMPOSIÇÃO	
Demais investimentos permanentes	4.434,74

As participações permanentes representam os investimentos realizados em 2009, que na verdade se configuram em ações de telefonia que a UG 158268 IF Farroupilha *Campus* São Vicente do Sul, herdou do antigo CEFET da mesma cidade, pois em épocas anteriores a 2009 (mais precisamente entre 1988 a 1995) ao se adquirir linha telefônica da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, depois privatizada e incorporada pela Brasil Telecom, o comprador entrava como acionista desta, recebendo quotas que lhe cabiam relativas ao valor da linha.

Este valor deverá ser baixado no exercício 2019, já houveram tenta-

tivas, mas o sistema não permitiu, apresentando crítica.

### Nota 6 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as entradas e saídas de recursos financeiros comparando o exercício corrente com o anterior. Os recebimentos e pagamentos nele contidos são orçamentários (Lei Orçamentária) ou extra orçamentários (Recursos Descentralizados e Restos a Pagar).

Relativamente às Receitas Orçamentárias podemos afirmar que estas tiveram uma sensível majoração entre os períodos comparados do ano corrente e do passado, passando de R\$ 636.919,07 para R\$ 1.442.274,96, aumentando em R\$ 805.355,89 o que significa 226,44% a mais.

As Receitas Ordinárias que são que aquelas que se originam da exploração da atividade do bem público (provenientes do patrimônio do ente) ficaram zeradas no exercício 2018, significa que não houveram ingressos desta natureza.

As transferências Financeiras Recebidas tiveram um acréscimo de R\$ 17.501.440,20 em relação a 2017, aumentando de R\$ 331.884.366,55

para 349.385.806,75, percentualmente 5,27% de majoração. Destacando-se o aumento do item Repasse (transferência de recursos financeiros do órgão setorial de programação financeira para órgão pertencente a outro ministério, no caso Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em virtude da folha de pagamento), que passou de R\$ 16.160.520,62, ou 6,08% a mais que o ano anterior e ainda o item sub repasse (transferência de recursos financeiros do órgão setorial de programação financeira para órgão pertencente ao mesmo ministério, órgão subordinado, execução orçamentária de despesas correntes e de capital), que teve aumento de 19,21%, em variação monetária passou de R\$ 30.098.451,14 para R\$ 35.880.481,60, variando R\$ 5.782.030,46.

Já os Recebimentos Extra Orçamentários tiveram um aumento percentual de 85,75%, passando de R\$ 18.017.182,61 para R\$ 33.467.034,90. Se deve principalmente pela majoração do saldo de inscrição de Restos a Pagar Processados (aqueles em que a obrigação da entrega do serviço ou material foi cumprida pelo fornecedor), que passou de

R\$ 255.643,54 para 21.211.776,98, aumento de R\$ 20.956.132,98, ou 8.197,40% (a particularidade se deve a empenhos de despesa com pessoal inscritos em RP principalmente o empenho 2018NE000003), ao contrário da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (aqueles em que a obrigação da entrega do serviço ou material não foi cumprida pelo fornecedor) que diminuiu em R\$ 5.746.252,80, ou 32,62% a menos.

Quanto as Despesas Orçamentárias, observa-se um aumento de 4,34% execução financeira comparando-se o mesmo período de 2018 e 2017, variação monetária de R\$ 12.342.358,62, variando de R\$ 284.013.112,00 para R\$ 296.355.470,62.

No que tange as Despesas Extra Orçamentárias tivemos variação de R\$ 21.562.762,73 para R\$ 18.469.800,24, ou seja, diminuição de R\$ 3.092.962,49 ou 14,34% menor que no mesmo período de 2017. Se deve principalmente ao encolhimento de programa do Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação, o Pronatec que passou a se chamar Mediotec.

Na Demonstração de Fluxo de Caixa as despesas com Educação, Se-

guridade Social (Exceto Regime Próprio de Previdência) podem ser verificadas mais detalhadamente no lado dos Desembolsos, Pessoal e Demais Despesas, itens Assistência Social, Educação e Previdência Social.

### Nota 7 – Demonstração de Fluxo de Caixa

A DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa é um dos 6 Demonstrativos Contábeis obrigatórios dos entes públicos disponibilizados pelo SIAFI no âmbito da Administração Federal que evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros, sendo um importante instrumento de avaliação da gestão pública.

#### Análise Horizontal e Vertical

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, janeiro a setembro de 2018 encerrou com um ingresso de recursos R\$ 15.976.285,80 a mais, ou seja, 79,95% por cento a mais de ingressos de recursos financeiros ocorreram em comparação com janeiro a dezembro de 2017.

As receitas Derivadas e Originárias que são aquelas oriundas de

recursos obtidos com tributos, penalidades e da exploração econômica de uma atividade pelo Estado, foram maiores de janeiro a dezembro de 2018 que no mesmo período de 2017 em R\$ 18.546.768,20 o que significa uma majoração de 5,57%. Destacamos a Receita Patrimonial (são contraprestações devidas pelos particulares pelo uso privilegiado de bens que são de todos) que aumentou em relação ao exercício passado no período de análise, terceiro trimestre, em R\$ 725.385,57, passando de R\$ 132.329,26 um acréscimo de 548,16% e representa 59,46% dessa modalidade de receita.

As transferências financeiras recebidas somaram no final de 2018 R\$ 349.385.806,75. Isso significa R\$ 17.501.440,20 a mais que no mesmo período do ano passado, uma majoração de 5,27% e estas transferências representam 99,47% do total dos ingressos financeiros do IF Farroupilha, ou seja, quase que a totalidade do caixa do órgão é originário dessa modalidade de entradas e na sua maioria são utilizadas para a cobertura de despesas correntes e de pessoal (folha de pagamento).

Os desembolsos foram R\$

2.570.482,40 maiores que no mesmo período de 2016 sendo que 68,42% foram despesas com pessoal.

Os gastos com Previdência Social subiram 7,59% em relação ao mesmo período do ano passado e totalizaram R\$ 12.695.211,46 representando 7,59% dos desembolsos do órgão.

As transferências concedidas totalizaram R\$ 32.350.331,22, sendo 5,90% maiores que no ano passado até o quarto trimestre. Representam 10,03% do total das saídas de financeiro e se tratam das movimentações de recursos através de programação financeira entre a Unidade Reitoria e suas Unidades Subordinadas na sua grande maioria.

O Caixa ou Equivalente de Caixa final de 2018 em comparação a 2017, aumentou em R\$ 19.016.358,76, uma majoração de 702,87%.

### Nota 8 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL – Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido demonstra as evoluções do Patrimônio Líquido da Entidade, ou seja, o saldo da equação Ativo total – Passivo total.

Não houve uma alteração signifi-

cativa no saldo final do exercício 2018 comparando-se com o saldo final do exercício 2017. O aumento foi de R\$ 1.029.601,53 ou 0,47% de evolução para mais.

Estão pendentes reavaliações dos bens móveis, que poderá alterar significativamente estes valores, e que ainda não foram efetuadas devido a problemas com o sistema de controle patrimonial adotado, e também devido a bens pendentes de localização. Primeiramente deverão ser resolvidos estes problemas patrimoniais para somente após ser procedido processo de reavaliação de todos os bens móveis da Instituição. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

# » 8 ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES

**Quadro 1** - Indicadores acadêmicos do Acórdão N° 2.267/2005 - TCU, exercício 2018

INDICADORES		FÓRMULA DE CÁLCULO	2018	2017	2016	2015	2014
Acadêmicos	Relação de Candidatos por Vaga (RCV)	Inscritos / Vagas para ingresso	2,73	3,86	4,27	4,26	3,82
	Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)	Ingressantes / Matrículas atendidas	47,68%	39,60%	35,96%	34,50%	35,12%
	Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)	Concluintes / Matrículas atendidas	31,15%	19,62%	14,05%	12,31%	15,75%
	Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)	Concluintes / Finalizados	69,92%	57,87%	39,99%	33,33%	61,45%
	Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	Retidos / Matrículas atendidas	9,64%	17,44%	24,99%	32,74%	29,25%
	Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)	Matrículas atendidas / Docentes	18,12	19,64	18,99	19,95	16,2
Administrativos	Gasto Corrente por Aluno (GCA)	Gastos Correntes / Matrículas atendidas	R\$ 20.352,90	R\$ 19.783,35	R\$ 19.595,42	R\$ 16.175,40	R\$ 17.443,63
	Gastos com Pessoal (GCP)	Gastos com Pessoal / Gastos Totais	74,62%	77,08%	70,15%	68,58%	59,38%
	Gastos com Outros Custeios (GOC)	Gastos com outros custeios / Gastos Totais	22,08%	15%	23,23%	19,71%	22,77%
	Gastos com Investimentos (CGI)	Gastos com Investimentos / Gastos Totais	2,63%	3,56%	4,62%	7,50%	13,70%

» 8 ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES

INDICADORES		FÓRMULA DE CÁLCULO	2018	2017	2016	2015	2014
Socioeconômico	Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)	$0 < RFP \leq 0,5 \text{ SM}$	2550	2.613	210	273	1.390
		$0,5 < RFP \leq 1 \text{ SM}$	3194	3.300	463	708	2.194
		$1 < RFP \leq 1,5 \text{ SM}$	2599	2.396	805	1575	1.682
		$1,5 < RFP \leq 2,5 \text{ SM}$	1476	1.636	427	985	878
		$2,5 < RFP \leq 3 \text{ SM}$	382	398	200	437	585
		$RFP > 3 \text{ SM}$	277	162	181	460	585
		Amostra Total	10478	10.505	2.286	4.438	7.314
Gestão de Pessoas	Titulação do Corpo Docente (TCD)	$G*1+A*2+E*3+M*4+D*5 / G+A+E+M+D$	4,20	4,20	4,17	4,05	3,9

**Quadro 2** - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, exercício 2018

INDICADORES – PLATAFORMA NILO PEÇANHA		2018	2017
Acadêmico	Taxa de Evasão	13,40%	19,1%
	Eficiência Acadêmica	49,30%	44,1%
	Conclusão Ciclo	47,19%	42,1%
	Evasão Ciclo	48,48%	53,3%
	Retenção Ciclo	4,33%	4,6%
	Relação Inscritos/Vagas	2,73%	4,0%
	Relação Matrícula por Professor (RAP)	21,29	19,44
Administrativos	Gasto Total	R\$ 305.106.223,00	R\$ 280.455.814,00
	Gasto com Pessoal	R\$ 227.695.928,00	R\$ 216.185.120,00
	Investimentos	R\$ 8.022.745,00	R\$ 9.975.010,00
	Outros Custeios	R\$ 67.374.260,00	R\$ 41.458.729,00
	Inativos e Pensionistas	R\$ 13.821.528,00	R\$ 11.798.786,00
	Gasto Corrente por Matrícula	R\$ 20.352,90	R\$ 19.783,35
Socioeconômico	0 < RFP ≤ 0,5	2.550 alunos	2.613 alunos
	0,5 < RFP ≤ 1	3.194 alunos	3.300 alunos
	1,0 < RFP ≤ 1,5	2.599 alunos	2.396 alunos
	1,5 < RFP ≤ 2,5	1.476 alunos	1.636 alunos
	2,5 < RFP ≤ 3,5	382 alunos	398 alunos
	RFP > 3,5	277 alunos	162 alunos
	Não Declarado	4.381 alunos	2.773 alunos
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD)	4,20	4,20

Fonte: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2019/>

## 8.1. Análise crítica dos indicadores

Até o exercício 2017 o Relatório de Gestão utilizava os indicadores do Acórdão N° 2.267/2005 – TCU/Plenário como referência para apresentar os resultados. Esta metodologia de cálculo levava em conta o período compreendido entre janeiro de e dezembro do ano de análise.

Com o desenvolvimento da Plataforma Nilo Peçanha - PNP novos indicadores surgiram, de acordo com o definido pela Rede Federal /SETEC tendo como base uma nova metodologia de cálculo.

Os indicadores propostos pela PNP são calculados desconsiderando períodos de análise. Levam em consideração ciclos com data de encerramento em um mesmo período. Assim os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha - PNP seguem uma nova metodologia. Os novos indicadores calculados pela PNP podem ser vistos no site [www.plataformanilopecanha.org](http://www.plataformanilopecanha.org), pois são de domínio público.

## 8.2. Indicadores acadêmicos

### Relação Candidato x Vaga

A relação candidato/vaga tanto no indicador do acórdão do TCU como na PNP consideram o número total de candidatos pelo total de vagas ofertadas na instituição.

Em 2018 a relação foi de 2,73. Os dados indicam, de um modo geral, que tem havido um decréscimo entre oferta de vagas e procura. Faz-se necessário considerar que o dado é uma média de procura em relação aos cursos ofertados. Alguns cursos têm alta procura e outros nem tanto.

A processo de elaboração do PDI 2018-2026 propôs uma reflexão no sentido de revisar a oferta de cursos do IFFar, apurando dados sobre a procura por cursos nos diferentes *campi* e propõem um reordenamento da oferta a partir de dados relacionados às novas realidades sociais dos campi.

A análise sobre a relação candidato/vaga tem que considerar, por outro lado, as ofertas que são obrigações legais dos Institutos Federais como o PROEJA e as Licenciaturas. Cursos estes que, em decorrência da realidade social e econômica do país têm passado por crises quanto à demanda de

candidatos.

### Relação de Ingressantes por Matrícula Atendida

A Relação Ingressantes por Matrícula Atendida é um indicador do acórdão do TCU definido pelo número de ingressantes considerando o total de matrículas atendidas no período.

O percentual de 47,68% pode ser explicado a partir do processo de expansão da oferta de cursos do IFFar que justificam um número grande de ingressantes, sobre o total de matrícula atendidas na instituição.

### Relação de Concluintes por Matrícula

A Relação de Concluintes por Matrícula indicador do acórdão do TCU que tem como base o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec é calculado considerando o número de concluintes pelo total de matrículas atendidas.

De acordo com a metodologia o índice é de 31,15%. Dentro de uma média de quatro anos de permanência de estudantes o índice pode ser considerado muito bom, pois significa que do total de matriculados no período

analisado, três em cada dez concluíram os estudos.

Observa-se, por outro lado um aumento significativo na relação quando considerados os dados de 2017 e 2018, passando o índice de 19,62% para 31,15%, o que, do ponto de vista percentual indica que houve um aumento de mais de 50% no índice de conclusão, quando consideradas as matrículas totais.

### Eficiência acadêmica

O Índice de Eficiência Acadêmica de acordo com o indicador do acórdão do TCU é medido considerando o total de concluintes no período pelos finalizados.

A Plataforma Nilo Peçanha mede a eficiência considerando o total de concluintes do Ciclo mais uma expectativa estatística de prováveis concluintes, considerando uma média de conclusão dos estudantes que se encontram na situação de retidos.

Conforme os dados considerando o acórdão do TCU a eficiência acadêmica passou de 57,87%, em 2017, para 69,92%, em 2018.

A PNP apresenta o índice de 44,1%, em 2017 e de 49,30 em 2018.

Ou seja, o IFFar avançou doze

pontos percentuais, considerando o indicador do TCU, e cinco pontos percentuais, considerando a PNP, em eficiência acadêmica em um ano.

A melhoria da eficiência acadêmica institucional pode ser analisada como resultado do Programa Permanência e Êxito - PPE, cujo planejamento de 2018 foi definindo com ações e metas quantitativas para cada curso.

O PDI 2018-2026, por sua vez estabeleceu metas quantitativas específicas de combate a evasão por nível, forma de organização e modalidade dos cursos, como forma de melhorar ainda mais os índices de eficiência.

### Índice de Retenção

O Índice de Retenção do Fluxo Escolar de acordo com o indicador do acórdão do TCU é medido considerando o total de matrículas no curso após o período previstos para conclusão.

Também neste índice do acórdão do TCU, que está relacionado à permanência e ao êxito, observa-se uma melhoria significativa nos dados, passando de 17,44%, em 2017, para 9,64%, em 2018.

Pela PNP a Retenção no ciclo também teve um pequeno decréscimo passando de 4,6%, em 2017 para

4,33% em 2018.

A discrepância dos índices é explicada pelas fórmulas de cálculo, que são diferentes.

Embora pequena, também a melhora no índice da PNP indica uma melhora nos dados de retenção que também podem ser creditados ao PPE.

Quanto a este índice, também, o PDI 2018-2026 estabelece metas por nível, forma de organização e modalidade dos cursos, que, se alcançadas, impactarão de forma positiva na redução da retenção.

### Taxa de Evasão

A PNP trabalha com dois índices para tratar da Evasão: A Taxa Evasão que é o total de estudantes matriculados no ano pelo número de evadidos no ano e a Evasão no Ciclo que é o total de estudantes que perderam o vínculo com o curso, no ciclo.

A Taxa de Evasão passou de 19,1%, em 2017 para 13,40%, já a Evasão Ciclo passou de 53,3%, em 2017, para 48,48%, em 2017. A melhoria no índice anual de evasão foi de seis pontos percentuais e na evasão no ciclo dos cursos foi de cinco pontos percentuais.

Também em relação a este índice

pode-se creditar a melhora nos resultados ao trabalho do PPE.

Embora tenha havido significativa melhora nos dois índices, os dados ainda são preocupantes e merecem atenção institucional, pois a evasão empurra para baixo a eficiência acadêmica.

Assim, como se mencionou em relação aos outros índices relacionados à eficiência acadêmica, a instituição, preocupada em melhorar a eficiência estabeleceu no seu planejamento estratégico, PDI 2018-2026, metas quantitativas específicas de combate a evasão por nível, forma de organização e modalidade dos cursos.

### Relação Matrícula por Professor (RAP)

A Relação Aluno Professor teve um decréscimo de 2017 para 2018, passando de 19,64 para 18,12 de acordo com o índice do acórdão do TCU e uma melhora, considerando o indicador da PNP que passou de 19,44, em 2017, para 21,29, em 2018.

A discrepância é determinada por diferenças na forma de cálculo. O TCU trabalha o número de aluno de forma absoluta extraídos do Sistec e a PNP trabalho com o conceito de aluno

equivalente, o que pondera nível, forma de organização ou modalidade do curso,

Os dados da PNP de 21,19% em 2018, ponderados de acordo com o nível ou organização do curso, indica que o IFFar atinge a meta ideal de 20/1, isto é, 20 matrículas para cada professor.

Cabe ressaltar que há muitos cursos em implantação e, por este motivo, docentes com baixa carga horária, o que faz com que o índice RAP não seja, ainda, o real do IFFar o que só ocorrerá ao final do processo de expansão.

Assim, na medida em que os cursos ainda em implantação comecem a integralizar as turmas, a tendência é que o índice supere a meta mínima estabelecida de 20/1.

## 8.3. Indicadores administrativos

Observa-se que os gastos correntes por alunos aumentaram significativamente desde 2014. Este aumento reflete a expansão da instituição, bem como a expansão da rede federal de educação e tecnológica, como pode

ser observada na Lei Orçamentária Anual desses últimos anos.

Destaca-se também que a evolução dos gastos se deu principalmente nas despesas relacionadas a pessoal, onde em 2018 atingiram o patamar de R\$ 227,69 milhões de reais, as quais correspondem aproximadamente R\$74,62% dos gastos totais. Se analisarmos a série histórica desde 2014, a representatividade dos gastos com pessoal aumentou de 59,38% para 74,62% em 2018. Os gastos totais em 2018, atingiram o valor de R\$ 300,97 milhões, 7,31% maior que em 2017, onde o montante chegou a R\$280,45 milhões.

Os gastos com outras despesas de custeio, que se referem à manutenção das atividades bem como ações de assistência e capacitação, corresponde a aproximadamente 20,23% dos gastos totais.

Quanto aos gastos com investimento, os mesmos mostram uma trajetória decrescente desde 2012, tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Em 2017 os valores despendidos em investimento correspondem a aproximadamente 4,59%, enquanto em 2012 representavam 21,58% dos

mesmos. Os gastos com investimento em 2018 chegaram a aproximadamente a R\$13,82, enquanto 2017 somaram R\$ 11,80 milhões. Em 2015, o valor chegou a R\$ 16,4 milhões. Se compararmos o exercício de 2018 com o exercício de 2015, a redução é mais de aproximadamente 2,58 milhões de reais em investimento. Essa trajetória é reflexo do aumento nominal dos gastos de custeio da rede federal, como também a redução do orçamento público destinado ao investimento da rede, e o contingenciamento orçamento no exercício. Destaca-se neste grupo, que a redução é ainda maior quando incluirmos na análise, o valor empenhado no exercício, onde esse valor chega a casa dos 4,75 milhões. Que é insuficiente para as ações estruturantes do órgão.

No que se refere aos gastos correntes relacionadas as matrículas, percebemos uma elevação considerável. Passamos de R\$ R\$ 17.443,63, em 2014 para R\$ R\$ 20.352,90 em 2018. Os principais fatores que influenciaram o aumento nos gastos por matrícula equivalente, estão diretamente relacionadas com despesas com pessoal, ocasionados pelo aumento do número servidores e salá-

rios. Quando analisamos o valor despendido, em "outros custeios", o valor por aluno equivalente é R\$ 4.022,69. Valores insuficientes para todas as demandas institucionais, uma vez que nesta categoria agregam as despesas com Assistência ao Estudante, e o funcionamento Institucional.

#### 8.4. Socioeconômico

Ressalta-se em relação a este índice que a PNP diferente do indicador do TCU informa também os dados dos estudantes que não declararam renda. Embora os dados sejam significativos, devem ser tratados, do ponto de vista estatístico, como sendo representativos equitativamente aos estratos apresentados no quadro relacionado à renda familiar. Ou seja, estes dados para serem considerados devem ser distribuir percentualmente de acordo com o percentual de cada estrato, o que não distorceria os dados já apresentados.

A análise dos dados socioeconômicos dos alunos apresentadas no relatório de gestão indicam que 79% dos estudantes da instituição são de famílias com renda per capita inferior

a 1,5 salários mínimos. A situação não se alterou de 2017 para 2018.

É importante considerar, ainda, que 25% dos estudantes estão em situação de extrema vulnerabilidade social, com renda familiar per capita igual ou inferior a 0,5 salários. Ou seja, de cada quatro estudantes um é proveniente de família com menos de meio salário mínimo *per capita*.

O dado é relevante, considerando que um dos objetivos dos IFs é promover a inclusão social através da garantia de acesso à educação. Não basta garantir o acesso se não for garantida a permanência. Busca-se a elevação da escolaridade por meio de uma organização das unidades em eixos tecnológicos que possibilitam a verticalização dos cursos e, conseqüentemente, a inserção dos egressos no mundo produtivo. Para tanto é indispensável a garantia de recursos de assistência pelo estado.

Os dados socioeconômicos também explicam alguns dos índices de insucesso principalmente no que se refere aos índices de retenção escolar, na medida em que muitos estudantes provem de um meio social que não tem o estudo como um valor máximo familiar. A literatura educa-

cional demonstra que há relação direta entre o insucesso educacional e a realidade de jovens em situação de vulnerabilidade. Essa relação é explicada por vários fatores decorrentes da vulnerabilidade social, entre eles, a baixa escolaridade dos pais e conseqüente a não valorização familiar da educação formal e a baixa estima do jovem, principalmente em relação a sua capacidade de realizar com sucesso cursos técnicos ou superiores. No imaginário de muitos deste jovens a formação em cursos superiores e o sucesso profissional é somente para as pessoas das classes superiores.

Do mesmo modo, a falta de recursos financeiro precariza as condições familiares para que o jovem possa se dedicar aos estudos, na medida em que as moradias não dispõem de local adequado para estudar e as condições econômicas não permitem a aquisição de materiais escolares ou até mesmo a alimentação adequada.

Reitera-se o que já foi indicado em outros relatórios de gestão que os dados de vulnerabilidade social tornam evidente a necessidade e a importância da Assistência Estudantil para o processo de inclusão e permanência dos estudantes.

Do mesmo modo, a realidade social dos estudantes exige que a instituição continue aperfeiçoando o processo interno de formação continuada dos servidores de forma a melhor atender suas necessidades e considerar tal realidade na organização do processo de ensino.

### 8.5. Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD)

Este indicador apresenta a titulação do quadro docente do Instituto Federal Farroupilha – quantitativos de graduados, especialistas, mestres e doutores. Em relação aos professores de EBTT constatou-se que 269 (38,71%) possuem Doutorado, 371 (53,38%) Mestrado, 44 (6,33%) Especialização, 1 (0,14%) com curso de Aperfeiçoamento e 10 (1,44%) com Graduação, totalizando 695 servidores. Em relação aos servidores Técnico-Administrativos em Educação, são 14 (2,09%) servidores com Doutorado, 139 (20,72%) com Mestrado, 228 (33,98%) com Especialização, 2 (0,30%) com Aperfeiçoamento, 193 (28,76%) com Graduação, 85 (12,67%) com Ensino Médio completo, 1 (0,15%) com

Ensino Fundamental Incompleto e 9 (1,34%) com Ensino Fundamental Completo, totalizando 671 servidores.

No exercício de 2018, o quadro efetivo de docentes teve aumento em quantitativos, tendo em vista as movimentações em processos de redistribuição, vacância, exoneração e outros. No que diz respeito à qualificação do quadro efetivo de docentes, o Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD) se manteve 4,20. Isso se deu em função das conclusões das concessões provido pelos programas implementados dentro da Política de Qualificação Profissional, por meio de incentivos e afastamentos integrais para qualificação, porém em função do ingresso de novos servidores ocorreu um equilíbrio nas titulações dos docentes, uma vez que não houve mudanças significativas no valor absoluto, nem percentual do quadro efetivo dos Professores EBTT. Destaca-se, ainda, que o indicador de qualificação dos docentes repercute diretamente nas avaliações dos Cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha pelo Ministério da Educação. No ano de 2018, 01 (Um) curso obteve nota 4 e 06 (Seis) cursos notas 5, numa escala de 0 a 5, contribuindo para a permanência do

Índice Geral de Cursos, que atualmente é de 4.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
REITORIA**

**DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Conforme a estrutura apresentada pelo IIRC (*Internacional Integrated Reporting Council*), adotada pela DN TCU Nº 170/2018, são requisitos do relatório integrado: a materialidade das informações a serem incluídas no relatório integrado e o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

O Relatório de Gestão do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2018, contemplou todo o conteúdo previsto no Anexo II da DN Nº 170/2018 e foi organizado nos seguintes capítulos: *visão geral organizacional e ambiente externo, planejamento estratégico e governança, gestão de riscos e controles internos, resultados da gestão, alocação de recursos e áreas especiais da gestão, e demonstrações contábeis.*

Assuntos relevantes, como o programa de permanência e êxito no IFFar, consolidação, ampliação e promoção das políticas de ensino do IFFar e das políticas de qualificação, capacitação e promoção continuada dos servidores do IFFar e a redução de recursos de apoio a projetos de pesquisas foram tratados de maneira equilibrada, concisa e objetiva. O relatório apresentou linguagem simples e utilizou imagens visuais que facilitaram a compreensão de informações mais complexas e extensas.

No que se refere às ações realizadas e resultados alcançados, o relatório foi construído a partir dos objetivos estratégicos determinados no PDI 2014–2018 do Instituto Federal Farroupilha, e foram apresentados as principais ações e resultados obtidos no que tange às metas institucionais.

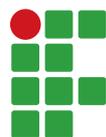
Diante da análise realizada no Relatório de Gestão do exercício 2018 do IF Farroupilha, declaro que a presente prestação de contas anual contemplou satisfatoriamente a estrutura e os elementos de conteúdos estabelecidos no Anexo II da DN TCU Nº 170/2018, que dispõe sobre a prestação de contas do exercício 2018, bem como adotou a nova abordagem para o processo de Relato Integrado, conforme orienta a Estrutura Internacional de Relato Integrado, desenvolvida pelo IIRC.

Santa Maria, 29 de março de 2019.

**Viviane F. de Almeida Hennig**  
Secretária de Governanças  
Portaria Nº 1.250/2018

**Carla Omerlato Jardim**

Presidente do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Instituto Federal Farroupilha  
Portaria nº 1.185/2018



**INSTITUTO FEDERAL**  
Farroupilha

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA**  
**ALAMEDA SANTIAGO DO CHILE, 195 | NOSSA SRA. DAS DORES - CEP 97050-685**  
**SANTA MARIA | RIO GRANDE DO SUL**  
**(55) 3218-9800 | IFFARROUPILHA.EDU.BR**